

**PLANO PLURIANUAL  
2016-2019**  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE  
SOCIAL, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE



**PLANEJAMENTO**  
Secretaria de Estado  
do Planejamento / SEPLAN

**Piauí**  
GOVERNO DO ESTADO

## ÍNDICE

**5 MENSAGEM DO GOVERNADOR**

**7 LEI**

**9 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ**

**17 ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019 – UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA**

**21 BASE ESTRATÉGICA DO PPA 2016-2019**

**21 VISÃO DE FUTURO**

**21 PREMISSAS**

**22 DIRETRIZES E DESAFIOS**

**23 PROGRAMAS, CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETIVOS, METAS, PÚBLICO-ALVO E AÇÕES ESTRATÉGICAS**

**96 PPA EM NÚMEROS**

**101 EQUIPE DE GOVERNO, EQUIPE SEPLAN, EQUIPE DE ELABORAÇÃO**



Submeto à apreciação desta Casa o **Plano Plurianual 2016-2019**, construído de forma participativa, com a sociedade, nos Territórios de Desenvolvimento e com as instituições públicas que compõem o quadro gerencial deste Estado.

O Piauí é um Estado em processo de transformação. Desde 2003, quando do meu primeiro mandato, as mudanças transformadoras levam o nosso Estado para patamares cada vez mais elevados, na escalada para um desenvolvimento sustentável. A palavra chave de todo este processo foi: acreditar!!! Acreditar no nosso povo, na nossa capacidade de luta e na grandeza de nossa alma. "Um estado que cresce e se desenvolve junto com sua gente. Afinal, no Piauí, nossa maior riqueza é a nossa gente."

É por acreditar nas potencialidades e nas riquezas deste Estado e na força empreendedora do seu povo que este governo levou para os territórios o seu processo de planejamento. É acreditando na capacidade do povo piauiense e no compromisso dos funcionários e técnicos deste Estado, que lhes entrego o PPA 2016-2019.

O Piauí possui todas as condições necessárias para promover um modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis, capaz de beneficiar as gerações atuais e futuras. Suas riquezas naturais e a capacidade de

seu povo são as bases para a construção de um novo impulso de crescimento que promova o **Desenvolvimento econômico com equidade social, segurança e sustentabilidade**, como explicita a visão de futuro deste PPA.

Para tanto é necessária a efetivação de políticas públicas a partir de uma estratégia de operacionalização que priorize uma **gestão eficiente com transparência e controle social**, de modo que o nosso povo possa, através de suas representações, acompanhar a aplicação dos recursos públicos e apoiar a gestão governamental com informações sobre o andamento das obras e serviços públicos executados nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Estado.

**Promover o desenvolvimento humano com ênfase na saúde, educação e segurança** é comprometer-se com a justiça social e a proteção ao cidadão, de modo que cada piauiense, nos 224 municípios, possa contar com serviços de saúde de qualidade, com uma educação transformadora e contextualizada e com segurança para viver bem no Piauí e se orgulhar de morar aqui. Os nossos esforços e trabalho são na direção de tornar nosso Estado competitivo, capaz de transformar a realidade em benefício de todos, de forma integrada, respeitando as especificidades dos Territórios de Desenvolvimento.

**Priorizar investimentos em infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável** é a diretriz que se relaciona com a nossa capacidade de aproveitamento das potencialidades produtivas, sociais e ambientais dos territórios, de modo que possam nortear investimentos em infraestrutura capazes de otimizar as vocações locais, de forma racional e eficiente, garantindo o aproveitamento sustentável dos recursos existentes, minimizando custos, aumentando o aproveitamento das infraestruturas e priorizando as ações adequadas para cada realidade territorial.

Nos últimos dez anos, o Piauí conseguiu tirar da pobreza metade das pessoas que viviam nesta condição. Estima-se que cerca de 800 mil pessoas saíram da linha de pobreza no Estado, fruto da dinâmica econômica do nosso País, dos investimentos realizados pelo

governo federal e estadual em políticas de inclusão social e produtiva. Nosso Estado triplicou o PIB no mesmo período. Deixamos de ser o Estado mais pobre da federação.

No entanto, uma de nossas diretrizes para este PPA 2016-2019 é o **dinamismo econômico com inclusão produtiva e sustentabilidade ambiental**, por entender que precisamos e devemos crescer sempre, mas temos que garantir que toda nossa população cresça junto. A nossa produção de riqueza deve atingir a todos, em todos os territórios, com a geração de empregos e estímulos aos micro, pequenos e médios empreendedores, com introdução de novas atividades produtivas, inserindo o Piauí em mercados dinâmicos e inovadores, com o aproveitamento das potencialidades produtivas do Cerrado e de todos os biomas aqui existentes.

Este movimento de crescimento precisa ser como uma onda que envolve as cidades e o campo. Para tanto, temos que utilizar tecnologias limpas, renováveis, que preservem nosso meio ambiente. Nossas riquezas naturais precisam ser utilizadas com responsabilidade e sustentabilidade para que os nossos descendentes tenham um Piauí forte, produtivo e preservado.

Este é o nosso desafio para os próximos quatro anos, crescer nossa economia, preservar nossos recursos

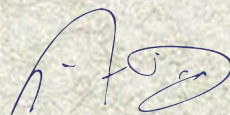
naturais, promover uma educação inovadora, inclusiva, profissionalizante e contextualizada com nossas necessidades e realidade, além de garantir saúde de qualidade para todos e segurança à nossa população.

São desafios imensos que só poderão ser superados com a participação de todos. Por isso, este PPA foi construído assim, com o envolvimento e compromisso de todos os piauienses, através de seus representantes nas plenárias territoriais e pautado num diálogo inovador entre os órgãos e instituições, que elaboraram seus programas de forma integrada e participativa.

O resultado deste processo foi um PPA com previsão de recursos na ordem de 53,3 bilhões, contemplando quatro diretrizes, compreendendo um total de 45 programas, 362 metas e 467 ações estratégicas.

Tendo como elemento norteador a construção de propostas democráticas, representativas dos anseios da sociedade e das necessidades técnicas, o PPA 2016-2019 propõe ações estratégicas que consolidarão o desenvolvimento do Piauí para todos, para cada piauiense, no mais remoto dos municípios deste Estado, que contam com o nosso trabalho, honestidade, transparência, compromisso e responsabilidade com a aplicação dos recursos públicos, que são de todos nós.

Obrigado!



José Wellington Barroso de Araújo Dias  
Governador

## LEI Nº 6.751 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DO PLANO PLURIANUAL – PPA

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007 e no art. 178, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2016-2019 é instrumento do planejamento governamental que orienta as ações de governo e estabelece, de forma territorializada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública estadual, de forma participativa e sustentável.

Art. 3º O PPA 2016-2019 terá como diretrizes:

I - Promover o desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança;

II - diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade;

III - priorizar investimentos em infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável;

IV - adotar uma gestão eficiente com transparência e controle social para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º O PPA 2016-2019 organiza a atuação governamental para o alcance das políticas públicas através de Programas Temáticos e de Gestão, assim definidos:

I - Programa Temático: expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão: reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. O Programa Temático é composto por Objetivos e Metas, com abrangência transversal e multissetorial, que expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Ações Estratégicas, que declaram à sociedade a oferta de bens e serviços.

Art. 5º Integram o PPA 2016-2019 os seguintes anexos:

Anexo I - base estratégica;

Anexo II - demonstrativo consolidado dos programas por unidade, ação, produto, meta e recursos financeiros;

Anexo III - metas físicas por programa, ação, produto e Território de Desenvolvimento;

Anexo IV - demonstrativo consolidado dos recursos financeiros por unidade, programa e fonte;

Anexo V - quadro resumo das aplicações por origem de recursos.

### CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 6º Os Programas constantes do PPA 2016-2019 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§1º A integração dos orçamentos com o PPA 2016-2019 dar-se-á através da Ação Estratégica.

§2º Para cada Ação Estratégica do PPA poderão corresponder uma ou mais Ações Orçamentárias.

§3º As vinculações entre Ações Orçamentárias e Ações Estratégicas constarão nas leis orçamentárias anuais, através de demonstrativo específico.

Art. 7º O Valor Global dos Programas e das Ações Estratégicas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2016-2019, serão orientados para o alcance dos Objetivos e Metas constantes deste Plano.

#### CAPÍTULO IV DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Art. 9º A gestão do PPA 2016-2019 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de territorialização das políticas públicas; e

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2016-2019.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria do Planejamento definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2016-2019.

Art. 10 O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 11 A avaliação do PPA 2016-2019 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período 2016-2019, está incluído no Valor Global dos Programas e Ações Estratégicas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos demonstrarão os investimentos de que tratam o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 13 Considera-se revisão do PPA 2016-2019 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 2º Considera-se alteração de Programa a inclusão, exclusão ou a alteração de Objetivos, Metas, Ações Estratégicas e seus Produtos.

§ 3º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Ações Estratégicas;

III - Incluir ou alterar Produtos e Metas das Ações Estratégicas; e

IV - adequar as vinculações entre Ações Orçamentárias e Ações Estratégicas.

§ 4º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I- indicador;

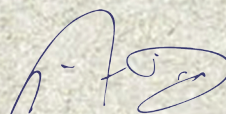
II- produtos e metas;

III- órgão responsável; e

IV- ações estratégicas sem financiamento orçamentário.

Art.14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 29 de dezembro de 2015.



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

# PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ

## UM PPA PARA O PIAUÍ EM CONSTRUÇÃO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

“O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento normativo do Planejamento Público de médio prazo, que orienta as ações do governo no período de quatro anos” (Manual Técnico para o PPA 2016-2019). Como tal, não é apenas uma das peças orçamentárias, ao lado da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), como previsto no artigo 165 da Constituição Federal (CF). Deve ter como referência também dois outros artigos da Constituição:

Artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 174 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

O Planejamento expressa, num determinado momento histórico, o projeto político de uma nação – dos diferentes setores da sociedade e do Estado em seus diferentes níveis de governo. **Nessa perspectiva é que está concebido o PPA 2016-2019 do Estado do Piauí.**

Desde 2002, o governo federal passou a resgatar o instrumento do planejamento previsto na Constituição de 1988, que durante toda a década de 1990, tinha sido deixado em segundo plano. E o Piauí se inseriu nesse processo. O Estado tem avançado na construção de um Projeto de Desenvolvimento, tendo como horizonte histórico o ano de 2022, data simbólica, pois celebra o bicentenário da Independência política do Brasil. **O PPA 2016-2019 possui um papel estratégico na consolidação deste Projeto de Desenvolvimento.**

## 2010-2020: MANTER E AMPLIAR A INCLUSÃO SOCIAL

### IDHM – O INDICADOR-SÍNTESE

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto e monitorado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ganhou legitimidade como indicador, por incorporar a preocupação com a distribuição mais justa dos benefícios do crescimento econômico, manifestado em maior bem-estar de toda a população.

O Piauí, depois de permanecer por duas décadas no nível muito baixo do IDHM, na década de 2000-2010 saltou o nível considerado baixo (0,500 a 0,599), já atingindo o nível médio (0,600 a 0,699) na escala de valores definida pelo PNUD. Se na década de 2010-

### PIAUÍ – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM

ANO	ESCALA DE VALOR	PONTUAÇÃO			POSIÇÃO ENTRE OS ESTADOS	
		TOTAL	Renda	Longevidade		Educação
1991	Muito baixo	0,362	0,488	0,595	0,164	26 <sup>a</sup>
2000	Muito baixo	0,484	0,556	0,676	0,301	25 <sup>a</sup>
2010	Médio	0,646	0,635	0,777	0,547	24 <sup>a</sup>

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

2020, o Piauí melhorar o seu IDHM na mesma proporção, ou seja, 33% de crescimento, também saltará o nível alto (0,700 a 0,799), podendo atingir o nível  muito alto  (0,800 a 0,900). Concretamente, o Piauí atingiria o índice 0,859 do IDHM. **Este é o significado maior do PPA: assumir o desafio de atingir um novo patamar no IDHM.**

A educação e a saúde são os componentes do IDHM, ao lado da renda. Já está na Assembleia Legislativa o projeto de lei do Plano Estadual de Educação (PEE), compatível com as metas do Plano Nacional. **Este PPA, no programa temático da Educação, está compatibilizado com o PEE.**

No Piauí, os avanços na área da Educação foram significativos. Das crianças de 6 a 14 anos, 98% frequentam a escola; dos jovens de 15 a 17, cerca de 90% estão na

escola, embora apenas 60% deles no ensino médio. E o crescimento do atendimento das crianças de quatro e cinco anos na pré-escola cresceu bastante: já chegou a 97%. Das 104.097 crianças nessa faixa etária (Censo do IBGE, 2010), 97.635 frequentavam a escola em 2014 (Censo Escolar). O Estado deve cumprir a exigência constitucional de universalização dessa etapa de ensino em 2016.

O grande desafio para a educação continua sendo a “lenta marcha rumo à qualidade”. A evolução do IDEB das escolas piauienses aponta uma melhoria persistente da média obtida, embora ainda permaneça em níveis baixos, em especial o ensino médio.

Duas ações que estão em andamento – priorizadas neste PPA – devem contribuir para a melhoria da qualidade: a expansão do número de escolas em tempo integral e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

#### EVOLUÇÃO DAS MÉDIAS DO IDEB NO PIAUÍ – TOTAL DAS REDES ESCOLARES

Nível/Ano	2005	2007	2009	2011	2013
Anos iniciais EF (6º ano)	2,8	3,5	4,0	4,4	4,5
Anos finais EF (9º ano)	3,1	3,5	3,8	4,0	4,0
Ensino Médio (3ª série)	2,9	2,9	3,0	3,2	3,3

Fonte: MEC-INEP.

E vale ressaltar a importância para o desenvolvimento do Estado das iniciativas na área de educação profissional seja na formação inicial e continuada (PRONATEC), seja pela expansão do ensino técnico de nível médio: a matrícula nessa modalidade de ensino cresceu de 5.535 alunos, em 2005, para 15.733, em 2010; e, em 2014, já chega a 28.189 alunos (dados do Censo Escolar). Some-se a esse contingente as 6.559 matrículas nos cursos técnicos subsequentes ao nível médio, oferecidos na forma de mediação tecnológica.

O analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade continua um desafio e seu enfrentamento não tem atingido os efeitos previstos e desejados. É verdade que a taxa de analfabetismo nessa faixa etária caiu de 30,2%, em 2000, para 23,4%, em 2010 (Censo Demográfico do IBGE). A PNAD 2013 apontou a redução da taxa para 18%, mas a PNAD 2014 registra uma taxa de 19,7%, o que mostra que a tendência rumo à erradicação do analfabetismo está oscilando.

Os indicadores de Saúde no Piauí também têm melhorado: a esperança de vida ao nascer, segundo o

PNUD/IDH, passou de 60,9 anos, em 1991, para 65,5 anos, em 2000, e 71,6 anos, em 2010. A mortalidade infantil, por sua vez, caiu de 24,9 por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,0 por mil nascidos em 2010. Os indicadores de morbidade apresentam evolução positiva nas doenças eventuais: tuberculose, hanseníase, e mesmo dengue apesar de surtos episódicos. O acompanhamento das doenças crônicas tem sido um desafio maior.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PAS) e o Programa Saúde da Família (PSF) têm, atualmente, cobertura universal de todos os municípios do Estado. O Programa “Mais Médicos” ampliou a assistência médica permanente para todos os municípios. O grande gargalo dos serviços de saúde é o atendimento hospitalar - ambulatorial - laboratorial. Ou seja, as ações preventivas têm apresentado resultados satisfatórios. O grande desafio é na chamada “medicina curativa”.

Cada vez mais tem sido considerado como um indicador de bem-estar as condições de segurança, entendidas não só pelo eficaz combate à violência e ao crime, mas pela “pacificação comunitária”.

No Piauí, como no Brasil, os óbitos por acidente de trânsito apresentam uma taxa de mortos por 100.000 habitantes, bem maior que a de homicídios. E a taxa de mortes de jovens entre 15 e 24 anos também é

PIAÚÍ: TAXAS DE ÓBITOS POR 100.000 HABITANTES

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			JOVENS (15-24 ANOS)		
	Homicídios	Trânsito	Suicídios	Homicídios	Trânsito	Suicídios
2003	10,8	18,5	4,8	19,1	21,4	7,3
2005	12,8	21,4	5,1	25,0	27,5	7,2
2007	13,2	25,6	7,0	21,4	32,8	8,2
2009	12,7	29,1	6,6	22,7	35,6	8,2
2010	13,8	33,9	6,5	23,6	44,7	8,9
2011	14,7	34,8	7,5	26,2	47,1	8,5

Fonte: Mapa da Violência 2014 – Jovens do Brasil.

BRASIL: TAXAS DE ÓBITOS POR 100.000 HABITANTES

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			JOVENS (15-24 ANOS)		
	Homicídios	Trânsito	Suicídios	Homicídios	Trânsito	Suicídios
2003	28,9	19,0	4,4	57,0	22,8	5,2
2005	25,8	19,9	4,6	50,5	24,1	5,0
2007	25,2	20,3	4,7	49,7	25,8	5,2
2009	26,9	20,1	4,9	53,5	25,5	5,3
2010	27,5	23,1	5,0	54,5	29,3	5,5
2011	27,1	23,2	5,1	53,0	29,0	5,7

Fonte: Mapa da Violência 2014 – Jovens do Brasil.

maior que a da população total. Por outro lado, as taxas no Brasil têm oscilado pouco, com tendência decrescente, e no Piauí há uma tendência ao crescimento dessas taxas, inclusive em cidades do interior.

Mesmo com essa tendência de crescimento, o Piauí, em 2011, ainda é o Estado brasileiro com o menor índice de homicídios, segundo o Mapa da Violência, organizado por Julio Jacobo Waiselfisz (FLACSO).

ÍNDICE DE GINI

O Piauí está vivendo um período de crescimento econômico com uma marca muito importante: crescimento com inclusão social.

A demonstração mais visível da inclusão está na redução do número de pessoas em situação de pobreza que decresceu de 51,1% da população, em 2001, para 24,3%, em 2011; e o número de pessoas em situação de extrema pobreza diminuiu de 26,4% da população, em 2001, para 8,6%, em 2011.

A opção por um modelo de crescimento que combinou programas robustos de transferência de renda com ampliação do acesso ao crédito e com descentralização e interiorização de serviços e investimentos possibilitou esse crescimento com inclusão. O índice de Gini indica a redução da desigualdade no Piauí na década anterior, embora aponte para uma possível ruptura da sequência positiva nos últimos anos.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NO PIAÚÍ

Discriminação	2004	2006	2007	2010	2013
Piauí	0,606	0,607	0,599	0,576	0,515
Nordeste	0,571	0,556	0,540	0,580	0,537
Brasil	0,559	0,548	0,534	0,575	0,527

Fonte: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, Censo Demográfico – 2010 e Perfil Socioeconômico do Piauí/BNB, 2015.

Os avanços na inclusão social da década 2000-2010 precisam ser mantidos e/ou ampliados na década 2010-2020. **Esse é um compromisso do PPA 2015-2019!**

**2010-2020:  
DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E  
PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO**

O Piauí está vivendo um longo período de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A tendência parece continuar, mesmo com o arrefecimento do crescimento em nível nacional; 2015 e 2016 serão os grandes desafios.

O PIB *per capita* do Piauí também tem tido um crescimento continuado há mais de uma década. Dobrou entre 2006 (R\$ 4.211,87) e 2012 (R\$ 8.137,51), embo-

ra ainda represente 35,9% da renda per capita nacional, que é de R\$ 22.645,86 em 2012.

A composição setorial do PIB mantém-se estável, com forte participação da Administração Pública e Seguridade: 29,0%. A agropecuária tem oscilado, devido aos efeitos da seca que atingem, sobretudo, a agricultura familiar.

O crescimento da produção de grãos no Cerrado representa a maior mudança estrutural na economia piauiense. A soja lidera, mas a produção vem se diversificando com o milho e o algodão herbáceo. E há a perspectiva do desenvolvimento da agroindústria. A produção de soja mantém seu ritmo de crescimento. O valor da produção de soja em 2012 (IBGE – Produção Agrícola Anual) foi de R\$ 934.416.000,00, ou seja, 3,6% do PIB do Estado.

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PIAUÍ – 2003-2015 (R\$ milhões)

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
8.777	9.816	11.129	12.788	14.136	16.761	19.033	22.060	24.607	25.721	29.366	30.773	33.281

Fonte: IBGE, CEPRO.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB – 2003-2010

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Piauí	5,4	6,3	4,5	6,0	2,0	8,8	6,2	4,2
Nordeste	1,9	6,5	4,6	4,8	4,8	5,5	1,0	7,2
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5

Fonte: Perfil Socioeconômico do Piauí/BNB, 2015.

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA – PIAUÍ E BRASIL – 2006-2014

ANOS	PIAUÍ (A)	BRASIL (B)	% (A/B)
2006	4.211,87	12.686,60	33,1
2007	4.661,56	14.464,73	32,2
2008	5.372,40	15.991,55	33,5
2009	6.051,10	16.917,66	35,7
2010	7.072,80	19.766,33	35,7
2011	7.835,75	21.252,00	36,8
2012	8.137,51	22.645,86	35,9
2014*	9.632,00		

Fonte: IBGE. Elaboração, CEPRO.

\* Projeção

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA

	Safra 2000/2001	Safra 2007/2008	Safra 2011/2012	Crescimento 2000/2012
Área colhida (ha)	61.841	253.566	444.856	719,3%
Produção (ton)	128.315	819.258	1.242.574	968,3%

Fonte: IBGE. PAM 2013.

## PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO (%)

Setores	2003	2006	2009	2012
Total	100	100	100	100
Agropecuária	13,4	9,5	10,2	4,2
Indústria	15,4	16,9	17,0	18,5
Indústria extrativa	0,2	0,1	0,1	0,3
Indústria de transformação	7,6	7,2	7,3	5,0
Construção civil	4,3	5,5	6,1	7,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,4	4,1	3,5	5,3
Serviços	71,2	73,6	72,9	77,3
Comércio	13,9	17,5	15,1	18,0
Transportes, armazenagem e Correios	3,1	3,5	3,2	3,2
Serviços de informação	3,0	2,8	1,5	1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,7	3,8	3,5	3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,5	9,2	8,8	8,5
Administração, saúde e educação públicas e segurança social	27,0	26,5	28,7	29,0
Outros serviços	10,0	10,3	12,0	13,1

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil.

Tem crescido também a instalação de empresas industriais estimuladas pelos incentivos fiscais. Como se pode observar na tabela abaixo tem oscilado o número de empresas e o volume de investimentos, com picos de recursos em 2008 e 2014.

Nos últimos anos, além da produção de grãos no Cerrado, alguns setores têm atraído investimentos, por iniciativa das próprias empresas. As decisões de localização dos empreendimentos se relacionam diretamente com a disponibilidade de recursos naturais: é o caso da mineração e da energia eólica e solar. São projetos que envolvem um montante considerável de investimento. O governo estadual tem dado apoio a essas iniciativas.

O potencial eólico está estimado em 5.600 Megawatts, o que representa, aproximadamente, metade da produção prevista em Belo Monte e 20 vezes a produção da usina de Boa Esperança. Essas iniciativas que potencializarão o crescimento do PIB do Piauí, por sua natureza tecnológica, empregam pouca mão de obra. O maior desafio, e a grande responsabilidade do poder público, é voltar-se também para a população que vive de seu trabalho, como assalariado ou trabalhando por conta própria.

Cerca de 30% da População Economicamente Ativa do Piauí (PEA) ainda trabalha na agropecuária; e 20% trabalha em setores administrativos, público ou privado. Os setores considerados tradicionalmente secundário – indústria, construção civil, serviços de energia,

## EMPRESAS BENEFICIADAS COM INCENTIVOS FISCAIS

ANO	NÚMERO de EMPRESAS	INVESTIMENTOS	EMPREGOS DIRETOS/INDIRETOS
2006	43	157.724.000,00	1.777/11.469
2007	17	12.488.000,00	729/3.303
2008	20	5.607.098.000,00	4.519/12.748
2009	37	108.239.000,00	1.297/9.294
2010	16	71.138.000,00	1.301/5.321
2012	34	196.653.379,00	9.406 (*)
2013	19	194.811.868,00	10.212 (*)
2014	37	4.379.347.000,00	14.212(*)

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (SEDET).

(\*) Não é feita a distinção entre empregos diretos e indiretos.

saneamento e transporte representam 17% da PEA/PO, destacando-se a construção civil com 8,2% da mão de obra empregada. Já o comércio oferece ocupação para 16% dos trabalhadores. A área de serviços ocupa 15% da mão de obra disponível e os serviços domésticos somam quase 7% da população ocupada.

Do total da População Ocupada, em 2010, 57,9% não tinham carteira assinada; para os empregados domésticos esse percentual atingia 86%. Ainda é grande o nível de informalidade pelo peso do trabalho agrícola, mas também pela precarização da mão de obra, embora a formalização do trabalho venha crescendo.

O desemprego no Piauí sempre apresentou taxas menores que as taxas nacionais: 4,32% no Piauí em 2009, contra 8,16% no Brasil no mesmo ano. O trabalho agrícola tem grande influência nessa taxa, mas a produtividade no campo é ainda baixa, em decorrência do nível tecnológico da agricultura familiar, predominante no Estado.

Considerando não apenas seu peso bastante significativo na composição da força de trabalho no Piauí, mas as suas condições sociais, os trabalhadores agrícolas familiares merecem uma atenção especial. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 são 134.272 os estabelecimentos rurais que usam menos de 10 hectares de terra, representando 57% do total de estabelecimentos. Esse é o universo a trabalhar.

Boa parte dos pequenos estabelecimentos rurais é dirigida por seus proprietários e são responsáveis pela ocupação da família e mão de obra temporária. Em 2013, estas propriedades somavam 47.338 famílias, nos diversos assentamentos.

Sem o equacionamento da questão da agricultura familiar dificilmente se manterá o caráter inclusivo do desenvolvimento que começa a tomar maior vulto no Estado. Esta situação é verificada pela forma desigual com que o PIB do Piauí se distribui entre os seus territórios. A mesorregião Centro-Norte, que abrange a região metropolitana de Teresina, concentra 59,8% do PIB estadual, seguida pela Sudoeste, com 15,5% que inclui a região denominada MATOPIBA. Em terceiro lugar, vem o norte do Estado, com 13,1%, e por último, o sudeste, com 11,6%, região em que se encontra o semiárido piauiense.

### **2010-2020: INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL**

O Piauí, com seus 250.000km<sup>2</sup>, tem uma extensão no sentido Norte-Sul de 1.500km e, no sentido Leste-Oeste, varia de 66km no litoral a 300km em sua região central.

Na articulação entre as iniciativas públicas e privadas de investimento produtivo, os governos sempre tiveram um papel de destaque na ampliação e melhoria da infraestrutura e logística. Ultimamente a articulação tem avançado não só através de concessões, mas através de Parcerias Público-Privadas (PPPs). No Piauí, as PPPs ainda estão em processo de implantação.

Na construção do Projeto de Desenvolvimento para o Piauí, a atuação na área da infraestrutura tem sido pensada numa perspectiva intermodal, que integre os projetos nas áreas de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e pode-se acrescentar armazenamento, telecomunicações (inclusive cobertura com banda larga) e energia.

Nessa visão integrada e intermodal, a revalorização da navegação do rio Parnaíba tem um sentido econômico, social e simbólico. A ferrovia Transnordestina, com as obras retomadas, é vista como um eixo estruturador que avança Maranhão adentro rumo à Norte-Sul e rumo à Bahia para o encontro com a Leste-Oeste. Maior apelo tem a integração interna do Estado no sentido Sul-Norte, chegando até o Porto de Luís Correia.

Além do esforço para concluir o Porto de Luís Correia, há propostas para implantação de "portos secos" – na realidade, estações aduaneiras – em Teresina, Picos, Floriano e Eliseu Martins (dependendo da conclusão da Transnordestina).

A malha rodoviária do Piauí, em 2012, era de 57.831km (segundo dados do DER, elaborados pela CEPRO), dos quais 44.160km (76,3%) de estradas municipais, 11.128km (19,2%) de estradas estaduais e 2.543km (4,4%) de estradas federais. A malha rodoviária teve sua pavimentação conservada, recapeada e bastante ampliada, na última década, tanto nas estradas federais como nas estaduais. Atualmente estão previstas construções e asphaltamentos de novas rodovias estaduais e federais, de acordo com o planejado no PPA 2016-2019.

O Piauí possui dois aeroportos internacionais: o de Teresina e o de Parnaíba, além de um aeroporto estadual com pista capaz de receber grandes aviões, em São Raimundo Nonato, via de acesso ao parque arqueológico da Serra da Capivara.

O movimento no Aeroporto de Teresina quase dobrou em quatro anos: de 277.719 passageiros embarcados e 279.851 desembarcados, em 2009 passou para 509.239 embarcados e 523.312 desembarcados, em 2013 (dados da Infraero).

GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO DO PIAUÍ

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTO	EMPREGOS
Energia Eólica	Parnaíba	800 milhões	450
	Caldeirão Grande, Curral Novo do Piauí, Marcolândia, Simões	6 bilhões	4.000 (na execução)
Energia Solar	São João do Piauí	800 milhões	1.000
Mineração (ferro)	Paulistana / Curral Novo	4,5 bilhões	5.000
Complexo de agronegócio (cana-de-açúcar/tomate/cacau)	Guadalupe, Jerumenha, Marcos Parente e Floriano	2,5 bilhões	3.000
Equipamentos de Segurança	Parnaíba (ZPE)	350 milhões	500

Fonte: Governo do Estado/SURPI – Cenários, Desafios e Oportunidades.

PIAUÍ – POPULAÇÃO OCUPADA – 2010

Setor	Nº de trabalhadores	%
Agropecuária, extrativismo, exploração florestal, pesca	359.563	29,5
Indústrias de transformação	69.939	5,6
Construção	100.144	8,2
Eletricidade e gás, água e esgoto	10.074	0,7
Transporte e armazenagem	33.864	2,7
<b>SUBTOTAL</b>		<b>17,2</b>
Atividades imobiliárias	2.309	0,2
Comércio	195.308	16,0
<b>SUBTOTAL</b>		<b>16,2</b>
Atividades financeiras, de seguros	8.107	0,6
Informação e comunicação	7.250	0,5
Alojamento e alimentação	30.384	2,4
Outras atividades de serviços	56.440	4,5
Serviços domésticos	85.212	6,9
<b>SUBTOTAL</b>		<b>14,9</b>
Administração pública, defesa e seguridade social	73.317	6,0
Educação	92.537	7,5
Saúde humana e serviços sociais	40.645	3,3
Artes, cultura, esporte e recreação	7.285	0,5
Atividades profissionais, científicas e técnicas	17.440	1,3
Atividades administrativas e serviços complementares	25.460	2,0
<b>SUBTOTAL</b>		<b>20,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.215.278 (*)</b>	<b>98,4</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

(\*) Total menor que a da PEA, pois considera a população empregada.

PIAUÍ – ASSENTAMENTOS

ÓRGÃO/PROGRAMA	NÚMERO de PROJETOS	ÁREA em HECTARES	NÚMERO de FAMÍLIAS
INCRA	495	1.372.195	31.304
INTERPI	176 (*)	54.873	934
CRÉDITO FUNDIÁRIO	659	324.926	14.010
BANCO DA TERRA	85	45.046	1.406
<b>TOTAL</b>	<b>1.415</b>	<b>1.807.035</b>	<b>47.654</b>

Fonte: INCRA/SDR.

(\*) 176 projetos foram assumidos pelo INCRA.

O Piauí conta ainda com mais sete aeroportos estaduais com pistas asfaltadas: Bom Jesus, Corrente, Floriano, Gilbués, Oeiras, Paulistana e Picos; e três aeroportos particulares: Fronteiras (Fábrica de Cimento Itapissuma), Guadalupe (Hidrelétrica de Boa Esperança) e Uruçuí (BUNGE). O Programa Federal de Investimentos em Aeroportos Regionais prevê a reforma e construção de sete aeroportos no Piauí: Parnaíba, Floriano, Picos, Paulistana, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Corrente.

Na produção de energia elétrica, além das usinas de energia eólica e solar, está prevista a construção de cinco pequenas hidrelétricas no rio Parnaíba. Todavia, o grande gargalo do setor é a transmissão e distribuição da energia produzida e disponível no sistema nacional interligado. A CHESF tem implantados 18.468,4km de linhas de transmissão. O PAC alocou, para o período 2011-2014, R\$ 1,544 bilhão para construção de subestações e expansão de linhas de transmissão.

Vale ressaltar a importância do Programa Luz Para Todos no Piauí. Iniciado em 2005, já atendeu a mais de 140 mil novos domicílios, propiciando o acesso à energia elétrica a cerca de 700 mil pessoas. Existe uma grande demanda, que precisa ser atendida seletivamente, de mudança das linhas monofásicas para trifásicas, sobretudo para a produção da agricultura familiar de médio porte.

Numa proposta de planejamento que define como diretriz a priorização dos investimentos em infraestrutura, a partir da perspectiva de desenvolvimento dos territórios, considerando suas especificidades e vocações produtivas, a definição das ações estruturantes passa pela análise das infraestruturas existentes e dos novos investimentos previstos.

Nas últimas décadas, a incorporação da territorialidade na visão do processo de desenvolvimento tem considerado a infraestrutura não apenas como oferta de “externalidades” para a produção e circulação, mas como um importante instrumento de ordenamento do território, que promova a justiça espacial, como parte constitutiva da justiça social.

Em um Estado como o Piauí, com apenas duas cidades com mais de 150 mil habitantes (Teresina e Parnaíba), sendo que a capital tem 900 mil habitantes, é fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento a constituição de arranjos territoriais mesorregionais. Trata-se da integração dos municípios numa perspectiva mutiescalar, que articula o nível local e mesorregional com uma política de desenvolvimento nacional, num contexto de globalização, e que reconhece as mediações necessárias do nível macrorregional (Nordeste) e do nível estadual (Piauí).

Este é o grande significado da estratégia que começa a ser revalorizada pelo atual governo estadual, a dos Territórios de Desenvolvimento. Esta é a diretriz do artigo 165 da Constituição Federal que estabelece que **as ações do PPA devem ser regionalizadas. Isso é válido para o âmbito nacional e o âmbito estadual.**

Um levantamento não só das potencialidades, mas dos grandes investimentos privados e das obras/investimentos estruturantes do governo estadual e do governo federal, mostra que eles se distribuem por todos os 11 Territórios de Desenvolvimento (ver o documento Governo do Estado/SEPLAN – Cenários, Desafios e Oportunidades por Território de Desenvolvimento). **Este é o horizonte no qual se está construindo o PPA no Piauí**, com plenárias realizadas em cada um dos territórios.

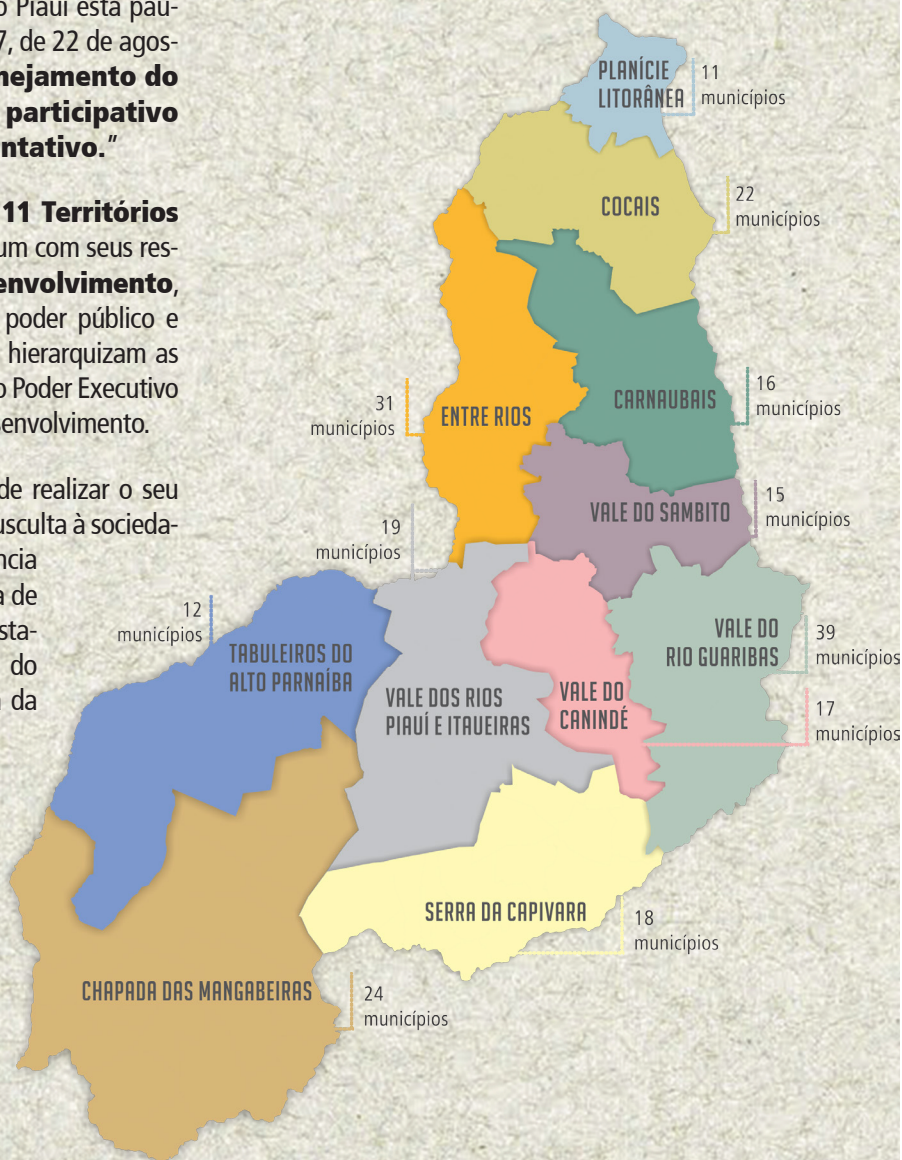
## ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019 ◦ UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA

O Planejamento Participativo do Piauí está pautado na Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007 que afirma: “O **planejamento do governo do Piauí deve ser participativo e, portanto, amplo e representativo.**”

A proposta divide o Estado em **11 Territórios de Desenvolvimento**, cada um com seus respectivos **Conselhos de Desenvolvimento**, compostos paritariamente pelo poder público e sociedade civil, que deliberam e hierarquizam as ações para o território e apoiam o Poder Executivo na elaboração dos planos de desenvolvimento.

O esforço tem sido no sentido de realizar o seu planejamento estratégico com ausculta à sociedade. O governo destaca a importância da participação social na tomada de decisões sobre os rumos do Estado, bem como o controle social do uso dos recursos e da eficiência da gestão pública, por isso, propõe que a sociedade compartilhe com o governo a construção e o monitoramento das ações de desenvolvimento, envolvendo os Conselhos nas diferentes etapas do planejamento e na definição das prioridades para o Piauí, para os próximos quatro anos, sem deixar de olhar para o futuro (num horizonte superior a 20 anos).

A construção do PPA 2016-2019 foi fruto de uma estratégia de retomada do processo de planejamento participativo territorial que vem sendo desenvolvido no Piauí desde 2007. No formato atual contempla a elaboração de programas de governo envolvendo, de forma concreta, os órgãos públicos e seus gestores na definição de prioridades, com a participação de representantes da sociedade civil organizada. Para concretizar a proposta, foram construídos os seguintes passos metodológicos:



- . Levantamento de dados secundários e crítica ao PPA anterior
- . Capacitação da equipe executora multidisciplinar
- . Oficinas Setoriais: capacitação das secretarias para a elaboração do PPA 2016-2019
- . Elaboração das propostas das secretarias e órgãos, dentro de uma abordagem territorial
- . Apoio às setoriais para elaboração do PPA e inclusão das ações no sistema
- . Oficinas territoriais com temas prioritários e participação dos técnicos das secretarias correspondentes
- . Compatibilização das propostas (demanda territorial/proposta setorial)
- . Publicação do PPA

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

LOCAL	OFICINAS SETORIAIS	DATA
Escola Fazendária	Oficina geral de nivelamento conceitual	04/05
	Desenvolvimento Rural	19/05
	Meio ambiente e recursos hídricos	07/05
	Saúde e assistência social	08/05
	Desenvolvimento econômico	11/05
	Institucional	12/05
	Educação, cultura, esporte e lazer	13/05
	Segurança e justiça	14/05
	Infraestrutura	13/05
	Política para mulheres e juventude	15/05
	Sistema "S"	14/05
Assessoria às setoriais para inclusão das propostas no sistema	Agendadas de acordo com a demanda dos órgãos	15/05 a 10/06

LOCAL	EVENTOS TERRITORIAIS	DATA
Mobilização dos Territórios	Mobilização	18 a 29 de maio
Parnaíba	Planície Litorânea	09 e 10/06
Piripiri	Cocais	11 e 12/06
Campo Maior	Carnaubais	16 e 17/06
Teresina	Entre Rios	17 e 18/06
Valença	Sambito	23 e 24/06
Picos	Guaribas	24 e 25/06
Oeiras	Canindé	30/06 e 01/07
Floriano	Piauí e Itaueiras	01 e 02/07
São Raimundo Nonato	Serra da Capivara	07 e 08/07
Bom Jesus	Chapada das Mangabeiras	09 e 10/07
Uruçuí	Alto Parnaíba	14 e 15/07

**A PARTICIPAÇÃO NO PPA 2016-2019**

O processo participativo de elaboração do PPA no Estado do Piauí envolveu 1.751 participantes diretos, num total de 39 oficinas, com técnicos do Estado e de instituições federais e municipais e representantes da sociedade civil organizada de todos os segmentos.

Dos 224 municípios do Estado do Piauí, 173 enviaram representações para as plenárias, sendo 72 prefeitos, 120 vice-prefeitos, 87 vereadores e 868 representantes da sociedade civil. Nas oficinas setoriais, realizadas na capital, Teresina, participaram: 73 órgãos do governo estadual, 23 do governo federal e 14 instituições da sociedade civil.



PARTICIPANTES DAS PLENÁRIAS TERRITORIAIS DO PPA, POR TERRITÓRIO, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

TERRITÓRIO	TOTAL	GÊNERO		REPRESENTAÇÃO	
		Homem	Mulher	Poder Público	Sociedade Civil
Planície Litorânea	136	87	49	112	24
Cocais	87	49	38	46	41
Carnaubais	115	77	38	79	26
Entre Rios	113	50	63	92	21
Vale do Sambito	114	63	51	76	28
Vale do Canindé	89	53	36	40	49
Vale do Guaribas	120	73	47	72	48
Serra da Capivara	138	76	62	95	43
Piauí e Itauéiras	55	31	24	42	14
Chapada das Mangabeiras	84	50	34	63	21
Alto Parnaíba	96	44	52	53	43
<b>TOTAL</b>	<b>1147</b>	<b>653</b>	<b>494</b>	<b>770</b>	<b>358</b>

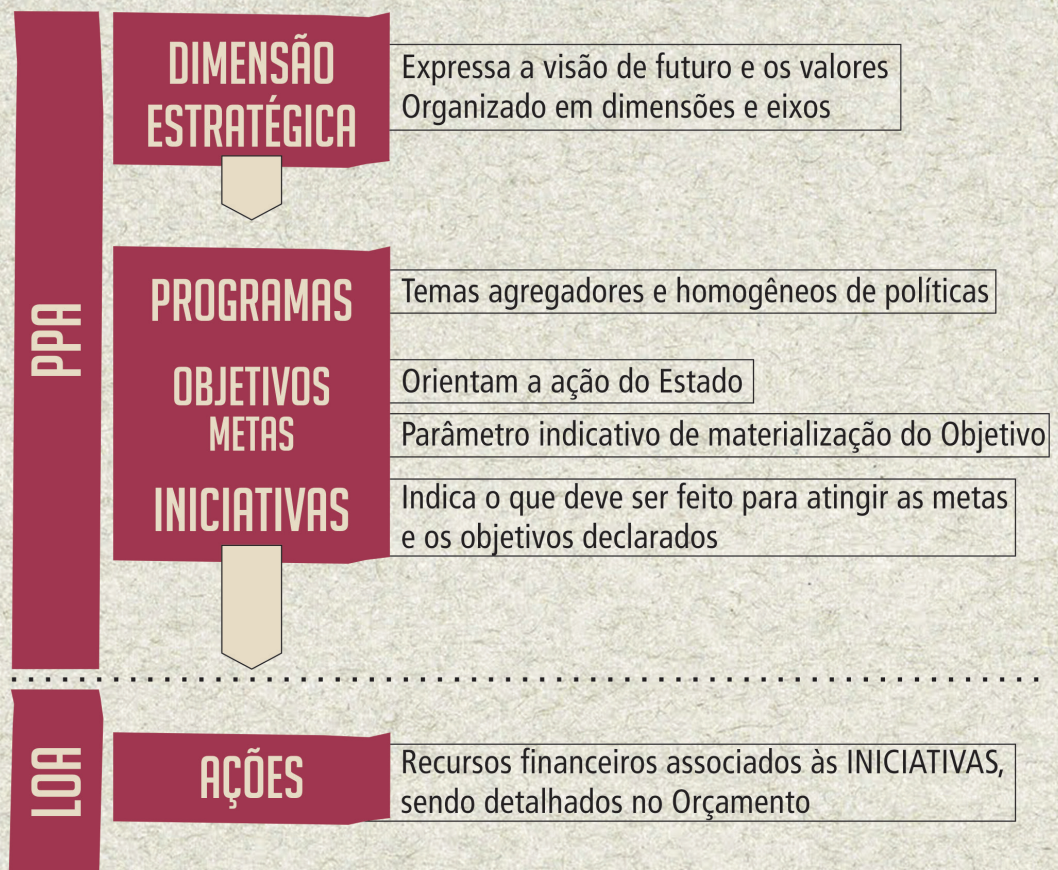
PARTICIPAÇÃO NAS PLENÁRIAS SETORIAIS – INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E FEDERAIS

OFICINAS	TOTAL	OBSERVAÇÕES
Oficinas setoriais (secretarias e coordenadorias)	21	-
Oficinas com órgãos públicos federais	2	-
Oficinas preparatórias com conselhos territoriais	7	Cocais / Entre Rios / Sambito Canindé / Guaribas / Planície Litorânea / Carnaubais
Total de participantes	604	-
Mulheres	304	-
Homens	300	-





# BASE ESTRATÉGICA DO PPA 2016-2019



## Visão de futuro

Desenvolvimento Econômico com equidade social, segurança e sustentabilidade!!!!

## Premissas

Para o governo do Piauí, o planejamento compõe um sistema lógico de proposições, que organizadas em prioridades e metas, serão aliadas fundamentais para o processo de desenvolvimento que se almeja para o Estado. As premissas que nortearam o debate e a construção das propostas apresentadas neste PPA foram as seguintes:

Planejamento estratégico participativo com enfoque territorial

Dinamismo econômico, inclusão produtiva e sustentabilidade ambiental

Inclusão social, segurança e erradicação da pobreza

Gestão eficiente e transparência na aplicação dos recursos

**Diretrizes e desafios**

DIRETRIZES	DESAFIOS
1. Promover o desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• fortalecer a integração das políticas de saúde e segurança</li> <li>• promover educação integral a todas as dimensões do ser humano</li> <li>• implementar a integração das políticas de assistência social e educação para melhor desenvolvimento socioeconômico</li> <li>• promover a acessibilidade para inclusão social dos idosos e das pessoas com deficiência</li> <li>• fortalecer a segurança pública através de ações integradas, com foco na prevenção, redução da violência e da criminalidade</li> <li>• ampliar a atuação da Defensoria Pública, prioritariamente, em locais com grandes índices de exclusão social</li> <li>• promover o fortalecimento da transversalidade das políticas para mulheres e jovens, por meio de diálogo com os órgãos governamentais, com a sociedade e os movimentos sociais para a promoção e defesa dos direitos das mulheres e da juventude</li> <li>• reduzir os índices de todos os tipos violência contra as mulheres e jovens</li> <li>• implementar políticas públicas, referentes ao gênero, orientação sexual, raça e etnia</li> </ul>
2. Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliar o acesso às oportunidades de trabalho e emprego por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural</li> <li>• fomentar a integração da economia local, avançando nos benefícios sociais decorrentes da geração de emprego e renda</li> <li>• fomentar a inclusão às diversas formas de novas tecnologias como apoio ao desenvolvimento econômico e inclusão social</li> <li>• conceder linhas de créditos específicas com acompanhamento e viabilidade técnica</li> <li>• estimular a integração entre o agronegócio e a agricultura familiar e fortalecer as cadeias e arranjos produtivos locais (APLs)</li> <li>• fortalecer as potencialidades em processo de consolidação: piscicultura, turismo, indústria de transformação, energias renováveis e mineração</li> <li>• estimular os investimentos que integrem a economia local, ampliando os efeitos positivos da agregação de valor e da empregabilidade</li> <li>• impulsionar processos de entrada de investimentos no setor de turismo capazes de ampliar a oferta de serviços, empregos e distribuição de renda</li> <li>• neutralizar fatores adversos ao processo de desenvolvimento – baixo IDH, renda per capita, alta concentração de renda</li> <li>• fomentar, através de pesquisas e dados consolidados, investimentos privados no Estado</li> <li>• assegurar o desenvolvimento competitivo da agropecuária, garantindo o nível de proteção adequado aos consumidores</li> </ul>
3. Priorizar investimentos na infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• viabilizar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social, priorizando obras que promovam e fortaleçam integração entre os municípios e os Territórios</li> <li>• modernizar e ampliar os sistemas de transporte ferroviário, hidroviário, rodoviário e aeroviário</li> <li>• fortalecer a interligação entre os modais de transporte e a infraestrutura aeroportuária</li> <li>• reduzir o déficit habitacional</li> <li>• promover a universalização do saneamento básico com o acesso à água em seus múltiplos usos, ampliação da coleta e adequação do destino final dos resíduos sólidos e dos esgotos</li> <li>• implementar políticas eficazes de gestão de riscos, assegurando proteção e defesa da população em área de vulnerabilidade a desastre</li> </ul>
4. Adotar uma gestão eficiente com transparência e controle social para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• monitorar e avaliar as ações do governo visando garantir com efetividade a implementação de políticas públicas</li> <li>• assegurar a permanente valorização do servidor</li> <li>• garantir que a política de tecnologia da informação e comunicação seja acessível aos cidadãos, enquanto ferramenta de transferências de controle social das ações governamentais</li> <li>• definir uma política de tecnologia e comunicação como ferramenta para aumentar a produtividade das ações governamentais</li> <li>• manter o equilíbrio entre receitas e despesas, com foco na responsabilidade fiscal e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos</li> </ul>

# PROGRAMAS

CONTEXTUALIZAÇÃO

OBJETIVOS

METAS

PÚBLICO-ALVO

AÇÕES ESTRATÉGICAS

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

## **01 GESTÃO MODERNA ORIENTADA PARA RESULTADOS**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Estado do Piauí representa hoje, no cenário nacional, um Estado da federação em pleno crescimento, nos mais diversos setores. Tem como fundamento maior um modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis, com foco nos benefícios concretos para a população e as futuras gerações, sabendo-se que ainda são muitos os desafios a enfrentar. A efetivação das políticas públicas passa a ser prioridade, a partir de ações estratégicas sempre voltadas para a superação das dificuldades e construção de novas práticas que potencializem as riquezas existentes e valorizem os recursos humanos do Estado do Piauí.

É fundamental ressaltar a importância do diálogo a ser permanentemente mantido com diversos contextos e segmentos sociais, considerando as possibilidades concretas de intervenção na realidade e na melhoria da qualidade de vida da população. Desta forma, é indispensável a inclusão de políticas públicas dentro de um planejamento estratégico, participativo, articulado e eficiente que apontem ações administrativas transparentes e adotem recursos modernos e estruturados, aos quais venham garantir a transformação social de forma integrada com a sociedade, o Governo e as demais Instituições.

Fortalecer a governabilidade passa, necessariamente, por prover todos os órgãos do Governo do Estado dos instrumentos e meios administrativos que garantam a eficiência na gestão das ações governamentais, de forma ética, democrática e transparente na aplicação dos recursos públicos com foco na qualidade de vida dos cidadãos.

Adotando-se uma gestão não só com eficácia dos serviços públicos, mas buscando eficiência, tem-se como objetivo garantir a modernização e promoção da administração pública estadual.

Desta forma, são identificados na administração estadual alguns obstáculos para a consecução da sua missão institucional, tais como: inadequada infraestrutura física/funcional, equipamentos de informática insuficientes, e baixa capacitação, qualificação e valorização dos servidores. Para a superação dessas dificuldades e no sentido de revigorar a capacidade institucional/operacional do Estado, urge a necessidade de maiores investimentos, estudos e pesquisas, planejamento, definição de metas e monitoramentos das ações para se obter agilidade, transparência e resultados satisfatórios das políticas públicas para a população do Estado. Torna-se ainda necessário o constante equilíbrio dos gastos públicos e dos controles fiscais, associando a execução orçamentária às normas da contabilidade pública.

Assim, o governo do Estado tem envidado esforços no sentido de aperfeiçoar a administração tributária, realizando investimentos que resultaram na qualificação dos servidores, e na aquisição de novos sistemas e equipamentos, propiciando uma otimização dos serviços prestados aos contribuintes: consulta à legislação tributária, denúncia on-line, certidão negativa, consulta a diferimento, agenda dos prazos das obrigações tributárias, emissão do documento de arrecadação e outros.

Não obstante os avanços consideráveis em todas as áreas da Fazenda Estadual, ainda há um campo muito vasto para melhorias e que, diante das dificuldades presentes, precisam ser trabalhadas e, assim, obter resultados positivos crescentes: redução da sonegação fiscal; perda da arrecadação motivada pela cultura da não emissão da nota fiscal; baixo desempenho da administração financeira estadual, decorrente da falta de sistemas de controle da dívida pública, de precatórios, do fluxo de caixa e de pontos rede, entre outros.

### **PÚBLICO-ALVO**

Contribuintes, servidores e sociedade piauiense.

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SEGOV, COORDENADORIA DA JUVENTUDE, SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, SEFAZ, FUNDAT, FUNDESPI, SDR, INTERPI, EMATER, ADAPI, SEINFRA, IDEPI, SEPLAN, FUNDAÇÃO CEPRO, SEDET, JUCEPI, IMEPI, SEAD, IASPI, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, ATI, EMGERPI, SECRETARIA DA JUSTIÇA, PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI - TERESINA, ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR, SEMAR, SASC, CCOM, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, FMADPEP, PGE, CGE, SEID, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, DETRAN, DER-PI, CMTF, SETUR, SEC

**OBJETIVOS**

1. Fortalecer as competências técnicas no planejamento, na execução e no monitoramento das ações governamentais.
2. Melhorar a qualidade dos serviços públicos.
3. Promover o acesso dos servidores à formação acadêmica e/ou melhorar seu nível de conhecimento e atendimento ao cidadão.
4. Promover a eficiência dos serviços públicos por meio do adequado gerenciamento e utilização dos recursos humanos.
5. Aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado.
6. Fortalecer as relações políticas e institucionais com a União, os Estados e os Municípios.
7. Implementar a política de Parcerias Público-Privadas (PPPs).
8. Promover maior transparência às ações de governo por meio da institucionalização de canais de comunicação com a sociedade civil.
9. Planejar o desenvolvimento integrado e sustentável do Estado, de forma participativa, considerando as peculiaridades de cada território.
10. Realizar estudos e pesquisas socioeconômicas do Estado.

**METAS**

- 1.1 Realizar cursos de capacitação visando à valorização dos servidores do Estado.
- 2.1 Adquirir equipamentos de informática, software e de microfilmagem de documentos.
- 2.2 Adquirir mobiliários.
- 2.3 Digitalizar 50% do acervo do arquivo público.
- 2.4 Organizar e estruturar o arquivo público nas normas técnicas arquivistas.
- 3.1 Realizar cursos de capacitação visando à valorização dos servidores do Estado.
- 3.2 Fortalecer a Escola de Governo.
- 4.1 Redistribuir servidores públicos do Estado.
- 5.1 Implantar programa de Educação Fiscal.
- 5.2 Fortalecer a modernização da Gestão Fiscal.
- 6.1 Coordenar as ações do Governo do Estado com a União, os Estados e os Municípios.
- 6.2 Fortalecer e acompanhar os Conselhos de Políticas Públicas no Estado.
- 7.1 Coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a implementação das PPPs no Estado.
- 7.2 Ampliar e aprofundar as relações com as Instituições Multilaterais e Governos internacionais visando incrementar investimentos em áreas estratégicas do Estado.
- 7.3 Fortalecer parcerias com o terceiro setor.
- 8.1 Implantar seis Centrais de Atendimento ao Cidadão e instalar Salas da Cidadania.
- 9.1 Realizar 11 plenárias territoriais.
- 9.2 Fortalecer e acompanhar os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.
- 10.1 Realizar pesquisas socioeconômicas.
- 10.2 Reestruturar o banco de dados da Fundação CEPRO.

**AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DA CIDADANIA
- . ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS
- . FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE OS ENTES FEDERADOS
- . MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E APERFEIÇOAMENTO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- . MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO À SOCIEDADE
- . MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
- . MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL
- . MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- . PESQUISA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO
- . PLANEJA PIAUÍ

## **02 MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI) tem o propósito de elaborar, coordenar e executar a Política de Informática e de Tecnologia da Informação. É uma entidade pública, com o objetivo de administrar, manter e operar a infraestrutura das comunicações da rede governo, além de agilizar, facilitar e horizontalizar o acesso aos meios de comunicação, através de rede para captação, transmissão e distribuição das informações de forma íntegra, ininterrupta e segura.

Nesse contexto surgem desafios, tais como: aperfeiçoar a conectividade dos softwares de gestão, unificando os bancos de dados, aproximando a tecnologia ao cidadão, através de Provedor Estadual de Internet com caráter social. Tais ações permitem a expansão dos programas de inclusão digital no Estado do Piauí.

### **OBJETIVOS**

1. Promover a inclusão digital em todo Estado.
2. Promover a interação entre Governo e sociedade civil (rede governo) por meio de tecnologia da informação e comunicação.
3. Propiciar as condições necessárias para a universalização do ensino a distância nas escolas da rede estadual.
4. Modernizar a estrutura de tecnologia estadual voltada para a saúde com a implantação da Telemedicina em hospitais de média e alta complexidade.
5. Ampliar o sistema de monitoramento por câmeras em todos os municípios do Estado.
6. Promover a segurança da informação como prevenção ao crime cibernético.
7. Ampliar o sinal da TV e da Rádio Antares.

### **METAS**

- 1.1 Ampliar o programa de inclusão digital a 100% dos municípios piauienses.
- 2.1 Implantar a infraestrutura de tecnologia de informação (rede governo) em todos os órgãos e entidades.
- 3.1 Levar internet de boa qualidade (banda larga) a todos os municípios do Estado.
- 4.1 Implantar o sistema de telemedicina nos hospitais regionais das principais cidades do Estado.
- 5.1 Implantar o sistema de monitoramento por câmeras nas principais cidades do Estado.
- 6.1 Adquirir softwares específicos e atuais para melhorar a segurança dos dados e informações de responsabilidade da ATI.
- 7.1 Ampliar o sinal digital da TV Antares.
- 7.2 Adquirir equipamentos para geração de sinal HD em Teresina.
- 7.3 Implementar a migração do sinal da rádio Antares de AM para FM.

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . EXPANSÃO DO SINAL DA TV EDUCATIVA E RÁDIO ANTARES
- . INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- . REDE GOVERNO INFOVIA

### **PÚBLICO-ALVO**

Órgãos públicos e toda a sociedade piauiense.

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

FUNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCATIVA DO PIAUÍ, ATI

### **03 SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO E QUALIDADE PARA TODOS**

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Sistema Estadual de Saúde vem sendo estruturado e se consolidando no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva de garantir à população o acesso igualitário a uma assistência integral, através de serviços locais que priorizem o aprimoramento, a eficiência e a resolutividade frente às diferentes situações e demandas dos usuários do sistema. A despeito dos esforços despendidos e avanços obtidos, os serviços prestados hoje na rede SUS do Estado, ainda enfrentam muito desafios relacionados à qualidade dos serviços disponibilizados à população.

O governo do Estado tem investido no apoio aos municípios, reforçando a estratégia de priorização das ações de promoção e prevenção da saúde, visando qualificar a Atenção Básica do Estado mediante o cofinanciamento e a reestruturação da estratégia Saúde da Família e da ampliação de Equipes de Saúde Bucal, para garantir condição plena de funcionamento junto à população.

Nesse sentido, 98,76% dos municípios piauienses já se encontram dentro da Estratégia Saúde da Família e 90% já desenvolvem o Programa de Saúde Bucal MS/DAB-2014. Com estas ações de fortalecimento da Atenção Primária o Estado visa reduzir a pressão por serviços hospitalares que demandam altos investimentos, muitas vezes inexecutáveis no curto prazo, sem prejuízo da prestação de serviços de média e alta complexidade, coerente com a lógica da hierarquização e regionalização dos serviços de saúde. Além disso, busca implantar um sistema de monitoramento e avaliação na rede de serviços de atenção hospitalar.

Conforme dados do CNES/2014, encontram-se em funcionamento atualmente no Estado, 1.344 Unidades Básicas de Saúde; 409 em construção, implicando em uma cobertura de Atenção Básica para 2.928.292 habitantes, que corresponde a um percentual de cobertura populacional da ordem de 91,96%. O Estado conta também com 141 equipes de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) implantados. Conta, ainda, com 29 centros de especialidades odontológicas e 147 laboratórios de próteses dentárias.

Com relação às ações assistenciais de saúde, o atendimento às demandas manifestadas pela população é realizado por meio de uma rede de saúde que, embora regionalizada e hierarquizada por nível de complexidade crescente, não é suficiente para assegurar plena resolução das necessidades da população. A fragilidade no funcionamento dos sistemas locais/municipais de saúde, a desarticulação e a não integração das ações têm direcionado para o município de Teresina os casos não resolvidos localmente, produzindo um estrangulamento nos serviços de saúde e comprometendo, conseqüentemente, o acesso, a qualidade e a resolutividade da assistência prestada.

A fragilidade das estruturas locais e regionais do Estado, em termos de capacidade tecnológica e humana acaba por determinar que a cidade de Teresina seja referência para toda população do Estado nos diversos níveis de atenção, sobrecarregando o sistema e produzindo um desequilíbrio na oferta. Tais situações produzem descontinuidade nas ações assistenciais, a exemplo do diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares e de algumas neoplasias como os cânceres de colo útero e de mama, responsáveis por elevados índices de mortalidade no Piauí. No tocante à atenção hospitalar, há a necessidade de reestruturação do setor, integrando-o, efetivamente, às redes temáticas de atenção à saúde em franco processo de implantação no Estado. Esse processo fundamenta-se na concepção de Rede de Atenção à Saúde (RAS) como o modelo organizativo de ações e serviços, capaz de garantir acessibilidade, continuidade e potencial resolutividade às demandas da população. Esse processo também objetiva oportunizar, dentre outros ganhos, o enfrentamento da crise de dimensões organizacional, política, financeira, assistencial e de formação profissional que permeia o funcionamento do setor hospitalar no Estado e no País.

Para a prestação da assistência hospitalar, o Piauí conta atualmente com 3,02 leitos por 1.000 habitantes, considerando-se a totalidade dos leitos disponíveis. Porém, na rede hospitalar do SUS a disponibilidade é de 2,76 leitos por 1.000 habitantes (DATASUS/CNES-2014).

Nesta direção há, ainda, a necessidade de introduzir novos mecanismos e instrumentos de gestão, com particular atenção à rede hospitalar estadual, na perspectiva de estruturação de um modelo de gestão por resultados dos prestadores de cuidados especializados, compatível com o perfil assistencial e com o sistema de referência e contrarreferência adotado.

É necessário considerar a magnitude, a diversidade da realidade social, política e administrativa do Estado, bem como sua extensa área territorial, marcada por expressivas diferenças e diversidade organizacional e operativa da rede de serviços de saúde. Ali se constata vazios assistenciais que, paradoxalmente, convivem com o excesso de serviços na região metropolitana de Teresina, em detrimento da região sul do estado, na qual a desigualdade de oferta, de utiliza-

ção e de acesso a insumos e bens de serviços de saúde, configura-se como uma realidade a ser melhorada. As ações desenvolvidas no âmbito da Vigilância em Saúde sinalizam para a necessidade de fortalecer iniciativas, notadamente direcionadas para o controle de agravos transmitidos por vetores e reservatórios, tais como a Dengue, com Taxa de Incidência, em 2013, de 156,61 casos por 100.000 hab./ano e registro de dois óbitos. Cumpre ressaltar que no período em referência, 88,74% dos casos foram notificados oportunamente.

Em que pese o desenvolvimento de ações nessa área da vigilância ambiental, registrou-se a ocorrência de 18 casos de Malária no estado no ano de 2013. A Leishmaniose Visceral também foi responsável pela ocorrência de nove óbitos, em 2013, sinalizando para a necessidade de fortalecimento de ações de prevenção, quer em termos de controle vetorial, quer associadas com outras intervenções no âmbito do saneamento e do acesso à alimentação saudável. Cabe ao Estado o investimento na notificação oportuna e na confirmação laboratorial de casos, como estratégias importantes no âmbito da política.

## OBJETIVOS

1. Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento dos diferentes níveis de atenção e de cuidado (Primária, Secundária e Terciária).
2. Reduzir riscos de agravos à saúde da população, por meio das ações de Prevenção, Promoção e Vigilância em Saúde no âmbito Epidemiológico, Ambiental e Sanitário.
3. Fortalecer o processo de implementação das políticas de assistência farmacêutica, laboratorial, assistência hematológica e hemoterápica no âmbito do SUS-PI.
4. Reestruturar a rede hospitalar estadual, por meio da qualificação, humanização e ampliação do acesso à prestação de serviços assistenciais de saúde e do processo de gestão, na perspectiva de implementação da Atenção em Rede.
5. Fortalecer a intersetorialidade de ações sustentáveis, na interface com outras políticas sociais no âmbito da Educação, Assistência Social, Segurança, Transporte, Meio Ambiente e Saneamento Básico, promovendo e fortalecendo a inclusão de segmentos e grupos prioritários e a promoção da saúde e redução das desigualdades.
6. Modernizar e qualificar o processo de gestão no âmbito do SUS-PI.

## METAS

- 1.1 Garantir o cofinanciamento estadual da Atenção Básica, Secundária e Especializada, conforme pactuação em CIB aos 224 municípios.
- 1.2 Implantar e implementar 11 redes temáticas de atenção à saúde nas 11 Regionais de Saúde do Estado.
- 1.3 Ampliar a resolutividade e capacidade de oferta dos serviços especializados de consultas, exames laboratoriais e procedimentos especializados de saúde pública de média e alta complexidade nos serviços públicos de referência regional e estadual do SUS-PI.
- 2.1 Reduzir a taxa de mortalidade em 5% ao ano.
- 2.2 Reduzir a taxa de internação hospitalar em 7,6% ao ano.
- 2.3 Garantir homogeneidade das coberturas vacinais.
- 2.4 Aumentar a cobertura das ações de controle da DST-AIDS, tuberculose, hanseníase e outros agravos em 10%, nos quatro anos.
- 2.5 Garantir imunização a 100% das crianças menores de cinco anos.
- 2.6 Aumentar a detecção, notificação e investigação das doenças e agravos à saúde.
- 2.7 Ampliar a capacidade de inspeção e monitoramento dos serviços de saúde no Estado.
- 2.8 Reduzir em 10% ao ano o índice de infestação populacional com vetores de doenças endêmicas tais como: dengue, leishmaniose, Chagas, tracoma, Zika, Chikungunya (Parvovíruses).
- 3.1 Regularizar técnica, sanitária e estruturalmente em 100% as Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácias Estaduais Hospitalares e Ambulatoriais quanto ao armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos.
- 3.2 Garantir o acesso da população aos medicamentos, insumos e materiais do componente hospitalar.
- 3.3 Implementar a Política de sangue e hemoderivados no Estado, por meio da atuação dos Hemocentros Regionais.
- 4.1 Ampliar e qualificar a oferta de serviços de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar nos estabelecimentos de saúde de referência estadual.
- 4.2 Ampliar leitos de UTI geral, pediátrico e neonatal, Unidade do Cuidado Intermediário (UCI), leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação, dentro das redes de atenção à saúde e leitos psiquiátricos nos hospitais estaduais.

- 4.3 Implementar a Política Estadual de Reorientação das unidades hospitalares com menos de 50 leitos.
- 4.4 Reestruturar a capacidade instalada das regionais de saúde.
- 5.1 Garantir interface com órgãos públicos e organizações sociais para desenvolver ações em parceria, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.
- 6.1 Estruturar o Complexo Regulador Estadual (CRE), conforme § 1º do Art. 9º da Portaria GM 1559, de 01/08/2008.
- 6.2 Qualificar a Gestão das 11 Regionais de Saúde do Estado.
- 6.3 Ampliar a capacidade de recursos humanos na rede SUS.
- 6.4 Fortalecer o modelo de gestão solidária e compartilhada, por meio dos instrumentos de pactuação interfederativa.
- 6.5 Fortalecer, estimular e apoiar a participação de grupos representativos dos movimentos sociais, em ações voltadas para a qualificação do controle social e do protagonismo dos usuários na definição de prioridades das políticas de saúde do SUS.
- 6.6 Fortalecer o Sistema de Planejamento do SUS, por meio do apoio aos 224 municípios nas ações de planejamento.
- 6.7 Modernizar a Infraestrutura, os Processos de Gestão da Informação e a Qualificação da Prestação de Serviços em 100% das Unidades e Serviços sob gestão estadual.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA DE CONSULTAS, EXAMES LABORATORIAIS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- . APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS PARA GARANTIR A INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE
- . ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPICA DE QUALIDADE
- . ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- . ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À POPULAÇÃO MATERNA E RÉCEM-NASCIDOS, REFERENCIADA DO SUS
- . ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA A POPULAÇÃO INFANTIL
- . CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS
- . FOMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS MEDIANTE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSES COM MUNICÍPIOS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, CEF E OUTROS
- . FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA/SECUNDÁRIA/ESPECIALIZADA
- . FORTALECIMENTO DA GESTÃO NO ÂMBITO DO SUS-PI (CONTROLE, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO, OUVIDORIA, AUDITORIA, EDUCAÇÃO PERMANENTE DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SESAPI)
- . VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E SANITÁRIA E SAÚDE DO TRABALHADOR

### PÚBLICO-ALVO

População em geral.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

FUNSAUDE/SUS-GESTÃO PLENA ESTADUAL, HOSPITAL REGIONAL MANOEL SOUSA SANTOS/BOM JESUS, HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES/FLORIANO, HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA/PARNAÍBA, HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ/PICOS, HOSPITAL SENADOR CÂNDIDO FERRAZ/SÃO RAIMUNDO NONATO, HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR, HOSPITAL REGIONAL DR. JOÃO PACHECO CAVALCANTE/CORRENTE, HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO/OEIRAS, HOSPITAL REGIONAL DR. CHAGAS RODRIGUES/PIRIPIRI, LABORATÓRIO CENTRAL DR. COSTA ALVARENGA/TERESINA, HOSPITAL INFANTIL DR. LUCÍDIO PORTELLA/TERESINA, HOSPITAL PSIQUIÁTRICO AREOLINO DE ABREU/TERESINA, MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA/TERESINA, INSTITUTO DE DOENÇAS TROPICAIS DR. NATAN PORTELA/TERESINA, HOSPITAL GETÚLIO VARGAS/TERESINA, HEMOPI/TERESINA, HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE/PARNAÍBA, HOSPITAL ESTADUAL DR. JÚLIO HARTMAN/ESPERANTINA, HOSPITAL LOCAL JOSÉ DE MOURA FÉ/SIMPLÍCIO MENDES, HOSPITAL REGIONAL TERESINHA NUNES DE BARROS/SÃO JOÃO DO PIAUÍ, HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA/VALENÇA DO PIAUÍ, HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE/URUÇUÍ, HOSPITAL LOCAL DOMINGOS CHAVES/CANTO DO BURITI, I - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/PARNAÍBA, III - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/PIRIPIRI, V - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/CAMPO MAIOR, VII - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/VALENÇA DO PIAUÍ, IX - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/PICOS, X - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/FLORIANO, XII - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/SÃO RAIMUNDO NONATO, XIII - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/BOM JESUS, IV - COORD. REGIONAL DE SAÚDE/TERESINA, UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE DO MOCAMBINHO, SESAPI, HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI/TERESINA

## **04 ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Piauí figura no 3º lugar no ranking dos Estados mais pobres do Brasil, apresentando índices elevados de desequilíbrio na distribuição de renda, refletido no grau de empobrecimento de grande parcela da população.

Esta situação tem sido revertida ao longo da última década. No entanto, muito ainda precisa avançar no sentido de reduzir a desigualdade apontada no IDHM/ 2013 e combater as vulnerabilidades sociais que essa realidade perversamente produz, como a existência no Estado de 665.732 pessoas em situação de extrema pobreza ou com renda per capita abaixo de R\$ 77,00 por mês.

O reconhecimento pela Constituição Federal da Assistência Social como política pública não contributiva e integrante do Sistema de Seguridade Social brasileiro dotou o Estado das condições necessárias para avançar na construção de instrumentos e políticas públicas em sintonia com os objetivos, princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o propósito de promover o bem-estar e proteção social a todos que dela necessitarem.

A Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC), criada em 2003, tem como missão implementar a Política de Assistência Social, promovendo a descentralização político-administrativa com a participação popular, primando pela responsabilidade do Estado junto aos segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas, das oportunidades de acesso ao trabalho, bens e serviços coletivos e das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária.

Desenvolver as capacidades e talentos para a convivência social com protagonismo e busca de autonomia desse segmento social tem sido um dos grandes desafios do Estado. Nesse sentido, faz-se necessária a estruturação e fortalecimento dos principais instrumentos estatais de oferta e/ou articulação dos serviços socioassistenciais em nível de proteção básica e especial: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Nessa perspectiva, o Estado se propõe a desenvolver um programa que compreenda Assistência, Inclusão Social e Garantia de Direitos por meio do fortalecimento do SUAS, visando assegurar Proteção Social Básica e Especial direcionada às crianças e aos adolescentes em situação de trabalho infantil e exploração sexual, às famílias pobres e extremamente pobres, e aos adolescentes infratores em atendimento inicial, internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade. Visa, ainda, promover segurança alimentar e nutricional, mediante o acesso à alimentação adequada e a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais, e defender os Direitos Humanos, com ênfase nas pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação.

O enfrentamento destes desafios na perspectiva de fortalecer o SUAS, aprimorar a gestão e a qualificação dos Programas, Projetos, Benefícios e Serviços previstos, é condição essencial para a consolidação deste Sistema e para a garantia do acesso aos direitos socioassistenciais. Esta é a desafiadora tarefa do Estado (gestores), Conselheiros, Trabalhadores e Usuários nos próximos quatro anos.

### **PÚBLICO-ALVO**

População em geral em situação de vulnerabilidade social.

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA, SASC, FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**OBJETIVOS**

1. Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) mediante o cofinanciamento, regulação e ampliação do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento e atendimento, por meio da Rede de Proteção Básica e Especial, contemplando a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.
2. Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres, por meio dos Programas, Projetos e Benefícios e articulação com outras políticas promotoras de emancipação.
3. Promover os Direitos Humanos dos adolescentes infratores em atendimento inicial, internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade, garantindo o desenvolvimento integral do SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012).
4. Assegurar Proteção Social Básica e Especial às crianças e adolescentes, com vistas ao enfrentamento da situação de Trabalho Infantil e Exploração Sexual.
5. Promover e defender os Direitos Humanos, com ênfase nas pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.
6. Promover segurança alimentar mediante o acesso à alimentação adequada, à promoção de hábitos alimentares saudáveis e à inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.

**METAS**

- 1.1 Apoiar os municípios do Piauí por meio do cofinanciamento Estadual de Proteção Social Básica.
- 1.2 Ampliar os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), mediante cofinanciamento estadual.
- 1.3 Ofertar serviços de Alta Complexidade para acolhimento institucional de crianças, adolescentes, idosos, jovens, adultos e mulheres em 70% dos Territórios/Regionais.
- 1.4 Proporcionar cobertura plena às famílias em extrema pobreza por meio do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), BPC na Escola, ACESSUAS e outros.
- 2.1 Reduzir de 5,1% para 2,5% o percentual de famílias extremamente pobres.
- 3.1 Implantar e implementar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, sob a ótica do SINASE.
- 4.1 Reduzir a incidência de crianças e adolescentes em Situação de Trabalho Infantil e Exploração Sexual.
- 5.1 Promover direitos e garantir proteção social para mulheres vítimas de violência.
- 5.2 Dotar de assistência integral a pessoa idosa vítima de violência.
- 5.3 Implantar Conselhos e ou Comitês de Direitos Humanos em 50% dos municípios.
- 5.4 Implantar nos 11 Territórios de Desenvolvimento, Comitês Territoriais de Enfrentamento à Discriminação.
- 5.5 Instituir o Conselho Estadual LGBT.
- 5.6 Implantar, implementar e monitorar ações do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).
- 5.7 Ampliar, qualificar e articular ações e serviços focados na promoção dos direitos, com o objetivo de enfrentar e erradicar todas as formas de trabalho análogo ao escravo.
- 5.8 Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas.
- 6.1 Ampliar o acesso de famílias em situação de insegurança alimentar à alimentação adequada.
- 6.2 Elaborar e implementar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de forma a atender o disposto no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

**AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
- . COFINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL
- . FORTALECIMENTO DA GESTÃO E APRIMORAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO E CONTROLE SOCIAL E DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL
- . MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- . PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR
- . PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MEDIANTE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL
- . PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
- . REORDENAMENTO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO

## 05 GARANTIA DOS DIREITOS E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o Censo realizado pelo IBGE, em 2010, aproximadamente 860.430 pessoas possuem algum tipo de deficiência no Piauí. Este número corresponde a 27,59% da população total do Estado, e coloca o Piauí em 4º lugar na lista de estados brasileiros com maiores índices de pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência estão em interação constante com o meio sociocultural, atuando e interferindo como sujeitos ativos neste contexto, mas também em constante relação com o que o meio oferece de favorável ou desfavorável ao seu desenvolvimento pessoal e social.

Com o firme propósito de garantir os direitos de cidadania estabelecidos pela Constituição Federal, o Estado, a partir de 2003, deu passos importantes no processo de construção de instrumentos e políticas públicas voltadas para esse segmento social, com o envolvimento amplo do poder público e da sociedade civil, materializados na criação da Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) e implementação de políticas públicas, bem como na criação e fortalecimento de instâncias colegiadas de defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Um dos grandes desafios do Estado nesta área consiste em avançar no processo de estruturação e fortalecimento dos instrumentos de execução dessas políticas, assim como das instâncias colegiadas, por meio da articulação do poder público e da sociedade civil para a implementação de ações nas áreas de educação, saúde, cultura, assistência social, esporte e lazer e inclusão produtiva, objetivando a efetivação dos direitos assegurados e a garantia de meios e condições para a inclusão social e produtiva das pessoas com deficiência.

Com o presente programa, o Estado do Piauí se propõe a avançar nos próximos quatro anos na efetivação dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência, considerando a diversidade de necessidades desse segmento e os princípios estabelecidos no Art. 3º da Constituição Federal de 1988, especialmente os que norteiam o propósito de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e o de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".



**OBJETIVOS**

1. Fortalecer a rede de proteção social e intensificar as medidas socioassistenciais direcionadas às pessoas com deficiência.
2. Fortalecer a Rede Estadual de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência.
3. Garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência a uma educação que favoreça o seu pleno desenvolvimento e sua inclusão social.
4. Promover a inclusão produtiva das pessoas com deficiência, por meio de ações de acesso ao mercado de trabalho formal, de geração de renda e de empreendedorismo, estimulando a sua autonomia.
5. Implantar e implementar os conselhos de defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
6. Implementar a acessibilidade para pessoas com deficiência, por meio da remoção de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de comunicação e de informação, assegurando a utilização de tecnologias assistivas, equipamentos e serviços que favoreçam a sua inclusão.

**METAS**

- 1.1 Ampliar a implementação das medidas socioassistenciais direcionadas para as pessoas com deficiência.
- 2.1 Descentralizar serviços especializados em reabilitação.
- 3.1 Ampliar e descentralizar a oferta de Educação Especial, mediante a implantação de Centros Integrados nos municípios prioritários.
- 4.1 Articular junto ao poder público e iniciativa privada o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.
- 5.1 Ampliar o número de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMUDES) implantados.
- 5.2 Dotar o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE) de apoio técnico operacional na realização de ações junto aos municípios.
- 6.1 Eliminar as barreiras arquitetônicas nos órgãos públicos estaduais.
- 6.2 Dotar a Administração Pública estadual de tecnologias assistivas, equipamentos e serviços que favoreçam a comunicação e a inclusão das pessoas com deficiência.

**AÇÕES ESTRATÉGICAS**

. FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

. FORTALECIMENTO DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MUNICÍPIOS

. ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, DE GERAÇÃO DE RENDA E DE EMPREENDEDORISMO

**PÚBLICO-ALVO**

Pessoas com deficiência, gestores, técnicos e conselheiros de defesa dos direitos da pessoa com deficiência do Estado e dos municípios.

**ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SEAD, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, SEID, FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

## **06 PIAUÍ, SEGURANÇA E CIDADANIA**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A segurança pública está dentre as principais preocupações dos brasileiros, figurando nas primeiras colocações em diferentes pesquisas de opinião pública (IBOPE, 2010; DataSenado, 2010; Instituto Akatu, 2009). Dados recentes do IPEA mostram a sensação de insegurança entre a população: 78,6% dos brasileiros adultos têm muito medo de serem assassinados e 73,7% têm muito medo de serem vítimas de assalto à mão armada (SIPS, 2010).

Na análise da realidade local, a grande extensão vertical do Piauí e a quantidade de estados limítrofes são características que tornam necessário alto grau de mobilidade e interoperabilidade dos Órgãos de Segurança Pública.

Desta forma, um dos principais desafios da segurança é o de lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes cidades. Cabe avançar no restabelecimento da presença do Estado nessas regiões, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e combate de suas causas com ações de repressão e ordenamento social. Ante o exposto, passa-se à apresentação de um esboço do diagnóstico situacional das condições materiais e humanas, a partir de elementos coletados no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Polícia Civil (PC) e Polícia Militar (PM).

Das 173 unidades de segurança pública existentes, oito são unidades dos bombeiros (cinco na capital e três no interior), 100 da Polícia Civil (52 delegacias na capital e 38 no interior), quatro unidades periciais, sendo uma no interior (Parnaíba) e nove unidades administrativas policiais. A Polícia Militar tem 65 unidades, sendo quatro de apoio (três na capital e uma no interior), 22 Batalhões (13 na capital e nove no interior), e 39 Companhias Operacionais (18 na capital e 21 no interior).

O Estado conta com 7.445 profissionais de segurança pública, sendo 346 bombeiros, 1.315 policiais civis e 5.784 policiais militares, que exercem suas atividades, em grande parte, no regime de plantão. Estes dados sinalizam para a necessidade do aumento de recursos humanos nas três instituições, em virtude do distanciamento entre o quantum legal e a situação real, indicando, possivelmente, um dos fatores que contribui para o fenômeno de insegurança no seio da população.

No município de Teresina foram registrados no ano de 2008, 131 homicídios dolosos, 1.798 ocorrências de roubos diversos e 307 ocorrências de roubo de veículos. Já no ano de 2014 foram registradas 414 ocorrências de homicídios dolosos, 17.054 ocorrências de roubos diversos e 2.624 ocorrências de roubo de veículos, perfazendo as seguintes taxas de aumento no período observado: ocorrências de homicídios dolosos (216%), ocorrências de roubos diversos (848,4%) e ocorrências de roubo de veículos (754,7%).

Por fim, o Estado do Piauí apresenta decréscimo de despesas com segurança pública, além de acentuada predominância de profissionais na Macrorregião do Meio-Norte do Estado em detrimento dos demais territórios, portanto o programa Piauí, Segurança e Cidadania visa atender todo o Estado de forma mais eficiente e toma por paradigma a divisão territorial do estado em quatro macrorregiões e 11 Territórios de Desenvolvimento, acobertando, além da capital, todos os municípios que integram o Estado do Piauí.

O Programa que se apresenta está em consonância com o plano estratégico da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI), porquanto integra potenciais sociais, econômicos, culturais, geográficos, dentre outros. Daí servir de norte para o planejamento da segurança pública, uma vez que as ações delituosas tendem a se relacionar com a ideia de desenvolvimento humano e econômico, fatores que promovem aglomerações urbanas e, por conseguinte, possíveis problemas sociais.

#### **🔧 PÚBLICO-ALVO**

Sociedade em geral e agentes de segurança pública.

#### **🔧 ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

## OBJETIVOS

1. Aperfeiçoar a estrutura de segurança pública do Estado do Piauí para dinamizar o fluxo operacional de prevenção e enfrentamento à violência, implementando estratégias de ações integradas entre os órgãos de segurança pública.
2. Articular e incrementar, com proficiência, atividades repressoras e elevar os índices de resolutividade de crimes, por meio da elaboração de procedimentos estratégicos e formais.
3. Realizar ações preventivas destinadas ao aprimoramento da segurança pública, com o objetivo de diminuir a violência no Estado do Piauí.
4. Promover ações de integração e modernização dos segmentos de segurança pública a fim de assistir e desenvolver a qualificação profissional e fomentar medidas de melhoria da saúde do profissional de Segurança Pública.

## METAS

- 1.1 Criar o Sistema Integrado de Segurança Pública, a fim de fortalecer e aprimorar as estratégias de prevenção e combate ao crime.
- 1.2 Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica.
- 1.3 Diminuir em 20% os índices de tráfico de drogas e armas nas divisas do Estado do Piauí.
- 1.4 Aumentar em 30% a resolutividade de crimes, por meio do aprimoramento e estruturação das Unidades de Investigação e Polícia Técnico-Científica.
- 1.5 Aumentar em 30% o número de atendimento às vítimas de violência em razão de sexo, idade, raça, etnia e outras ações discriminatórias.
- 2.1 Aumentar em 50% as abordagens nas divisas com barreiras policiais integradas nas zonas críticas de tráfico de armas e drogas.
- 3.1 Aumentar em 30% a cobertura de atendimento especializado à mulher, ao idoso e a criança/adolescente vítimas de violência.
- 3.2 Intensificar ações educativas de prevenção à violência em todos os territórios do Estado.
- 4.1 Reformar 60% das unidades policiais civis e militares existentes no Estado.
- 4.2 Fortalecer as estruturas da Corregedoria para potencializar a capacidade de apuração, diminuindo o tempo do trâmite processual em 50%.
- 4.3 Aumentar o contingente de profissionais da segurança pública em 50%, por meio de concurso público.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . AMPLIAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO
- . APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E POTENCIALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA SEGURANÇA PÚBLICA
- . CRIAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS INTEGRADAS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- . IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

## **07 PIAUÍ COM SEGURANÇA**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

As causas da violência fundamentalmente são associadas às condições socioeconômicas desfavoráveis. No entanto, a ineficiência de políticas públicas de segurança também contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade.

A violência se apresenta nas mais diversas configurações, tais como:

- violência contra a mulher, a criança e o idoso; e
- violência sexual, política, psicológica, física, verbal, dentre outras.

Portanto, esta questão no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e o judiciário. Requer também políticas públicas voltadas para uma participação maior da sociedade nas discussões e soluções de problemas sociais que se agravam.

As drogas, principalmente o crack, se alastram de uma maneira assustadora no Estado do Piauí. O mal atinge, principalmente, a juventude, que está exposta ao fácil acesso para consumo e/ou tráfico. O mal é ainda maior quando se constata que o vício de drogas leva a outros problemas, como a criminalidade, a prostituição, a desestruturação familiar, escolar e profissional entre outros.

A política de segurança reativa, adotada historicamente, perdeu a capacidade de lidar com as demandas por segurança da sociedade, exigindo que o Estado adeque sua estrutura institucional, oferecendo serviços de segurança pública de qualidade para todos os cidadãos, que inclui a intensificação do policiamento ostensivo, otimizando os serviços de Inteligência e contrainteligência, bem como políticas preventivas visando à redução da criminalidade e da violência doméstica.

Dessa forma, o desafio imposto à segurança exige o estabelecimento de novas alternativas de policiamento que ensejem maior aproximação com a comunidade. O Projeto Polícia Comunitária tem como diferencial a aproximação entre polícia e comunidade, ampliando os laços de cooperação, confiança e respeito. A ideia é mostrar o policial como um aliado, como alguém acessível à população e, para isso, cada Central tem um número fixo próprio, além das rondas diárias e das visitas comunitárias.

A redução nos índices de ocorrências como furtos e perturbação do sossego alheio, através de denúncias oriundas dos próprios moradores, demonstra a receptividade da sociedade a essa nova forma de abordagem policial.

Pretende-se implementar a filosofia de Polícia Comunitária em toda as unidades da Capital e do interior, dotando cada batalhão operacional com Companhia de Policiamento Comunitário, com ênfase na segurança nas escolas públicas.



## OBJETIVOS

1. Implementar política de prevenção e enfrentamento da violência.
2. Promover ações socioeducativas voltadas para os segmentos sociais mais vulneráveis.
3. Estruturar e modernizar a Polícia Militar do Piauí, com aumento do efetivo e equipamentos para melhorar a qualidade do serviço policial militar prestado.
4. Promover o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício da atividade Policial Militar.
5. Valorizar o profissional de segurança pública com capacitação continuada e melhoria das condições de trabalho, lazer e saúde.
6. Promover ações preventivas e repressivas para o enfrentamento das várias formas de violência.

## METAS

- 1.1 Reduzir em 60% o índice de criminalidade por território.
- 1.2 Elaborar Plano Estadual de Segurança Pública e Justiça.
- 2.1 Qualificar os profissionais de segurança em 25% por ano, com o intuito de prestar serviço de qualidade à sociedade piauiense.
- 3.1 Aparelhar e equipar as instituições públicas de segurança em 25% ao ano.
- 4.1 Aumentar o efetivo das instituições de segurança pública em 80%.
- 6.1 Ampliar os programas Polícia Comunitária, Pelotão Mirim e Proerd em 25% ao ano, com objetivo de aumentar a segurança preventiva no Estado do Piauí.

## ações estratégicas

- . REESTRUTURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA MILITAR

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

## 08 JUSTIÇA COM EDUCAÇÃO, TRABALHO E HUMANIZAÇÃO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A dignidade humana como preceito ético e fundamento constitucional exige do Estado não só respeito e proteção, mas garantia de efetivação dos direitos dela decorrentes. Toda pessoa é sujeito de direitos e deveres e como tal deve ser tratada. Quando, do ponto de vista jurídico, fala-se de um “mínimo existencial”, trata-se de algo intrinsecamente ligado à realização dos direitos fundamentais, que representam a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. A ideia que o norteia refere-se à preservação e garantia das condições e exigências mínimas de uma vida digna. Isso significa dizer que o direito ao mínimo existencial está alicerçado no direito à vida e na dignidade da pessoa humana. Que esta seja respeitada, protegida e promovida é dever do Estado.

Artigos iniciais e estruturais da Constituição estabelecem a inviolabilidade do ser humano como pressuposto de toda a estrutura jurídica e social, reconhecendo-os como sujeitos do direito, isto é, como portador de direitos e deveres. Estabelecer a dignidade da pessoa humana como fundamento de uma Constituição, tal como o faz a brasileira, significa dizer que ela se constitui no referencial teórico e base de sustentação de toda a estrutura jurídica e social. Ela é um princípio sobre o qual se ergue a ordem constitucional. Significa, portanto, que não pode ser violada e que, ao mesmo tempo, deve ser protegida e promovida.

A retomada dos investimentos, norteados pela concepção de justiça com educação, trabalho e humanização, seguramente permitirá que se tenha um novo cenário para o sistema prisional e de justiça no Estado do Piauí, colaborando mais com a segurança pública e com a sociedade a partir do viés da humanização.

A justificativa se dá pela relação de detentos por quantidade de vagas no sistema prisional, contando atualmente com 3.591 detentos para uma oferta de 2.230 vagas.



#### PÚBLICO-ALVO

Agentes penitenciários, apenados, reeducandos e seus familiares.

#### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SECRETARIA DA JUSTIÇA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

## OBJETIVOS

1. Promover melhorias no sistema prisional tornando-o mais seguro e eficiente, atendendo às demandas existentes nos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí.
2. Humanizar o sistema penitenciário possibilitando a reintegração e ressocialização da pessoa privada de liberdade, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho.
3. Promover gestão eficiente nos sistemas prisionais, proporcionando agilidade no julgamento das pessoas privadas de liberdade, com o efetivo respeito aos direitos humanos e a cidadania, bem como a proteção, a defesa e a qualificação dos servidores.
4. Desenvolver ações e políticas públicas nas áreas dos direitos humanos, cidadania, direitos do consumidor, combate às drogas e relação com movimentos sociais.
5. Desenvolver política de valorização do servidor e de gestão de pessoal.

## METAS

- 1.1 Reduzir o déficit carcerário do Estado.
- 1.2 Implantar 2.800 novas vagas em unidades prisionais.
- 1.3 Reformar seis unidades prisionais.
- 1.4 Informatizar 100% das unidades carcerárias.
- 1.5 Monitorar eletronicamente 2.000 presos.
- 2.1 Capacitar 2.000 detentos.
- 2.2 Implantar ações de educação básica e profissionalizante.
- 2.3 Potencializar políticas de ressocialização.
- 2.4 Promover assistência jurídica.
- 3.1 Implantar gestão compartilhada.
- 3.2 Fortalecer parcerias com órgãos do judiciário e segurança pública com o objetivo de dinamizar os julgamentos/processos dos privados de liberdade.
- 3.3 Munir 100% dos servidores de qualificação e material de proteção.
- 4.1 Promover ações de cidadania.
- 5.1 Contratar novos servidores.
- 5.2 Promover a formação e aperfeiçoamento de servidores do sistema prisional.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

. CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

. PROMOÇÃO DE AÇÕES SOCIOECONÔMICAS E EDUCATIVAS AOS DETENTOS E AMPLA MODERNIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS

## **09 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A ocupação desordenada das áreas e a pouca incidência de ações preventivas voltadas à segurança global da população, bem como a ausência de conhecimento sobre segurança individual ou coletiva, ampliam o risco de desastres e sinistros, resultando em grande número de pessoas diretamente afetadas ou em situação de risco social.

A atuação do setor público, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa é imprescindível para reduzir ao máximo os riscos de perdas materiais ou humanas e encontrar maneiras de coordenar o restabelecimento do bem-estar da coletividade.

De forma preventiva e efetiva, o Estado age de maneira a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio de identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais. Inclui-se, ainda, a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, incêndio e o esclarecimento referente a riscos de desastres.

### **OBJETIVOS**

1. Proteger a população dos riscos de desastres.
2. Promover medidas que minimizem os efeitos dos desastres.
3. Recuperar áreas atingidas por desastres.
4. Orientar a população sobre os riscos de desastres.
5. Planejar e promover ações de prevenção de desastres naturais, antropogênicos e mistos.
6. Realizar estudos voltados para a avaliação e redução de riscos de desastres.
7. Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas e restabelecer os cenários atingidos por desastres, estiagens, cheias ou incêndios.

### **METAS**

- 1.1 Instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil.
- 2.1 Realizar levantamento, diagnóstico e caracterização das áreas suscetíveis a desastres naturais no Estado do Piauí.
- 3.1 Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres.
- 4.1 Realizar capacitação nos 11 Territórios de Desenvolvimento para as Coordenadorias/Comissões Municipais de Defesa Civil.
- 5.1 Implementar e estruturar as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.
- 6.1 Monitorar e fiscalizar 43 barragens do Estado do Piauí.
- 7.1 Ampliar e modernizar o sistema operacional do Corpo de Bombeiros.

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . AÇÕES DE PREVENÇÃO DE DESASTRES
- . RECUPERAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS POR DESASTRES

### **PÚBLICO-ALVO**

População em geral vulnerável ou atingida por desastres.

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

## 10 UNIVERSIDADE DE QUALIDADE PARA TODOS

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação Superior cumpre um papel de agente de transformação, desenvolvendo um vasto programa de ampliação de oportunidades educacionais em todos os graus e modalidades de ensino nos campi da capital e do interior do Estado. A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) como instituição de ensino superior, atua no processo de transformação e desenvolvimento de capacidades, valores, formação profissional, bem como na difusão e produção de conhecimentos.

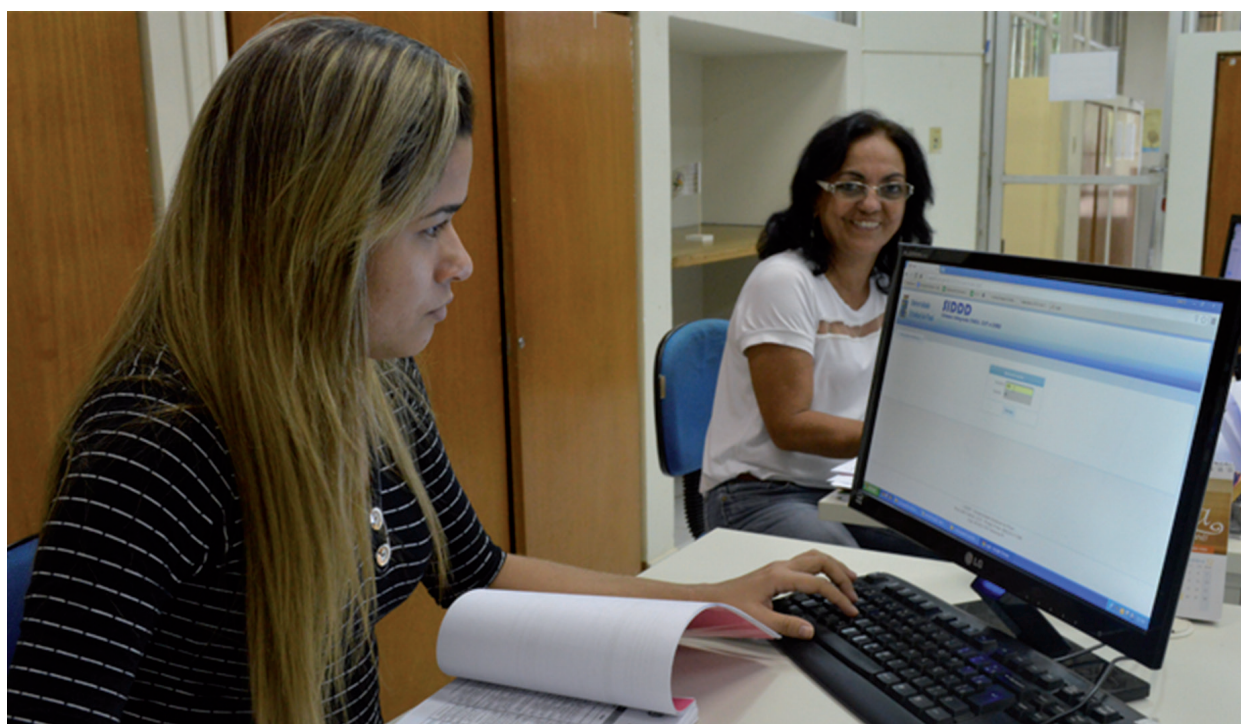
A UESPI é a instituição de ensino superior com maior presença efetiva no Estado, com forte vinculação social, que tem como meta primordial para o Ensino, nos níveis de Graduação e Pós-Graduação, a Pesquisa e a Extensão, nas diversas áreas do conhecimento. Apoia a realização de pesquisas e de atividades de extensão universitária, proporcionando a geração de ideias e a produção de um saber pluralista que contribui para o desenvolvimento local e regional.

Trata-se de uma instituição multicampi, com presença em diversos municípios piauienses, participando e contribuindo, de forma significativa, para o desenvolvimento do Estado, a partir da definição do seu papel como instituição social, expresso nas suas áreas estratégicas, logo, constitui um instrumento de fundamental importância para a educação e para o desenvolvimento do Piauí, como um todo.

Para o Ensino, a UESPI exercita uma política de absoluta uniformização das proposições pedagógicas e administrativas no gerenciamento, não só de oferta de cursos, como também na vida acadêmica dos discentes. Todas as ações relativas às proposições no âmbito do ensino são amplamente discutidas e exercidas de forma colaborativa com todas as Unidades Universitárias que compõem esta Instituição.

A formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, aptos para atender as necessidades de um mercado de trabalho, cujo cenário atual exige domínios de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos conduziu a uma ampliação e diversificação das modalidades de ensino, ofertadas por esta instituição. Assim, atualmente, a comunidade piauiense tem a possibilidade de acesso a uma formação de nível superior dentre as modalidades: Regular Presencial, Especial Presencial, e A Distância.

A pesquisa na UESPI vem se consolidando, de forma gradativa nos últimos anos, evidenciando, no cenário atual do Estado do Piauí, sua potencialidade e vocação para a produção acadêmica.



É notório o esforço que o Estado está fazendo, em termos de investimento, para qualificar seu corpo docente e formar um quadro de pesquisadores aptos a assumir o desenvolvimento científico e tecnológico da UESPI. Para atingir esse fim, a UESPI tem investido na sua infraestrutura, contemplando diversos grupos de pesquisa, que atuam na maioria dos seus campi.

Atualmente, a UESPI já conta com um considerável número de docentes qualificados e um outro quadro em pleno processo de qualificação, o que, dentro de pouco tempo, trará à Instituição condições de atender as demandas de produção científica da sociedade piauiense.

A Extensão Universitária traduz-se como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável, sendo, na prática, o braço da Academia que promove o contato mais direto com a comunidade.

Tem como missão fortalecer a relação institucional com a sociedade, almejando a consolidação e ampliação de ações que possam refletir em maior visibilidade a instituição, respaldada na prestação de serviços de qualidade, integrando nossa comunidade e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação brasileira, por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.

Diversos programas, projetos e eventos de Extensão vêm sendo realizados, sendo possível visualizar com clareza o largo alcance social e os benefícios gerados por meio de cada iniciativa. Nesse contexto e considerando sua responsabilidade social e o compromisso com a extensão universitária, destacam-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU), beneficiando mais de 1.000 estudantes;
- Política de Assistência Estudantil, que contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, por meio de auxílio financeiro dos programas Bolsa-Trabalho, Auxílio-Moradia e Auxílio-Alimentação;
- Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI);
- Núcleo de Atividade Física para a Terceira Idade (NUTI);
- Coral da UESPI e Corpo de Dança da UESPI;
- Teatro Cahuham;
- Grupos de Capoeira, entre outros;
- Oferta de cursos livres de extensão Inglês, Espanhol e Libras, para aproximadamente 500 alunos por semestre, atendendo alunos da UESPI e da comunidade.

A UESPI conta com uma estrutura organizacional que lhe permite atender às atividades administrativas e oferecer suporte às atividades-fins: ensino, pesquisa e extensão, subsidiando-as nas áreas de recursos humanos, serviços, patrimônio e infraestrutura. A gestão é realizada de forma integrada e participativa, considerando-se as informações dos Campi, dos Centros e da Administração Superior, a partir das demandas internas e externas, visando alcançar as metas e objetivos da Instituição.

A gestão administrativa procura adequar os serviços necessários à comunidade acadêmica com a realidade dos servidores técnicos, discentes e docentes, primando pelo desenvolvimento e valorização do servidor e buscando potencializar o seu capital humano. O quadro de pessoal é composto de servidores técnicos administrativos e docentes. O número de docentes da Instituição atende ao que determina a legislação vigente, no que concerne à quantidade mínima de professores com a titulação de mestrado e doutorado para uma Universidade, embora a Instituição não possua a quantidade necessária para desenvolver suas atividades-fins.

No que se refere à infraestrutura, é necessário investir em revitalização e melhoria, especialmente em alguns municípios que possuem potencial de crescimento e demanda elevada e não têm recursos para a ampliação necessária para atender às necessidades da comunidade acadêmica. Além disso, o fortalecimento da estrutura física tem como foco dar condições para a modernização das instalações e dotar a instituição de mecanismos propulsores para a promoção de pesquisa, incluindo laboratórios, bibliotecas, redes de informação, condições necessárias para a promoção do crescimento e desenvolvimento brasileiro e do Estado do Piauí, no que concerne aos aspectos da ciência, tecnologia e inovação.

## OBJETIVOS

1. Desenvolver a Educação Superior fundamentada na qualidade acadêmica dos cursos de graduação ofertados, na autonomia, transparência, participação e compromisso com o ensino, pesquisa e extensão voltados para a melhoria da qualidade de vida do povo piauiense.
2. Ampliar as atividades de pós-graduação na UESPI priorizando as potencialidades econômicas do Estado com enfoque territorial.
3. Promover o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, estimulando a troca de saberes acadêmicos e populares e a valorização dos direitos humanos, da diversidade e da função social da educação superior, com foco na prestação de serviços de qualidade e integração da Universidade com a sociedade.
4. Ampliar, recuperar e modernizar a infraestrutura da UESPI.

## METAS

- 1.1 Elevar a oferta de vagas na UESPI em 20%, assegurando a qualidade dos serviços prestados e a permanência dos alunos.
- 1.2 Expandir a oferta de cursos da Universidade Aberta fortalecendo a Educação a Distância.
- 2.1 Ampliar a oferta de matrículas na pós-graduação strictu sensu, com a criação de 10 mestrados e dois programas de doutorados.
- 2.2 Manter e ampliar as parcerias para a oferta de matrículas na pós-graduação lato sensu.
- 3.1 Ampliar em 30% a realização de Eventos Acadêmicos (Encontros, Congressos, Oficinas).
- 3.2 Ampliar em 100% a oferta de bolsas e auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- 4.1 Adequar a infraestrutura de todos os Campis da UESPI garantindo acessibilidade e o atendimento às exigências do MEC.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA UNIVERSIDADE ABERTA NO PIAUÍ
- . EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
- . MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA UESPI

## PÚBLICO-ALVO

Docentes, discentes, servidores e sociedade.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ



## **11 FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Atualmente, a Rede de Educação Profissional do Estado do Piauí é composta de 70 centros, oferecendo 39 cursos em 11 eixos tecnológicos de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Portanto, a expansão da Rede de Escolas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Estado do Piauí constitui uma estratégia para a ampliação da rede física e, conseqüentemente, aumentar o número de matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a oferta de Cursos nas formas de Ensino Médio Integrado, Subsequente (EAD) e Concomitante (Bolsa Formação/PRONATEC), como define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012).

Considerou-se a responsabilidade do Estado com seus Territórios de Desenvolvimento e sua vinculação com os arranjos produtivos locais consolidados e/ou em consolidação, universalização da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Estado do Piauí de modo a atender as populações urbanas, do campo, as comunidades indígenas, quilombolas e as pessoas com deficiência, de acordo com os seus interesses e necessidades. Esta estratégia visa reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional, mediante a adoção de políticas afirmativas na forma da lei.

É meta do Governo do Estado, a expansão nos próximos quatro anos da rede física de Educação Profissional, com a construção de 42 novos Centros, 12 salas de aulas, com capacidade de 40 alunos por sala, sendo dois financiados pelo Programa Brasil Profissionalizado e 20 pelo Banco Mundial, no período de 2015 a 2019, com funcionamento gradativo: dois em 2016, 20 em 2018 e 20 em 2019.

A localização desses novos centros considerará os aspectos diagnosticados no mapeamento da oferta de Educação Profissional no tocante a/ aos Arranjos Produtivos Locais priorizados; o desenvolvimento do agronegócio, a implantação dos parques eólicos, a extração de minérios, a exploração da fruticultura irrigada e da agricultura familiar dentre outras potencialidades regionais, bem como os Territórios pouco atendidos com escolas de Educação Profissional; oferta dos Institutos Federais; e oferta gratuita do Sistema S.

Com relação à Educação a Distância, o Governo do Estado tem como meta a instalação de 84 novos polos, com duas turmas de 40 alunos por turma em cada polo, no período de 2016 a 2019, com implementação gradual.

A localização dos novos polos obedecerá ao diagnóstico revelado pelo mapeamento da oferta de educação profissional e fatores como: municípios que possuem escolas de EPT, UE ou núcleo de Educação a Distância com infraestrutura adequada para a modalidade; existência de polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); e Territórios de Desenvolvimento que possuem demanda reprimida de formação profissional e não dispõem de condições para a oferta na forma presencial.

O aumento do número de matrículas da Rede de Educação Profissional do Estado do Piauí no período de 2016 a 2019, dar-se-á pelo aumento da capacidade instalada com a construção dos novos centros e implantação dos novos polos de educação a distância. Estima-se com essas medidas, a ampliação da matrícula em 23.815 para o Ensino Médio Integrado; em 5.880 para Ensino Médio Subsequente e em 22.390 para o Ensino Médio Concomitante (PRONATEC), totalizando 52.085 vagas.

Para garantir a expansão, a qualidade do funcionamento dos cursos ofertados e do ensino público estadual, o Governo do Estado tem como prioridade as ações que fortaleçam as políticas de Gestão Educacional, de Formação de Professores, de implementação das Práticas Pedagógicas e Avaliação, e de melhoria da infraestrutura física e dos recursos pedagógicos, para que gradativamente sejam atendidas as necessidades de funcionamento dos cursos e a qualidade dos serviços prestados, seguindo as diretrizes estabelecidas para a educação profissional.

Dessa forma o Estado objetiva oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e proporcionar a matrícula em Educação Profissional contemplando: Ensino Médio Integrado 25% da matrícula regular; Pós médio (subsequente) 10% dos alunos remanescentes do ensino médio regular; PRONATEC – ampliar a matrícula em parceria com IFPI e o Sistema S; e assegurar 5% da matrícula em Educação do Campo.

## OBJETIVOS

1. Expandir, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos locais.

## METAS

- 1.1 Ampliar a matrícula da educação profissional em 235% no ensino médio integrado.
- 1.2 Ampliar a matrícula da educação profissional em 851% no ensino médio subsequente (EAD).
- 1.3 Ampliar a matrícula da educação profissional em 836% no ensino médio concomitante (PRONATEC).
- 1.4 Ampliar em 20% a oferta de novos cursos de educação profissional.
- 1.5 Garantir 100% dos professores da base técnica com formação pedagógica.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXPANSÃO DA REDE E-TEC
- . EXPANSÃO DO PRONATEC
- . IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO
- . IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem URBANO

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



## 12 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

### CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 1. Educação Básica

Analisando os indicadores educacionais da rede estadual de ensino é possível visualizar uma melhoria significativa, aproximando-se da situação nacional. Percebe-se que o atendimento das crianças de 6 a 14 anos está praticamente universalizado, com uma taxa de 98,8% da população da faixa etária frequentando a escola, conforme dados da PNAD (2013).

A expansão do ensino médio no Piauí entre 2003 e 2008 foi expressiva: partiu-se de uma matrícula de 140.542 alunos, em 2002, para 167.809, em 2003, e chegando a 193.313 em 2006. A partir de 2007 a matrícula caiu para 181.373 e, em queda constante, chegou a 167.010, em 2010, 148.952, em 2013, e 139.504 em 2014. Essa queda justifica-se pelo atendimento da demanda reprimida, pois só em 2006 o Ensino Médio chegou a todos os municípios.

No ensino médio, a taxa de atendimento bruto é de 85,45%. Devido à grande distorção idade/série (56,7%), apenas 35,8% dos jovens completam o ensino médio até 19 anos.

Os desafios que se apresentam ganham outras dimensões como as elevadas taxas apresentadas no ensino fundamental e médio no que diz respeito ao abandono (2,8% e 13,4% em 2013) e à distorção idade-série (30% e 42,2% em 2014), além de altas taxas verificadas de evasão e repetência. Outro aspecto que merece atenção especial por parte da SEDUC é a baixa relação professor/aluno, chegando a 10 alunos por professor.

O Governo do Estado estabeleceu como metas para a educação básica para o próximo quadriênio:

- desenvolver políticas que assegurem o acesso, permanência e sucesso na escola, de modo a garantir a conclusão do Ensino Fundamental na idade certa;
- universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2018, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 40%, assegurando a permanência e o sucesso escolar com foco nas políticas voltadas à Juventude, com ênfase no empreendedorismo e projeto de vida;
- universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação na rede regular de ensino;
- ampliar a oferta de escolas em tempo integral de 42 para 78 até 2019;
- atingir, no mínimo, as metas projetadas para o IDEB estadual, em 2017, de 4,5 e 4,6 nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, respectivamente, e 4,3 no ensino médio;
- implantar a Escola de Formação de Gestores para o fortalecimento do Núcleo Gestor e dos Conselhos Escolares;
- garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- implementar a política de formação de professores que atuam na educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantindo a todos formação continuada em sua área de atuação; e
- valorizar o magistério público da educação básica assegurando o cumprimento do piso nacional de salário, bem como o plano estadual dos servidores educacionais.

#### 2. Educação de Jovens e Adultos

A grande dívida histórica no Brasil e no Piauí é a oferta de educação básica para os adultos que não tiveram a oportunidade de cursá-la na idade adequada. No Piauí, apenas 24,9% da população tem a educação básica completa, ou seja, tem curso médio completo. São, portanto, 74,6% da população maiores de 15 anos, que não completaram a educação básica (Censo IBGE, 2010).

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais, no Brasil, em 2000, era 13,6%; no Piauí, 30,2%. Em 2010, essas taxas eram 9,6% e 23,4%, respectivamente. A taxa vai se elevando à medida que se considera a faixa etária das pessoas, partindo de apenas 4% na faixa etária de 15 a 19 anos; 9,0% na faixa de 20 a 29 anos; 19,0% de 30 a 39 anos; 26% de 40 a 49 anos; 37% de 50 a 59 anos e chegando a 55% na faixa etária de 60 anos e mais. Os analfabetos de 15 a 49 anos representam 46,2% do total de analfabetos no Piauí – população em idade produtiva.

Quanto aos maiores de 15 anos que se alfabetizaram, mas não concluíram a educação básica, o quadro é mais desafiador: 34,6% não concluíram o ensino fundamental (793.533 pessoas) e 17,1% (392.249 pessoas) con-

cluíram o ensino fundamental, mas não o médio. Esses segmentos formam a população-alvo da EJA: mais de 1 milhão de pessoas. A matrícula total de EJA, presencial e semipresencial, no Piauí, foi de 135.313 alunos, em 2002, caindo para 103.389 em 2010 e caindo novamente para 94.715 alunos em 2013 (dados preliminares). A mudança significativa no período é que a matrícula de EJA do ensino médio que era de 8.595, em 2002, subiu para 27.772 em 2013.

O desafio do Governo do Estado para os próximos quatro anos é garantir a oferta de educação de jovens e adultos a todos os que não concluíram na idade regular assegurando a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, de modo a elevar os anos de escolarização.

## OBJETIVOS

1. Ampliar a oferta de vagas e aperfeiçoar a qualidade da educação básica, contemplando a educação em tempo integral e a mediação tecnológica.
2. Melhorar a qualidade da educação com ênfase nas condições básicas de infraestrutura e valorização dos profissionais, visando à melhoria dos indicadores educacionais.
3. Ampliar a oferta de vagas e aperfeiçoar a qualidade da educação de jovens e adultos, considerando as particularidades territoriais e a demanda do sistema prisional, inclusive por meio da mediação tecnológica.

## METAS

- 1.1 Universalizar o atendimento da educação básica.
- 1.2 Ofertar educação em tempo integral em, no mínimo, 20% das escolas da rede.
- 1.3 Aumentar em 10% o número de matrícula em atividades de contra turno no Ensino Fundamental.
- 1.4 Garantir o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado à população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.
- 1.5 Ampliar em 20% o número de matrículas de ensino médio do campo.
- 1.6 Promover a educação contextualizada para a convivência com o semiárido.
- 1.7 Ampliar em 10% o número de matrícula de meninas e adolescentes quilombolas na educação básica.
- 1.8 Ampliar em 200% os polos de mediação tecnológica.
- 2.1 Atingir as médias para o IDEB de 4,8 nos anos iniciais do ensino fundamental, 4,8 nos anos finais do ensino fundamental e 4,5 no ensino médio.
- 2.2 Chegar à proporção de 25 alunos por professor na rede estadual de ensino.
- 2.3 Implantar acessibilidade arquitetônica em 50% das escolas da rede.
- 2.4 Construir 29 escolas de educação básica.
- 2.5 Ampliar e reformar 21% das escolas de educação básica.
- 2.6 Aperfeiçoar a gestão democrática em 100% das escolas.
- 2.7 Garantir formação em serviço para 100% de professores efetivos.
- 2.8 Conceder 400 bolsas de pós-graduação aos professores efetivos.
- 3.1 Elevar em 25% a matrícula de Educação de Jovens e Adultos.
- 3.2 Elevar de 80,7% para 82,5% o índice de alfabetização de adultos.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- . FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
- . UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

## **13 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL, DE LAZER E RENDIMENTO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Pela Lei 9.615/98, que institui normas gerais sobre o esporte (ou desporto), são reconhecidas as seguintes manifestações esportivas:

I - Esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - Esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; e

III - Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País, e estas com as de outras nações.

Neste contexto, a FUNDESPI objetiva desenvolver o que chama de esporte social, expressão nascida do processo de debates com a sociedade e que vem funcionando como uma categoria a mais. Esta classificação reflete a preocupação com a inclusão social. Por isso, é merecedora de políticas que, embora específicas, perpassam as outras três dimensões. A preocupação com o social deve estar, portanto, na escola, na recreação e mesmo no esporte de alto rendimento.

A intervenção do Estado é fundamental para assegurar o direito constitucional de acesso às atividades esportivas e de lazer a toda população, independentemente da condição socioeconômica e do estágio de ciclo de vida de seus distintos segmentos.

Disso vem a importância de se tratar o lazer no conjunto de uma política do esporte. O esporte na sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra no lazer a possibilidade concreta de expressão. É no tempo e espaço de lazer, portanto, que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que a acessam.

Isso pode ocorrer na sua prática (como protagonista), na fruição do espetáculo (como espectador) ou, ainda, no conhecimento de seu significado e de seu lugar na cultura de cada região. É em sua dimensão recreativa, portanto, que o esporte explicita seu potencial socializador, sua capacidade aglutinadora, oxigenando as vidas das pessoas, no seu sentido lúdico, expressão de festa, de alegria.

O setor esportivo piauiense, a exemplo do brasileiro, tem desafios a enfrentar, contudo, tem, ao mesmo tempo, uma potencialidade inestimável. O sistema esportivo estadual poderá ser mais eficiente se definir melhor os papéis do Estado e municípios na gestão das políticas públicas para o setor, dentre outros, bem como se houver maior transparência e participação popular na gestão das entidades que cuidam do esporte.

O desenvolvimento socioeconômico nacional perpassa por programas sociais que utilizam o esporte como estratégia de inclusão social de jovens em situação de risco e de melhoria da qualidade de vida das comunidades mais pobres e da educação das crianças do País.

#### **🔧 PÚBLICO-ALVO**

Atletas de alto rendimento, alunos da rede de ensino estadual, associações, federações, educadores físicos, sociedade em geral.

#### **🔧 ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

COORDENADORIA DA JUVENTUDE, COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER, FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

## OBJETIVOS

1. Fortalecer a identidade cultural do esporte piauiense.
2. Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, visando à inclusão social por meio do esporte.
3. Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização de pequenos, médios e grandes eventos esportivos estaduais, considerando a geração e ampliação do legado esportivo e social à população em geral.
4. Promover a modernização da gestão esportiva do Estado.

## METAS

- 1.1. Melhorar a performance dos atletas piauienses nos esportes de rendimento.
- 2.1. Ampliar em 200% o acesso da população de baixa renda aos programas esportivos sociais de qualidade realizados em parceria com o Ministério do Esporte.
- 2.2. Ampliar o acesso da população às estruturas e equipamentos esportivos em maior número e melhor qualidade.
- 2.3. Estruturar o Sistema Estadual de Esporte e Lazer.
  - 3.1. Integrar os entes federados, clubes, federações e associações na preparação, promoção e realização de eventos esportivos de pequeno, médio e grande porte.
- 4.1. Melhorar a capacidade da gestão esportiva e de lazer do Estado.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . CIDADANIA INCLUSIVA: JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER
- . ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER



## 14 CULTURA: PROMOÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora herdeira de um valioso patrimônio cultural e criativo, a maioria da população piauiense não consegue se ver na produção cultural predominante, o que exige do Estado forte intervenção no sentido garantir a valorização, a preservação e o usufruto dessa riqueza material e imaterial pelas presentes e futuras gerações. Outro grande desafio do Estado consiste no rompimento da prática, até então dominante, de privilegiar poucos na destinação dos recursos, sejam públicos ou privados, visando à criação e produção cultural.

A III Conferência Estadual de Cultura, organizada desde a base nos municípios e territórios, congregando os diferentes atores, públicos e privados, discutiu questões centrais como gestão pública e cultura, cultura e direito à cidadania, economia da cultura, patrimônio cultural, comunicação e cultura, democratização e descentralização dos meios de comunicação, sistema nacional de cultura, entre outros pontos e estabeleceu diretrizes norteadoras da política cultural piauiense.

Nessa perspectiva, foram definidas para o próximo quadriênio, um conjunto de metas e ações dentre as quais se destacam a criação da nova Secretaria de Estado da Cultura (SEC), em substituição a antiga FUNDAC, que já não mais comportava as demandas dos produtores culturais e da comunidade, além da necessidade de alinhamento com as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura.

Outro desafio a ser enfrentado pelo Estado apontado pela Conferência, diz respeito à exigência de atualização dos marcos legais e regulatórios como o Sistema Estadual de Cultura e seus componentes: Conselho de Políticas Públicas de Cultura, Fundo Estadual de Cultura e Plano Estadual de Cultura, visando dotar o Estado de instrumentos para estimular e induzir a mobilização da sociedade civil e do governo em torno da constituição de um novo modelo de gestão de política cultural.

Em sintonia com o Plano Nacional de Cultura, os objetivos, as metas e as ações estratégicas propostos para o próximo quadriênio estão alicerçados nas dimensões da cultura como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico do Estado e reafirmam o compromisso assumido pelo Governo estadual de construir um novo paradigma de gestão compartilhada de políticas públicas voltadas para a cultura, pautada pelos princípios da participação social e da democratização nos processos de produção e acesso aos bens culturais, com a perspectiva de valorização e preservação da identidade cultural piauiense.

### OBJETIVOS

1. Formular e desenvolver a Política Pública de Cultura do Estado.

### METAS

- 1.1 Implantar e consolidar o Sistema Estadual de Cultura.
- 1.2 Ampliar e fortalecer Pontos de Cultura em 100% dos municípios piauienses.
- 1.3 Fomentar a produção, difusão e circulação de projetos, atividades e eventos artísticos e culturais.
- 1.4 Fortalecer 30 Polos Criativos nos Territórios de Desenvolvimento.
- 1.5 Realizar cartografia da diversidade de expressões culturais do Estado.
- 1.6 Preservar, proteger e fortalecer a identidade cultural piauiense.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . FOMENTO À CRIAÇÃO E À PRODUÇÃO DE BENS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DAS DIVERSAS LINGUAGENS
- . PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS E CONHECIMENTOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADI-CIONAIS

### PÚBLICO-ALVO

Artistas, artesãos, produtores culturais, agentes e gestores culturais e sociedade em geral.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA, COORDENADORIA DA JUVENTUDE, SECRETARIA DA CULTURA

## 15 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O mundo contemporâneo é caracterizado por maiores exigências da sociedade, incluindo tecnologias avançadas e variadas formas de comunicação. É inegável, em todo tempo e lugar, o uso de meios e instrumentos complexos e modernos. Portanto, as tecnologias de ponta e a comunicação são necessárias e imprescindíveis, para que a sociedade possa superar os obstáculos físicos, sociais e econômicos, historicamente existentes.

A ciência, tecnologia e inovação permitem o acesso à segurança, à qualidade de vida e à inclusão social, além da interação de grupos, regiões, da economia de tempo e espaço, do aumento da produtividade, gerando, assim, uma vida melhor para toda a sociedade, e, ainda, fomentam o acesso e acúmulo de informações com qualidade, em tempo hábil.

O Estado precisa fortalecer parcerias com agências fomentadoras de PD&I nacionais com o objetivo de financiar projetos de pesquisa e conceder bolsas de estudo. Essas parcerias propiciam o ambiente para ampliação da produção do conhecimento técnico-científico e o atendimento das demandas tecnológicas dos arranjos produtivos locais voltados para a melhoria do desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

No Piauí, constata-se a ausência de Parques Tecnológicos de Inovação, bem como integração com o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), visando transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em produtos, processos e protótipos com viabilidade comercial, tanto para apoiar o surgimento de novas empresas de base tecnológica, como possibilitar o desenvolvimento de inovações, e promover o crescimento dos produtos, processos e serviços existentes.

O Governo do Piauí está voltado para prestar serviços à sociedade piauiense criando um ambiente favorável de pesquisa, informação e interação entre órgãos, setor produtivo, centros de pesquisas, agentes financeiros, universidades e sociedade em geral, contribuindo, assim, para o avanço eficaz do Estado.



#### PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

#### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI, SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO, FUNDO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO ESTADO DO PIAUÍ - FUNDES, FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

## OBJETIVOS

1. Desenvolver e difundir o conhecimento científico e tecnológico no Estado.
2. Fomentar a pesquisa, a tecnologia e a inovação aos arranjos produtivos locais e áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado.
3. Ampliar a oferta de programas de extensão universitária e assistência comunitária.
4. Integrar os pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa do Estado, focando os setores estratégicos de desenvolvimento do Piauí, com o objetivo de elaboração de projetos e captação de recursos junto aos órgãos do governo federal de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. Integrar as ações dos órgãos de fomento a pesquisas do Estado com as ações das instituições executoras de pesquisas.
6. Apoiar o desenvolvimento da Biotecnologia no Estado.
7. Resgatar o Sistema Estadual de CT&I consolidando a FAPEPI como o órgão responsável pelo fomento de CT&I do Estado, dotando-a de recursos humanos próprios qualificados e com repasses financeiros estáveis e regulares.
8. Desenvolver pesquisas na Educação Superior, fundamentadas na qualidade acadêmica dos cursos de graduação e extensão do ensino.

## METAS

- 1.1 Apoiar pesquisadores e estudantes na produção do conhecimento científico e tecnológico.
- 1.2 Inserir o Estado do Piauí nas redes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).
- 1.3 Implantar Parques Tecnológicos que acolham Polo Tecnológico, Porto Digital e Incubadora Científica.
- 2.1 Realizar abertura de editais de contratação de pesquisas científicas e tecnológicas.
- 3.1 Conceder bolsas de estudos.
- 4.1 Instituir Conselho de Ciência e Tecnologia.
- 5.1 Estabelecer parcerias com agências de financiamentos, instituições federais e setor privado em ciência e tecnologia.
- 6.1 Realizar abertura de editais de pesquisa científica e tecnológica aplicada à biotecnologia.
- 8.1 Ampliar a produção e publicação científica.
- 8.2 Ampliar em 100% o pedido de registro de patente.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . APOIO A PROGRAMAS DE TECNOLOGIA SOCIAL
- . CONCESSÃO DE BOLSAS DE MESTRADO, DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO NO ESTADO
- . DIFUSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
- . FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO, CIENTÍFICO E INOVAÇÃO

## 16 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O turismo no Piauí se apresenta como uma das possibilidades de incremento para o desenvolvimento econômico, oportunizado pelo diferencial da biodiversidade, do patrimônio arqueológico e cultural e dos recursos naturais.

O cenário desejado para o turismo no Piauí apresenta um mercado aberto, porém com fortes exigências mercadológicas que se estabelecem através de concorrências melhor estruturadas e pela articulação entre o setor público e a iniciativa privada para formulação de parcerias.

De acordo com o Ministério do Turismo, a gestão descentralizada se apresenta como estratégia capaz de melhor organizar a atividade turística, mediante a priorização das políticas com a execução do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Atualmente o Piauí dispõe de sete polos turísticos: Costa do Delta (cinco municípios); Aventura e Mistério (26 municípios); Águas (17 municípios); Teresina/Negócios e Eventos (20 municípios); Histórico/Cultural (27 municípios); Origens/Arqueológico (18 municípios); e Nascentes (17 municípios).

Desta forma, o Piauí, em futuro próximo, com a efetividade da organização e promoção do turismo e comercialização de produtos e serviços, terá novos impulsos, que podem ser medidos pelo fluxo de viagem e a crescente vocação dos negócios.



## OBJETIVOS

1. Promover ações setoriais de planejamento voltado para a organização e promoção do turismo estadual.
2. Incrementar o fluxo turístico no Estado como forma de propiciar novos empregos, aumento e distribuição de renda e divisas.
3. Incentivar ações da iniciativa privada em atendimento às necessidades de turistas referentes à hospedagem, alimentação, entretenimento e transporte.
4. Apoiar a realização de eventos turísticos e culturais que promovam o turismo piauiense.
5. Fomentar a atividade turística sustentável com infraestrutura de suporte.
6. Capacitar profissionais e empresários do trade turístico.

## METAS

- 1.1 Estabelecer a Política Estadual de Turismo do Piauí.
- 1.2 Implementar o Plano Estadual de Turismo do Piauí.
- 2.1 Fortalecer as relações com o trade turístico e a sociedade civil.
- 2.2 Apoiar projetos de marketing turístico.
- 3.1 Ampliar em 40% o número de oferta de leitos hoteleiros nos Territórios de Desenvolvimento Entre Rios, Serra da Capivara e Planície Litorânea.
- 4.1 Fortalecer e desenvolver eventos turísticos no Estado.
- 5.1 Incentivar a construção, reforma e requalificação da infraestrutura de serviços turísticos (Aeroporto Internacional Serra da Capivara, Centro de Convenções Governador Dirceu Arcoverde, Litoral Piauiense e Centro de Eventos na Capital).
- 5.2 Ampliar a infraestrutura de vias de acesso e de serviços públicos em destinos turísticos do Estado.
- 6.1 Elevar a qualificação empresarial e profissional.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PRODETUR NACIONAL
- . MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS

## PÚBLICO-ALVO

Empresários, empreendedores, comunidades locais e turistas.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SECRETARIA DO TURISMO

## 17 PIAUÍ SUSTENTÁVEL

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Piauí tem vivenciado acelerado processo de desenvolvimento econômico, com aumento considerável dos setores turístico, agroindustrial (especialmente no Cerrado), e construção civil, dentre outros processos que têm gerado impactos positivos e negativos ao meio ambiente que é bastante frágil e vulnerável a qualquer tipo de alteração. Dentre os impactos negativos destacam-se: o uso excessivo de recursos naturais como a água e a terra, o acúmulo dos resíduos sólidos, a destruição da fauna e da flora, e o elevado uso de agrotóxicos.

Em tais circunstâncias, cabe ao Governo garantir que o desenvolvimento do Estado se faça pela via do cumprimento da legislação ambiental vigente, como estratégia de garantir às presentes e futuras gerações, o acesso aos recursos ambientais, de forma sustentada, equitativa e equilibrada.

A SEMAR é o órgão gestor das Políticas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Florestal do Estado do Piauí. Com a edição da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011, que regulamentou os incisos III, VI e VII do caput e o parágrafo único do Art. 23 da Constituição Federal, passou à competência dos Estados boa parte das responsabilidades até então atribuídas à União, tais como a proteção à fauna e à pesca, dentre outras.

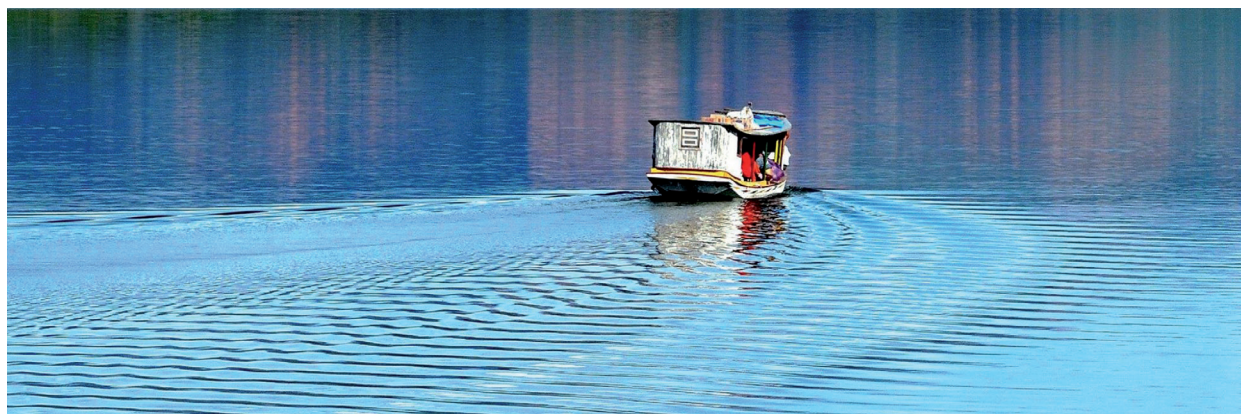
A Lei 12.651/12 do Cadastro Ambiental Rural (CAR) atribuiu aos estados a responsabilidade de implementação desse instrumento para fins de monitoramento, controle, planejamento e regularização ambiental dos imóveis rurais. No Piauí, são 246 mil posses e propriedades rurais que deverão ser inscritas no CAR e que, obrigatoriamente, passarão por análise da SEMAR.

O processo de desenvolvimento no Estado tem gerado uma crescente demanda de licenciamento ambiental e de outorga de direito de uso de recursos hídricos junto à SEMAR.

O órgão ambiental estadual realiza, de forma quase permanente, a competência supletiva da gestão ambiental municipal, tendo em vista que somente o município de Teresina e, mais recentemente, os municípios de Floriano, Água Branca, Amarante, Corrente, José de Freitas, Picos, Valença, Piripiri, Parnaíba e Campo Maior, se encontram estruturados e possuem órgão de gestão ambiental no âmbito municipal.

No entanto, seu quadro de servidores e sua estrutura administrativa não acompanharam o aumento do volume de trabalho ocorrido na instituição ao longo da sua existência, o que resulta hoje numa situação de insuficiência de pessoal e estrutura bastante comprometedoras.

A práxis do órgão ambiental, através de seus servidores, é zelar pela eficiência e excelência técnica, pela imagem do órgão e pela incessante construção da justiça e do equilíbrio ambiental. Com o crescente desenvolvimento do Piauí, pelas intervenções sociais estatais e os grandes investimentos privados, mais responsabilidades e de maiores proporções ficam sujeitas ao julgamento dos servidores, que sofrerão mais pressões laborais e sociais, exigindo do Estado o devido fortalecimento do órgão gestor ambiental, com a realização de concurso para auditores fiscais, técnicos e demais profissionais, além da sua estruturação territorial para a correta gestão das políticas públicas ambientais.



## OBJETIVOS

1. Promover o uso sustentável do meio ambiente para possibilitar às presentes e futuras gerações o acesso aos recursos naturais de forma sustentada, equitativa e equilibrada.
2. Promover a conservação e gestão dos recursos hídricos em articulação com a política ambiental e com participação social, com vistas a proporcionar o uso múltiplo da água de forma sustentável.
3. Promover o fortalecimento institucional da gestão ambiental e de recursos hídricos.

## METAS

- 1.1 Dotar todo o Estado de instrumentos de promoção do ordenamento e da gestão territorial.
- 1.2 Ampliar em 33% as Unidades de Conservação existentes de responsabilidade do Estado.
- 1.3 Estruturar 50% das áreas protegidas.
- 1.4 Recuperar áreas e ecossistemas degradados.
- 1.5 Combater a desertificação nos territórios do Vale do Canindé e Serra da Capivara.
- 1.6 Implantar o Programa Estadual de Educação Ambiental.
- 1.7 Instituir o Sistema Estadual de Proteção Ambiental.
- 2.1 Implantar e consolidar comitês de bacias em 60% das bacias integrantes do sistema de gestão dos recursos hídricos do Estado do Piauí.
- 2.2 Implantar o Sistema Estadual de Monitoramento dos Recursos Hídricos.
- 3.1 Estruturar e qualificar os serviços da gestão ambiental e recursos hídricos no Estado.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS
- . ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DO ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: ZEE E CAR
- . IMPLEMENTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
- . RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS E ECOSISTEMAS DEGRADADOS E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

## 18 MORADIA DIGNA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal assegura o direito à moradia digna a todos. No entanto, o déficit habitacional existente no Estado (129.038 moradias, sendo 78.098 na zona urbana e 50.940 na zona rural, segundo o IBGE – 2010), tem levado milhares de famílias para a ocupação irregular de locais que não apresentam as condições adequadas de habitabilidade.

Com a perspectiva de reverter essa situação, o Governo do Estado está se dispondo a avançar, nos próximos quatro anos, na implementação de um programa habitacional, com foco para as famílias de baixa renda, por entender que o investimento em infraestrutura nesse setor é vetor de bem-estar social, não só do público atendido pelo programa, mas da sociedade como um todo.

Esta realidade de exclusão de direitos constitucionais exige do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, ações imediatas no sentido de assegurar o acesso à moradia digna, mediante a oferta, em graus diferenciados, de subsídios diretos e indiretos, bem como a articulação com outras políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária.

Com o presente programa o Governo do Estado do Piauí pretende intensificar a construção de empreendimentos habitacionais em terrenos sólidos, regularizados e com todos os serviços essenciais necessários para uma vida digna, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade e inclusão social das famílias beneficiárias.

### OBJETIVOS

1. Elaborar e executar projetos voltados para construção de moradias de interesse social, em parceria com a União, o Estado e os Municípios.
2. Combater o déficit habitacional nos municípios piauienses.
3. Concluir a construção de empreendimentos habitacionais iniciados.
4. Oportunizar a melhoria habitacional às famílias residentes em condições inadequadas.
5. Executar projeto de regularização fundiária nos loteamentos de empreendimentos habitacionais já construídos e/ou a construir.
6. Urbanizar e regularizar assentamentos precários.
7. Criar programa de habitação para os servidores públicos.

### METAS

- 1.1 Reduzir o déficit habitacional em 15%.
- 2.1 Construir 20.000 unidades habitacionais no Estado no período de 2016 a 2019.
- 3.1 Concluir 606 unidades habitacionais no Estado.
- 4.1 Executar projeto de melhoria habitacional para 10.000 famílias.
- 5.1 Implementar a regularização fundiária nas unidades habitacionais já construídas e em construção.
- 6.1 Dinamizar a urbanização de assentamentos precários nos municípios de Teresina, Parnaíba e Picos.
- 7.1 Reduzir de 65% para 20% o déficit habitacional do segmento dos servidores públicos.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS URBANAS E RURAIS
- . REGULARIZAÇÃO E AVERBAÇÃO FUNDIÁRIA HABITACIONAL

### PÚBLICO-ALVO

População de baixa e média rendas e beneficiários já existentes.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

EMGERPI, SECRETARIA DAS CIDADES, ADH

## **19 SANEAMENTO, DIREITO DE TODOS**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil apresenta evolução no seu processo de desenvolvimento, com um crescimento econômico acentuado, de notório reconhecimento no cenário internacional, no entanto, registra paradoxalmente, muitos indicadores de países subdesenvolvidos, mormente aos relacionados à saúde pública.

O saneamento básico, em especial (água potável, coleta e tratamento de esgotos), tem se mostrado em descompasso com o padrão de desenvolvimento almejado pelo povo brasileiro, notadamente das regiões Norte e Nordeste. Trata-se de regiões que trazem um legado histórico de exclusão das parcelas mais pobres da população, com reflexos na saúde humana e de significativo passivo ambiental. Pela amplitude e importância na melhoria da qualidade de vida e da necessidade de universalização dos serviços do Setor, deve ser tratado como um dever de Estado antes que uma política de Governo.

De acordo com o Banco Mundial, em 2025, 2/3 (dois terços) dos habitantes da terra viverão nas cidades. Para suportar o número de residentes urbanos, as cidades devem fazer grandes investimentos em habitação e em saneamento básico. As várias políticas e programas do governo brasileiro para o setor de saneamento básico nos últimos anos, entretanto, não têm sido eficazes, pois os recursos públicos escassos têm causado a diminuição na quantidade de investimentos governamentais.

O aumento populacional e a concentração urbana, ademais, têm causado demandas crescentes para a expansão dos serviços de água e esgoto no país. Essa situação leva a uma conclusão simples: o serviço de infraestrutura é uma peça indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente do país que vive nos centros urbanos, e o governo brasileiro deve buscar as formas mais adequadas para ofertar esse serviço.

O investimento em saneamento básico ambiental é determinante para o estabelecimento de um novo perfil de saúde pública e de qualidade de vida da população. O avanço no setor tem impacto positivo na economia do país, notadamente na redução dos seus custos com saúde e, em contrapartida, com a ampliação da infraestrutura básica decorrente, atrairá novos negócios, indústrias e outros empreendimentos que ampliarão a geração de emprego e renda.

O estágio do saneamento no Estado do Piauí é desafiador e exige tomadas de decisão eficazes e urgentes, visando priorizar investimentos compatíveis com as demandas da população, no sentido de avançar o acesso à água potável, à coleta e ao tratamento de esgoto sanitário, nas zonas urbana e rural dos municípios piauienses.

Para tanto, urge a necessidade do estabelecimento de Políticas e Diretrizes Globais do Governo do Estado, que sejam norteadoras e decisivas para o Setor, com ênfase nos aspectos jurídico-institucionais e de regulação, visando tornar célere a implementação dos investimentos com a consequente eliminação das inseguranças jurídicas, que normalmente geram entraves nos processos desses empreendimentos.

Neste contexto, torna-se imprescindível, a implementação das ações para universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários em todo o Estado, fundamentais para a saúde, para a qualidade de vida e bem-estar da população piauiense.

#### **PÚBLICO-ALVO**

População do Estado.

#### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

COORDENADORIA DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL, SEINFRA, AGESPISA, EMGERPI, SECRETARIA DAS CIDADES, INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ

## OBJETIVOS

1. Elaborar e implementar um Plano Estadual de Saneamento Básico Ambiental.
2. Instituir a Agência Reguladora Estadual de Saneamento.
3. Implantar, ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água e de sua infraestrutura em todo o Estado do Piauí, assegurando condições adequadas de saúde à população.
4. Avançar na Infraestrutura, coleta e tratamento de esgoto, através da implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário em todo o Estado do Piauí.
5. Apoiar a criação de consórcios municipais para a gestão dos resíduos sólidos e saneamento básico.

## METAS

- 1.1 Implantar o Plano de Saneamento Ambiental.
  - 3.1 Elevar para 96% o índice de atendimento urbano de água potável no Estado.
  - 3.2 Elevar para 80% o índice de atendimento total de água potável no Estado.
  - 3.3 Ampliar a implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nos municípios piauienses.
- 4.1 Elevar para 50% o índice de atendimento urbano de esgoto no Estado.
- 4.2 Elevar para 40% o índice de atendimento total de esgoto no Estado.
- 5.1 Criar sistema de apoio e acompanhamento dos consórcios municipais formados para realizar a gestão integrada de saneamento básico e resíduos sólidos.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . AMPLIAÇÃO DA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO
- . GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- . SANEAMENTO BÁSICO AMBIENTAL
- . SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICÍPIOS
- . UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA



## 20 DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema de transporte nacional, em 2011, participou com 52% no modal de transporte rodoviário de carga movimentada, superior aos 30% no transporte ferroviário; 8% no aquaviário; 5% na cabotagem (navegação costeira) e 5% no dutoviário (gasoduto, oleoduto), tornando a logística de transporte dependente do alto custo da modalidade rodoviária, conforme os dados de planejamento do Ministério dos Transportes. Desta forma, é fundamental a integração nacional entre os modais para diminuição dos custos de logística de transportes.

O setor de transporte rodoviário do Estado do Piauí acumulou bons resultados na aplicação dos investimentos do Plano Plurianual nos períodos de 2004 a 2015, relativamente à expansão e melhoria do espaço da rede rodoviária, beneficiando o transporte da produção e de pessoas.

No desafio de contribuir com o desenvolvimento estadual, necessita-se da conclusão da Rodovia Transcerrados, da melhoria da malha rodoviária turística, além da melhoria da mobilidade urbana com construção de pontes e elevados, duplicação de rodovias estratégicas e a construção de rodoanel e anéis viários.

A malha ferroviária de passageiros em operação ainda é pequena, com 13,6km em Teresina. O Estado conviniu com o Ministério das Cidades recursos para modernizar o sistema existente e projetar expansão de linhas para outros bairros. A estimativa é projetar 31km de linha, atingindo as regiões Norte, Sul e Leste da capital. A finalidade do programa é melhorar a mobilidade urbana na cidade, com maior segurança, conforto, redução do tempo de viagem e integração com os outros modais de transporte. Também se encontra em estudo no Ministério dos Transportes a utilização da linha existente de Codó–Caxias–Timon–Teresina–Altos para transporte municipal de passageiros, numa extensão de 204km.

Na estrutura de transporte aeroviário, dispõe-se de aeroportos de maior porte na Capital, em Parnaíba e em São Raimundo Nonato. Outros aeródromos de pequeno porte estão espalhados em pontos geográficos estratégicos e tem sido objeto de reformas e melhorias que garantam maior segurança de voo. Essas reformas ainda são pontuais, dada à escassez de programas e recursos voltados para o setor de aviação civil.

Consiste em desafio do Estado transformar o potencial hídrico em hidrovia, facilitando o escoamento da produção.

Neste contexto, perdura o desafio da integração dos modais de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário nos moldes das diretrizes do governo federal.



**OBJETIVOS**

1. Incrementar a expansão da malha rodoviária por meio de conservação e implantação de novos trechos rodoviários.
2. Fortalecer a integração multimodal, com a integração das malhas rodoviárias federal, interestaduais e intermunicipais e rodoanéis e a redistribuição da movimentação de passageiros e cargas.
3. Intensificar a recuperação e expansão da malha ferroviária, aumentando as alternativas para deslocamentos de usuários e cargas.
4. Melhorar e ampliar a infraestrutura aeroportuária.
5. Implantar a hidrovía do Estado, dinamizando o desenvolvimento territorial sustentável.
6. Implantar a infraestrutura do modal portuário.

**METAS**

- 1.1 Ampliar a malha rodoviária e a mobilidade urbana no Estado, priorizando a conclusão das obras de pavimentação da região dos cerrados do Piauí.
- 1.2 Duplicar os trechos das rodovias de Teresina – Campo Maior, Teresina – José de Freitas, Teresina – União e Teresina – Monsenhor Gil, em parceria com os governos federal e municipal.
- 2.1 Promover a integração da logística de transporte no Estado por meio de modais, incorporando os setores ferroviário, aeroportuário, portuário e rodoviário com objetivo de integrar os sistemas.
- 3.1 Duplicar a malha ferroviária urbana de passageiros (metrô).
- 3.2 Realizar estudos de viabilidade para fins de implantação da Ferrovia Altos – Luís Correia e Teresina – Simplício Mendes.
- 3.3 Implantar quatro terminais de passageiros.
- 3.4 Operacionalizar a Ferrovia Transnordestina.
- 4.1 Construir e/ou concluir a construção dos aeródromos regionais das cidades do interior.
- 5.1 Implantar o Projeto de Navegabilidade do rio Parnaíba, incluindo as novas barragens e eclusas.
- 6.1 Viabilizar o Porto de Luís Correia e Portos Secos de Teresina, Picos, Floriano e região dos Cerrados.

**AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . AMPLIAÇÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO
- . CONSTRUÇÃO DA RODOVIA transcerrado
- . INFRAESTRUTURA DOS MODAIS AEROVIÁRIO, FERROVIÁRIO, PORTUÁRIO E RODOVIÁRIO
- . VLT PARNAÍBA E TERESINA – TIMON

**PÚBLICO-ALVO**

População do Estado.

**ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

EMGERPI, SETRANS, DER-PI, CMTF

## 21 INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A melhoria da qualidade de vida da população piauiense é meta de atuação do governo, sendo necessário para tanto, entre outros aspectos, o fortalecimento da infraestrutura básica dos Territórios de Desenvolvimento nas mais diversas áreas.

Assim, constituem foco desta política as seguintes carências, dentre outras: regiões desprovidas de água para o consumo humano e de animais provocando um descompasso não só no nível econômico, bem como nas condições de sobrevivência; insuficiência da rede de energia elétrica na zona rural afetando as atividades produtivas; baixa qualidade de energia elétrica; e uma demanda elevada por obras de pequeno porte nos municípios, incluindo sistemas simplificados de abastecimento d'água, adutoras, estradas vicinais, passagens molhadas, pontes, e infraestrutura urbana envolvendo praças, pavimentação de vias para mobilidade urbana, pavimentação poliédrica, terminais rodoviários, matadouros, quadras esportivas, campos de futebol, recuperação de prédios públicos, adutoras, macrodrenagem e retenção de cheias.

Apesar dessa problemática, nos últimos anos, com o apoio da União, o Governo do Estado retomou os investimentos na ampliação e recuperação da infraestrutura básica cumprindo um planejamento estratégico com a execução de ações de curto, médio e longo prazo utilizando recursos de várias fontes de financiamentos que continuam em vigor na atual administração.

Neste contexto, o programa Infraestrutura e Qualidade de Vida, com características estratégicas e multissetoriais, permitirá a locação das ações estruturantes nos diversos órgãos estaduais que, em parcerias direta e indireta com as Prefeituras Municipais, abrirá caminhos para agilizar o atendimento das demandas solicitadas pela população das áreas urbana e rural.



## OBJETIVOS

1. Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, possibilitando melhor qualidade de vida à população com o aproveitamento das potencialidades locais.
2. Dotar os municípios de infraestrutura básica para o desenvolvimento socioeconômico.
3. Potencializar a infraestrutura hídrica no Estado.

## METAS

- 1.1 Executar, reformar e ampliar obras diversas.
- 1.2 Realizar o planejamento macrorregional de transporte da RIDE.
- 2.1 Concluir a pavimentação asfáltica do entorno do aeroporto de São Raimundo Nonato.
- 2.2 Realizar levantamento topográfico e georreferencial das áreas urbanas.
- 2.3 Implantar 120 sistemas simplificados de abastecimento d'água, com perfuração, equipamento e instalação de poço tubular.
- 2.4 Ampliar a pavimentação poliédrica nos municípios do Estado.
- 2.5 Fomentar, em parceria com a União, a execução de obras que melhorem a mobilidade no Estado.
- 2.6 Viabilizar a construção de sistema de transporte de passageiros, interligando as zonas sul, sudeste, leste e o centro da Capital com os modais de transporte público urbano.
- 2.7 Promover a conclusão de Anéis Viários das cidades piauienses de grande e médio portes.
- 3.1 Implantar o Sistema Adutor do Sudeste Piauiense.
- 3.2 Realizar a macrodrenagem de Oeiras.
- 3.3 Construir dique de retenção do rio Poti.
- 3.4 Construir barragens, poços tubulares e artesianos nos municípios do Estado.
- 3.5 Realizar manutenção de 28 barragens estaduais por força do Decreto nº. 13.778/2009.
- 3.6 Construir 10 barragens em municípios piauienses.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . CONSTRUÇÃO DE ADUTORAS, BARRAGENS, ESTAÇÃO DE PISCICULTURA E MACRODRENAGEM
- . FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA A IRRIGAÇÃO

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, SEINFRA, IDEPI, EMGERPI, SECRETARIA DAS CIDADES, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

## 22 PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL – AGRICULTURA FAMILIAR

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Piauí é eminentemente agrícola, cujo modelo de produção predominante é o da Agricultura Familiar, que adota práticas de explorações agropecuárias caracterizadas por lavouras com culturas tradicionais como: arroz, milho, feijão, mandioca e outras que garantem a segurança alimentar e nutricional do agricultor, na maioria dos casos, com o emprego de tecnologias tradicionais no manejo e uso dos solos e das culturas, além do uso de sementes de baixa qualidade genética.

Com relação à exploração da pecuária, predomina animais de baixo padrão genético e manejo inadequado, resultando em baixas produtividades das criações.

A assistência técnica é garantida pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER) e tem se mostrado insuficiente frente às necessidades apresentadas pela Agricultura Familiar, notadamente em decorrência dos problemas estruturais que a instituição passa.

Há que se ressaltar, ainda, que os produtos advindos das explorações agropecuárias familiares, quando comercializados são na sua forma natural, sem processamento que resultem em agregação de valor e elevação da qualidade exigida pelo mercado consumidor. As poucas agroindústrias de base familiar existentes no estado encontram grandes dificuldades para atenderem as exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e por isso encontram barreiras para comercializarem seus produtos. Esta situação é agravada pelo fato de os municípios não possuírem estrutura para fazer a inspeção necessária para garantir a comercialização da produção.

É grande a diversidade das atividades produtivas vegetal e animal no meio rural com considerável impacto na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, tem-se constatado uma redução da produção em virtude do baixo padrão de tecnologias adotado, tendo-se agravado ultimamente pelo ciclo de estiagem que tem assolado ao Estado com fortes impactos nos principais arranjos produtivos locais.

Os desafios para o fortalecimento do setor produtivo do Estado, passam pela garantia de uma assistência técnica contínua e de qualidade, pelo financiamento e realização de pesquisas adequadas às necessidades dos agricultores, pelo fortalecimento das organizações ligadas ao campo e aos agricultores, pela abertura de novas oportunidades para comercialização e pela geração de oportunidade de capacitação e de trabalho para os agricultores, jovens e mulheres, visando a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário no Estado, por meio do fortalecimento da agricultura familiar com a melhoria da qualidade de vida no campo e a segurança e soberania alimentar.



## OBJETIVOS

1. Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar, visando à melhoria da qualidade de vida no campo, e a segurança e soberania alimentar.
2. Melhorar a capacidade gerencial e institucional do Sistema de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Estado.

## METAS

- 1.1 Ampliar em 50% o acesso da Agricultura Familiar aos instrumentos de financiamento e fomento em apoio à produção.
- 1.2 Ampliar em 30% a cota de famílias no Programa Garantia Safra.
- 1.3 Ampliar em 30% o acesso de mulheres e jovens aos instrumentos de financiamento e fomento em apoio à produção e à adesão ao Programa Garantia Safra.
- 1.4 Ampliar em 25% o número de famílias atendidas com serviços gratuitos e qualificados de assistência técnica e extensão rural e inovação tecnológica de forma continuada e permanente.
- 1.5 Garantir o mínimo de 30% de mulheres e jovens atendidos por serviços de assistência técnica e extensão rural e inovação tecnológica de forma continuada e permanente.
- 1.6 Incrementar a produção agropecuária do Estado com a recuperação de 60% dos arranjos produtivos existentes e estruturação de novos arranjos produtivos.
- 1.7 Aumentar em 60% a inserção econômica da Agricultura Familiar nos mercados institucionais.
- 1.8 Ampliar e qualificar a oferta de serviços e infraestruturas social e produtiva no campo.
- 2.1 Dotar o Sistema de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Estado de capacidades gerencial e institucional adequadas às necessidades da Agricultura Familiar e da sociedade piauiense.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . ÁGUA PARA TODOS
- . AMPLIAÇÃO DA ADEÇÃO AO PROGRAMA GARANTIA SAFRA
- . ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
- . FOMENTO AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BASE FAMILIAR E DA SOCIOBIODIVERSIDADE
- . POTENCIALIZAÇÃO DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS EXISTENTES E VIABILIZAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

## PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, aquicultores, mulheres, jovens e sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, SDR, EMATER

## 23 PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL – AGRONEGÓCIO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

No Estado do Piauí, predomina o modelo de produção familiar visando à segurança e soberania alimentar. No entanto, na última década, tem-se verificado o aumento significativo da produção de grãos e produtos de origem animal pelo agronegócio, objetivando o abastecimento interno e exportações, com reflexos importantes na economia do Estado, no que diz respeito ao aumento de divisas e na geração de empregos e renda.

Os desafios para o fortalecimento do setor passam pela ampliação do acesso de pequenos e médios produtores aos financiamentos, pela realização de pesquisas adequadas às necessidades do setor, pelo fortalecimento das organizações dos produtores rurais, pela potencialização das oportunidades para comercialização, dentre outras.

Ressalte-se as oportunidades de promoção de desenvolvimento sustentável geradas pelos programas do Governo Federal, notadamente a criação do território do MATOPIBA, cujas ações previstas possibilitarão a dinamização econômica e social dos cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e a implantação do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), cujo propósito é aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários, em sintonia com a agenda planetária de redução e mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas.

São grandes as perspectivas de desenvolvimento dos municípios piauienses inseridos no Território do MATOPIBA, com reflexos para todo o Estado, em função da mobilização de esforços e de investimentos destinados a infraestrutura, a pesquisa, a tecnologia e a inovação, além das ações voltadas para capacitação e assistência técnica. A indução prevista possibilitará uma maior participação do segmento na composição do Produto Interno Bruto do Estado, seja pela produção de commodities importantes na balança comercial do país, seja pela colocação nos mercados de produtos agropecuários com maior valor agregado.

O Plano ABC possibilitará ao setor agropecuário a adoção de práticas e tecnologias sustentáveis com o propósito de garantir às presentes e futuras gerações, o usufruto dos recursos naturais que estão cada dia mais escassos. Ressalte-se que a região de cerrados do Piauí inserida no MATOPIBA foi identificada como a última fronteira agrícola do mundo.

O Estado reconhece a importância de fomentar a agropecuária piauiense, notadamente dos pequenos e médios produtores rurais e suas organizações, com a perspectiva de diversificar a produção agropecuária e aumentar a inserção dessa produção nos mercados regional, estadual e internacional. Nesse sentido, reconhece também a importância de dotar o Estado de serviços de defesa agropecuária para garantir alimentos seguros e saudáveis e a inocuidade dos insumos agropecuários.

O modelo de produção do agronegócio caracteriza-se pela adoção de um padrão diferenciado de tecnologias, insumos e fatores de produção, o que exige do Estado cuidados especiais, no sentido de garantir que a dinamização das cadeias e arranjos produtivos locais priorizados pelo segmento promova o desenvolvimento rural com sustentabilidade econômica e ambiental e com a participação cada vez maior dos pequenos e médios agricultores nos processos de inclusão produtiva. Enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades identificadas é o propósito do presente Programa para garantir um Piauí Produtivo e Sustentável.



## OBJETIVOS

1. Promover o incremento e a diversificação da produção agropecuária piauiense destinada ao abastecimento interno, às exportações e ao suprimento energético, visando geração de divisas, empregos e renda.
2. Fortalecer a defesa agropecuária visando à preservação da vida e da saúde das pessoas e dos animais, a segurança alimentar e a ampliação do acesso aos mercados.

## METAS

- 1.1 Ampliar o acesso dos pequenos e médios produtores aos recursos do crédito e do seguro rural oficial.
- 1.2 Aumentar em 18% ao ano a produção de grãos no Estado.
- 1.3 Ampliar a inserção do agronegócio piauiense nos mercados regional, nacional e internacional.
- 1.4 Implementar o Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) visando aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários.
- 1.5 Ampliar o número de empreendimentos que adotam sistemas orgânicos de produção e outros sistemas sustentáveis.
- 1.6 Dotar o Estado de infraestrutura e serviços de apoio à produção agropecuária, visando a redução de custos e perdas.
- 1.7 Implantar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA.
- 1.8 Aumentar a participação dos pequenos e médios produtores rurais na produção de grãos na região do MATOPIBA.
- 2.1 Estruturar e modernizar a Defesa Agropecuária do Estado e integrar os entes federados na prestação dos serviços.
- 2.2 Obter o reconhecimento de Estado Livre de Febre Aftosa sem vacinação.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXECUÇÃO, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MATOPIBA
- . FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS POR MEIO DO FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
- . FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA IRRIGAÇÃO VOLTADA PARA O AGRONEGÓCIO
- . IMPLANTAÇÃO DO PLANO AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (PLANO ABC)
- . ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA

## PÚBLICO-ALVO

Pequenos e médios produtores rurais, aquicultores, mulheres e jovens e a sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, SDR, ADAPI

## **24 TERRA PARA QUEM PRODUZ**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A gestão territorial do Estado e resolução de conflitos fundiários, muitas vezes é inviabilizada pela ausência de dados sistematizados que subsidiem a ação necessária do Estado. Assim, a viabilização da regularização de posses é de fundamental importância para evitar conflitos fundiários, bem como para fomentar a produção agrícola, uma vez que é condição necessária para o acesso a diversas linhas de crédito e para a inclusão dos produtores no contexto de políticas públicas.

Os conflitos fundiários e perdas sociais gerados pela pouca eficácia das políticas públicas, em decorrência do desconhecimento da real situação fundiária do Estado e a ausência ou morosidade das ações de regularização atingem desde grandes produtores que não se encontram inseridos legalmente no ciclo produtivo, aos pequenos agricultores que trabalham em regime de agricultura familiar e comunidades tradicionais que não possuem reconhecimento de suas posses.

Dentro de tal perspectiva, o Programa Terra Para Quem Produz prevê a implantação de um cadastro georreferenciado de imóveis rurais e uma ampla pesquisa dos registros primários do Estado do Piauí (Sesmarias), abertura de Ações de Arrecadações, cadastramento e levantamento georreferenciado de imóveis rurais, priorizando a regularização por município, contemplando as dimensões fundiária, produtiva e ambiental.

O georreferenciamento dos imóveis, nos moldes exigidos pela legislação federal, é fase relevante do processo de regularização fundiária gerando dados e informações de uso multifuncional para o Cadastro de Imóveis Rurais, que vem a contribuir para o fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O procedimento potencializará a gestão governamental da estrutura fundiária, encaminhando soluções de problemas existentes nas áreas prioritárias no Estado, especialmente onde os conflitos advêm da grilagem de terras públicas e ocupação desordenada.

Para promover a regularização da posse da terra foi criado o Fórum Agrário no Estado do Piauí, que por meio de uma série de parcerias operacionais e em conjunto com a Corregedoria Geral de Justiça e outros atores, propõe integrar suas ações de forma a solucionar os problemas apresentados na esfera do fórum, com o fito de proporcionar celeridade no processo de regularização fundiária no Estado do Piauí.

Nos assentamentos e nas unidades produtivas acessadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) faz-se necessário o estabelecimento de parceria entre os governos federal, estadual e municipal para que sejam desenvolvidas ações de infraestrutura e demais condições para a superação da pobreza, visando tornar estes espaços em locais bons para se viver.

Assim, o programa proposto visa contemplar três eixos distintos em razão do público-alvo e peculiaridades envolvidas: regularização fundiária de comunidades tradicionais como as remanescentes de quilombos; doação, que deverá atender a agricultores familiares; e regularização onerosa junto a médios e grandes produtores.

As ações deverão garantir a justa distribuição das terras do Estado e inserção socioeconômica dos beneficiários das ações.

#### PÚBLICO-ALVO

Assentados da reforma agrária, quilombolas, agricultores familiares, médios e grandes produtores rurais, mulheres e jovens e a sociedade em geral.

#### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SDR, INTERPI

## OBJETIVOS

1. Promover o ordenamento territorial do Estado do Piauí, garantindo a seguridade jurídica àqueles que se encontram na posse sem domínio da terra, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.
2. Garantir a Execução do Programa Nacional do Crédito Fundiário.

## METAS

- 1.1. Georreferenciar 100% das propriedades do Estado.
- 1.2. Promover a regularização fundiária com a concessão de 5.983 títulos a agricultores familiares.
- 1.3. Identificar, discriminar, arrecadar e destinar para a reforma agrária, 4.000.000,0 ha de terras públicas.
- 1.4. Entregar 2.000 títulos de propriedade para médios e grandes produtores rurais, via alienação onerosa.
- 2.1. Beneficiar 2.000 famílias assentadas no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF).
- 2.2. Ampliar em 50% o acesso das famílias beneficiárias do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) ao PRONAF.
- 2.3. Atender 4.000 famílias beneficiárias do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva, priorizando as mulheres e jovens.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO
- . GESTÃO DAS TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS
- . REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS NO ESTADO DO PIAUÍ



## **25 VIVER BEM NO SEMIÁRIDO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Semiárido piauiense, segundo Portaria interministerial Nº 01, de 09 de março de 2005, é composto por 127 municípios. No entanto, o governo do estado, através do Decreto Lei Estadual Nº 11.222, de 21 de janeiro de 2004, tem outra delimitação, sendo esta composta por 151 municípios, que corresponde a 62,1% dos municípios do estado. O bioma semiárido tem como característica marcante a escassez e má distribuição de chuvas, que se configura como um obstáculo natural à produção agropecuária. Esta característica demanda especial atenção do Estado, no sentido de ampliar a oferta dos recursos hídricos para o consumo humano e produção, de forma a garantir ao agricultor familiar as condições para a sua permanência no campo.

O Semiárido piauiense possui uma grande quantidade de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte que necessitam de regularização fundiária para que os agricultores familiares possam acessar políticas públicas.

Diversas tecnologias de convivência com o semiárido, desenvolvidas pelas organizações governamentais e não governamentais, passaram a compor as políticas públicas que precisam ser fortalecidas e universalizadas no âmbito desta região, com o intuito de melhorar e ampliar a oferta de recursos hídricos.

Para fortalecer as políticas de convivência com o semiárido, o Estado precisa investir mais em pesquisas, bem como promover a difusão das tecnologias geradas por essas pesquisas e, concomitantemente, desenvolver ações de sensibilização e capacitação da comunidade para a gestão destes recursos naturais.

A educação convencional praticada nas escolas do semiárido, por não considerar as especificidades da região, é inadequada para garantir uma boa formação de convivência sustentável. Portanto, torna-se necessário o fortalecimento da educação contextualizada.

Recentemente nesta região foi identificada a existência de recursos minerais significativos, sobretudo depósitos de cal, fosfato e ferro que se constitui numa possibilidade de geração de divisas. No entanto, o Estado precisa instituir políticas no sentido de garantir o verdadeiro desenvolvimento sustentável da região, resguardando a população de passivos ambientais decorrentes da exploração desses recursos.

O Programa Viver bem no Semiárido deverá refletir uma nova concepção de desenvolvimento sustentável, superando a perspectiva do combate à seca e avançando na construção de alternativas de convivência com o semiárido.

### **OBJETIVOS**

1. Promover o desenvolvimento sustentável e solidário da região semiárida, fortalecendo a economia, superando a miséria e melhorando as condições de convivência com o bioma.

### **METAS**

- 1.1 Ampliar em 50% o número de comunidade com acesso a energia elétrica e água.
- 1.2 Aumentar a renda das famílias rurais em 30%.
- 1.3 Ampliar em 60% o número de agricultores familiares comercializando sua produção nos mercados institucionais.
- 1.4 Apoiar 100 organizações da agricultura familiar, por território, na produção, diversificação e organização social, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres.

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO
- . FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO JOVEM NO SEMIÁRIDO
- . VIVA O SEMIÁRIDO

### **PÚBLICO-ALVO**

Agricultores familiares e a sociedade em geral.

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, SDR, EMATER, SETRE

## **26 QUALIFICAÇÃO, TRABALHO E RENDA**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Visando desenvolver e implementar políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda, do fomento ao empreendedorismo e do desenvolvimento da economia solidária, tornando o Estado mais justo e rico em oportunidades para todos, o governo do Piauí se propõe a desenvolver ações com fins de qualificação socioprofissional de diversos segmentos da sociedade de baixa renda, visando à inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de programas de intermediação de mão de obra.

O desemprego no segmento de mulheres é bastante elevado no Piauí. As mulheres representam 50,8% em relação à população total do Estado, entretanto, apenas 35% na idade laboral são economicamente ativas, ou seja, a maioria encontra-se fora da atividade formal.

Soma-se a esse fato a dramática diminuição de perspectivas de emprego formal nas estruturas empresariais existentes ou em criação e a consequente ausência de perspectivas quando do ingresso de jovens e mulheres no mercado de trabalho. Essa situação aponta para a necessidade de adoção de soluções ao mesmo tempo criativas, imediatas e eficazes.

Na tentativa de superar tal situação, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Nesse cenário, surgem no Brasil movimentos e iniciativas que se caracterizam como uma resposta à realidade do mundo do trabalho, a Economia Solidária.

Essa nova proposta constitui-se como um modelo de organização do trabalho alternativo à informalidade e à precarização, com potencial para promover mudanças nas relações de trabalho, agregando nova qualidade de vida, trabalho e renda.

Diante de tantos desafios e tendo por base o momento conjuntural das políticas adotadas pelo Governo brasileiro, que garante a sobrevivência de milhares de famílias através dos programas de transferência de renda, o governo do Piauí assumiu o desafio de incentivar empreendimentos, através de ações que fortaleçam a autogestão, o empreendedorismo social e o cooperativismo, entendendo a importância de desenvolver políticas emancipatórias e motivadoras dos princípios éticos e solidários, em integração com as outras políticas públicas e tendo como fim a inclusão social, via geração de trabalho e renda.

Neste contexto, a questão social adquire centralidade para a retomada de novas bases de desenvolvimento para o Piauí, e a qualificação profissional assume novos contornos, ampliando seu alcance em decorrência das possibilidades crescentes de desenvolvimento que o Estado do Piauí vem vivenciando, através de investimentos das obras do PAC e de empreendimentos da iniciativa privada.

O Programa Qualificação, Trabalho e Renda tem como desafios para os próximos quatro anos, contribuir com a inserção qualificada dos trabalhadores(as) nas atividades produtivas, promover o suporte gerencial e técnico a empreendimentos econômicos solidários e potencializar suas atividades econômicas e sustentáveis.

Dessa forma o Estado do Piauí contribuirá efetivamente com o fortalecimento da Economia Solidária, com a diminuição das desigualdades sociais e, conseqüentemente, com a diminuição e a superação da extrema pobreza no Estado do Piauí.

### PÚBLICO-ALVO

Pessoas desempregadas, em risco de desemprego e autônomos.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DA JUVENTUDE, SETRE

## OBJETIVOS

1. Consolidar o processo de apoio, convênios e parcerias com as empresas públicas e privadas para ampliação das oportunidades de emprego.
2. Promover a capacitação, qualificação e requalificação de pessoas desempregadas, empregadas e em risco de desemprego para o mercado de trabalho atual.
3. Fortalecer a política de Economia Solidária nos 11 Territórios de Desenvolvimento.
4. Fomentar a cultura empreendedora no Estado.
5. Promover políticas de apoio aos catadores e catadoras de materiais recicláveis.
6. Fortalecer o associativismo e o cooperativismo como fortes atores do setor produtivo.

## METAS

- 1.1 Estruturar os postos de atendimento do SINE com melhoramento da infraestrutura física e tecnológica.
- 2.1 Qualificar os trabalhadores e trabalhadoras por meio da educação social e profissional.
- 2.2 Capacitar agentes de economia solidária.
- 3.1 Elaborar o Plano Estadual de Economia Solidária.
- 3.2 Realizar e/ou estruturar Conferências e Conselhos Estadual e Municipal de Economia Solidária.
- 3.3 Apoiar a implantação de incubadoras de negócios.
- 3.4 Fomentar a rede de produção, comercialização e consumo de empreendimentos solidários.
- 4.1 Promover palestras/cursos de empreendedorismo, consultoria de negócios e facilitar o acesso ao crédito.
- 5.1 Discutir as diretrizes relativas à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.
- 5.2 Apoiar o segmento de catadores e catadoras de resíduos sólidos, aprimorando processos produtivos, proteção social e gestão do empreendimento.
- 6.1 Realizar cursos de capacitação em associativismo e cooperativismo.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

. QUALIFICAÇÃO SOCIAL, PROFISSIONAL E EMPREENDEDORA. INTERMEDIACÃO DE MÃO DE OBRA COM CAPACITAÇÃO



## 27 AVANÇA PIAUÍ

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Piauí possui diversas potencialidades e setores produtivos, tais como: agroindústria, ovinocaprinocultura, bovinocultura de leite, apicultura, turismo, mandiocultura, artesanato, indústria, cajucultura, carnaúba, silvicultura, comércio e serviço, têxtil e confecção, agroenergia, mineração e frutas tropicais.

O governo do Estado promove diversas ações de fomento econômico visando desenvolver o Estado. Dentre elas a realização de financiamentos para investimentos fixos e mistos, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira contribuindo para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e harmônico do Estado.

A indústria tem ampliado sua participação na economia piauiense como reflexos da política de atração de investimentos, através da isenção do recolhimento do ICMS a partir de 1996. Diversas indústrias nacionais e estrangeiras, em vários setores se instalaram na capital e interior. Indústrias de transformação, têxteis, bebidas, cimento, açúcar e álcool, beneficiamento de soja e de extração vegetal. Com isso, ganharam impulso os distritos industriais de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano, além do crescimento de economias de municípios que abrigaram novos empreendimentos, a exemplo de Uruçuí, Fronteiras, Guadalupe e Baixa Grande do Ribeiro, que são os municípios de maior PIB per capita do Piauí. Em 2012, o setor industrial respondia por 18,6% do PIB do Piauí.

A administração pública visando incrementar a atividade empresarial no Estado prevê a abertura de novos núcleos da junta comercial nas cidades polos no interior do Estado, levando atendimento fácil e desburocratizado para usuários, reduzindo prazos e custos do processo de registro. Também prevê a implantação da REDESIM, com o objetivo de disponibilizar ferramentas para o trâmite virtual de documentos, facilitando a legalização e baixa de empresas, de forma a desenvolver um ambiente favorável aos negócios no Piauí.

No setor industrial, a Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba (ZPE) será um complexo de produção industrial com tratamento tributário e fiscal diferenciados. As empresas instaladas na ZPE serão beneficiadas com suspensão de impostos e outras vantagens, sob a condição de destinarem pelo menos 80% de sua produção para o mercado exterior, sendo instalada numa localização privilegiada, facilitando a logística no processo de exportação.

Com o aumento da competitividade no Estado existe a real necessidade de maior fiscalização de produtos e mercadorias, visando à proteção do consumidor.

Para que o setor produtivo cresça de maneira sustentável é necessário que a área pública crie um ambiente propício ao empreendedorismo superando desafios tais como: a geração de emprego e renda, promoção do crescimento econômico e a inclusão produtiva, além de definir políticas públicas para geração de incentivos a empresas, apoiar a difusão de condutores da elevação da produtividade e da competitividade e dotar o Estado de infraestrutura adequada a sua capacidade de desenvolvimento, com o objetivo de atrair novos empreendimentos.



## OBJETIVOS

1. Planejar a gestão e aplicação de fundos estaduais de desenvolvimento.
2. Apoiar a instalação de novos empreendimentos mediante a concessão de incentivos diversos.
3. Fortalecer as atividades de fiscalização metrológicas e certificação de produtos.
4. Incentivar a produção, comercialização e as cadeias e arranjos produtivos locais, priorizando o mercado externo.
5. Atrair investimentos estrangeiros que tenham finalidades exportadoras.
6. Facilitar/desburocratizar os processos de legalização e fechamento de empresas.
7. Proporcionar melhorias aos pequenos empreendedores no Estado mediante parcerias.
8. Apoiar o desenvolvimento e fomento dos empreendimentos no Piauí, através da concessão de crédito.

## METAS

- 1.1 Conceder financiamento a 250 empreendimentos, com recursos do Fundo Especial de Produção (FEP), com o objetivo de incentivar os investimentos produtivos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí.
- 1.2 Prover recursos financeiros a 1.500 empreendimentos para complementar garantia, através do Fundo Garantidor aos Micro e Pequenos Empreendimentos do Estado do Piauí (FUNGEP), nas operações de crédito destinadas a investimentos em atividades produtivas no Estado do Piauí.
- 2.1 Conceder financiamento para 1.000 empreendimentos estaduais proporcionando a geração de emprego e renda.
- 3.1 Avaliar os instrumentos de medição, como taxímetros, produtos têxtil, visando à qualidade e conformidade dos produtos.
- 4.1 Aumentar em até 30% as exportações do Estado.
- 4.2. Fortalecer as cadeias e arranjos produtivos locais priorizados.
- 5.1 Aumentar em até 20% o número de empresas exportadoras do Estado.
- 5.2 Consolidar a infraestrutura da ZPE Parnaíba.
- 5.3 Promover a geração de até 600 empregos diretos e até 3.000 empregos indiretos.
- 6.1 Implantar o sistema integrador REDESIM.
- 6.2 Instalar 11 Núcleos da JUCEPI nos Territórios de Desenvolvimento.
- 6.3 Duplicar a quantidade de empresas abertas nos próximos quatro anos e descentralizar a prestação de serviços com a instalação de novos núcleos regionais.
- 7.1 Desenvolver economicamente os comerciantes locais e potencializar o empreendedorismo nos municípios.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ
- . APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ – PORTO PIAUÍ
- . FORTALECIMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
- . INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

## PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de produtores consideradas prioritárias no Plano de Governo. Consumidores em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

PIAUÍ FOMENTO, SEDET, JUCEPI, IMEPI, ZPE PARNAÍBA, PORTO-PI

## **28 ENERGIAS RENOVÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Piauí consome mais energia do que produz gerando necessidade de importação de outros Estados através do Sistema Interligado Nacional. Desta forma, é importante que haja o investimento no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica.

Assim, o Piauí tem sido reverenciado como importante claustro de produção de energia limpa, a exemplo da energia eólica, com o funcionamento do Parque Eólico, no Território da Planície Litorânea, compreendendo os municípios de Luís Correia e Parnaíba. Além disso, estudos bem avançados apontaram a possibilidade de instalação do Parque Eólico da Serra da Ibiapaba, no Território dos Carnaubais (municípios de São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí e Buriti dos Montes); no Território do Vale do Guaribas (municípios de Caldeirão Grande do Piauí, Marcolândia, Simões, Curral Novo do Piauí, Paulistana, Padre Marcos, Betânia do Piauí, Queimada Nova); e no Território Serra da Capivara (municípios de São Raimundo Nonato, Dom Inocêncio e Lagoa do Barro do Piauí).

Outra fonte de energia limpa é a solar, com abundante potencial no Estado, merecendo, portanto, fomento à sua utilização. Existe, no Estado, iminente capacidade para a produção de combustível, como a biomassa, etanol, biodiesel, bem como petróleo e gás.



#### **🔧 PÚBLICO-ALVO**

Sociedade em geral.

#### **🔧 ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

SEDET, SEMINPER, GASPISA

## OBJETIVOS

1. Garantir o protagonismo do Governo Estadual na promoção dos negócios energéticos e na consolidação dos polos de aproveitamento de fontes alternativas de energia eólica, solar, etanol, biodiesel, biomassa, bem como na produção de petróleo e gás.
2. Estabelecer uma matriz energética que coloque o Estado na condição de exportador de energia com ganhos para a população, conservação da biodiversidade, menor necessidade de renúncia fiscal, integração territorial, com geração de riquezas locais duradouras, sustentáveis e sem prejuízo do empreendedor.
3. Consolidar uma base de dados consistentes sobre o setor energético, mediante parcerias com outros órgãos e empresas da área.
4. Fortalecer a pesquisa do gás natural, na bacia do rio Parnaíba, de modo a viabilizar pontos de derivação nas principais cidades do Estado.
5. Dotar o aparato público estadual da estrutura de conhecimento e logística necessários para atração seletiva de empreendimentos do setor energético.
6. Consolidar uma base legal (Lei, Decretos, política, planos, programas, projetos, perfis) consistente para dar suporte ao setor de produção de energia.
7. Fomentar o aperfeiçoamento das ferramentas de controle da exploração dos recursos energéticos do Estado.

## METAS

- 1.1 Ampliar a capacidade de produção de energia elétrica do Piauí, mediante a introdução de fontes de energia renováveis em sua matriz energética atual.
- 1.2 Implantar a Política Estadual de Energias Alternativas e/ou Renováveis.
- 1.3 Criar o Conselho de Política Energética.
- 1.4 Mapear o potencial eólico do Estado.
- 2.1 Estimular a instalação de empresas geradoras de energias renováveis.
- 2.2 Incentivar a instalação de fabricantes de equipamentos e componentes da indústria de geração de energias renováveis.
- 2.3 Implantar Parque Eólico.
- 3.1 Incentivar Parcerias Público-Privadas (PPPs) para consolidar base de informações sobre o setor energético.
- 4.1 Promover estudo e pesquisa sobre gás natural na bacia do rio Parnaíba.
- 5.1 Realizar estudos e pesquisas sobre energias renováveis.
- 5.2 Dotar o Estado de estrutura de conhecimento e logística necessários para atuação no setor energético.
- 6.1 Dotar o Estado de instrumentos legais e de planejamento para atuação no setor de energias renováveis.
- 7.1 Instituir cadastro estadual de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de exploração e aproveitamento das fontes de energias renováveis.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

## 29 MINERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Piauí é apontado pelos sites nacionais especializados em mineração como a nova fronteira do minério. Essa afirmação é confirmada pelos números do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, que mostram o Estado como o segundo do Nordeste e entre os 10 maiores do País com incidência de minérios.

Um dos pontos que chama a atenção é a diversidade da riqueza mineral piauiense, uma vez que não há apenas um minério específico em destaque, mas vários tipos como ferro, diamantes, fósforo, níquel, mármore, calcário, argila, opala e outros. Atualmente existem no Estado em torno de 3,5 mil títulos concedidos a pesquisas dos mais diversos minerais. Muitas reservas já foram confirmadas e dimensionadas.

Um exemplo é a região de Paulistana que tem uma reserva de ferro estimada em 400 milhões de toneladas, com projetos de pesquisas e exploração em evolução. No município de Coronel Gervásio Oliveira, o principal atrativo é o níquel, com reservas estimadas em 88 milhões de toneladas, onde estão sendo investidos algo em torno de US\$ 50 milhões em pesquisa e instalação de usina-piloto.

É na região de Pedro II que se localiza a única reserva de opala nobre do Brasil. A pedra, que reflete as cores do arco-íris, chama a atenção pela qualidade, cuja similaridade é encontrada apenas em áreas da Austrália.

No sul do Estado, no município de Gilbués, está sendo explorada uma mina de diamante, com uma jazida estimada em dois milhões de quilates. A exploração está aumentando e as exportações estão em torno de três mil quilates de diamantes certificados.

O mármore extraído no município de Pio IX, especialmente na localidade de Quixaba, possui excelente qualidade, tanto na textura como na cor. As pesquisas indicam a existência de vários tipos de mármore com destaque os de cores azul platinado, dourado, branco e misto.

Pesquisas realizadas em 22 municípios do Médio e Alto Parnaíba pelo Serviço Geológico do Brasil e pela Agência Nacional de Petróleo apontam fortes indícios da existência de gás na Bacia do rio Parnaíba. Investimentos da ordem de 50 milhões já foram feitos para perfuração de poços no sul de Floriano para conhecer a potencialidade comercial da área, além da vasta quantidade de água no subsolo piauiense.

Considerando o potencial do Estado no setor mineral, cabe ao Governo otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento sustentável das atividades, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.



## OBJETIVOS

1. Garantir o protagonismo do Governo do Estado na promoção dos negócios minerais, de modo a atrair empreendimentos.
2. Consolidar base de dados consistentes sobre o setor mineral, mediante parcerias com outros órgãos tais como DNPM e CPRM.
3. Consolidar uma base legal (Lei, Decretos, política, planos, programas, projetos, perfis) consistente para dar suporte ao setor mineral no Piauí.
4. Aperfeiçoar instrumentos de controle da exploração mineral.
5. Consolidar a cadeia produtiva dos minérios de ferro e do fosfato, estimulando a formação de negócios sustentáveis.
6. Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no setor mineral.
7. Fomentar o aperfeiçoamento das ferramentas de controle da exploração dos recursos minerais.

## METAS

- 1.1 Implantar a Política Estadual de Mineração.
- 1.2 Elaborar o Plano Estadual de Mineração.
- 1.3 Implantar Centro de Tecnologia Mineral.
- 2.1 Implantar base de dados da mineração no Estado, com elaboração do mapa geológico em escala de 1:250.000.
- 3.1 Dotar o Estado de instrumentos legais e de planejamento para atuação no setor de mineração.
- 4.1 Regulamentar o poder de polícia da SEMINPER sobre as atividades de pesquisa, lavra, extração e de aproveitamento de recursos minerais.
- 4.2 Instituir taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, extração, transporte e aproveitamento de recursos minerais (TFRM).
- 4.3 Instituir Cadastro Estadual de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de Recursos Minerais (CERM).
- 5.1 Realizar estudo sobre as cadeias produtivas de base mineral visando ao desenvolvimento e sustentabilidade das atividades de mineração e apoio aos empreendimentos.
- 6.1 Elaborar estudos, pesquisas, projetos, avaliação e quantificação de depósitos minerais.
- 7.1 Fiscalizar os empreendimentos do setor mineral.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS DE CALCÁRIO
- . PROMOÇÃO DA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO NO SETOR MINERAL

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

EMGERPI, SEMINPER

## 30 TRÂNSITO SEGURO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Acidente de trânsito é um problema que vem preocupando a sociedade nas duas últimas décadas. O Brasil está entre os 10 países com maiores índices de mortalidade no trânsito, com destaque para os jovens que são as maiores vítimas. Os dados, considerados alarmantes, são justificados pelo expressivo crescimento da frota no País, que possui hoje cerca de 62 milhões de veículos, dos quais 30% são motocicletas. Este dado torna-se mais grave diante da estatística: os acidentes fatais que envolvem motocicletas são 143% maiores que os envolvendo automóveis. No ano passado, 60% das indenizações relativas ao seguro DPVAT foram pagas para acidentes com motocicletas.

Teresina está situada nesse contexto como a 5ª cidade brasileira com trânsito mais violento, e tem nos acidentes de trânsito as principais causas de morte entre homens de 20 a 24 anos na capital. Com relação aos acidentes com motocicletas, o Piauí registra a triste taxa de 14,7 mortes de motociclistas por cada grupo de 100 mil habitantes, a segunda maior taxa de todo o Brasil, perdendo apenas para Rondônia. Os dados do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) mostram que 91% dos acidentes de trânsito com vítimas fatais envolvem motociclistas, na faixa etária entre 17 e 35 anos de idade.

A questão da violência no trânsito é tão grave que já é considerada um problema de saúde pública, uma vez que para cada morte decorrente de acidente de trânsito, 11 pessoas ficam com sequelas, 38 são internadas e 380 precisam ser atendidas em emergências, sobrecarregando os hospitais. Em uma década, os acidentes de trânsito mataram 6.225 pessoas, no Piauí, segundo dados do Mapa da Violência – 2013, divulgado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça.

Ponto fundamental nesta política é a humanização do trânsito, que necessariamente passa pela educação continuada e mudanças na cultura automobilística, visando à valorização da vida. Dessa forma o Estado desempenhará seu papel no que tange à educação e prevenção de acidentes, por meio de campanhas educativas em massa nas escolas, nos meios de comunicação, na capacitação dos profissionais que fiscalizam o trânsito e nas blitz educativas.

### OBJETIVOS

1. Fortalecer as políticas de educação e prevenção à violência no trânsito.
2. Promover a integração operacional nas vias de trânsito federal, estadual e municipal e melhorar a fiscalização.
3. Promover a capacitação contínua dos profissionais que trabalham diretamente com a fiscalização de trânsito.
4. Ampliar a descentralização dos serviços de trânsito.

### METAS

- 1.1 Realizar campanhas educativas aos usuários das vias abertas à circulação.
- 1.2 Reduzir em 25% ao ano o número de pessoas e animais mortos no trânsito.
  - 2.1 Aumentar o efetivo de Policiais Militares especialistas no trânsito e expandir subunidades para o interior em 80%.
  - 2.2 Fiscalizar e retirar de circulação 25% ao ano os veículos automotores sem condição de trafegar.
  - 2.3 Aumentar 80% o número de convênios e acordos de cooperação técnica com a PMPI para garantir policiamento ostensivo de trânsito urbano e rodoviário nos municípios do Estado.
- 3.1 Qualificar 40% do contingente da Polícia Militar atuante na fiscalização e prevenção do trânsito.
- 4.1 Construir e ampliar postos de atendimento do Detran.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO
- . MELHORIA NO TRÂNSITO

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, DETRAN

## 31 VIVA SEM DROGAS

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado, por meio da Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas, tem por missão ser referência na implantação de políticas públicas de enfrentamento às drogas no Estado, sendo esta responsável pela coordenação, articulação, tratamento, redução de danos, execução, fiscalização e supervisão de serviços existentes para a prevenção, inserção ou reinserção social de usuários de substâncias entorpecentes, drogas lícitas e ilícitas que causem dependência física ou psíquica, além de estender orientação e apoio às famílias.

Tendo em vista o aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas, faz-se necessário a conscientização da sociedade em geral sobre as consequências do uso abusivo dessas substâncias psicoativas na vida humana em todos os seus aspectos físicos, psíquico, social e familiar. O mecanismo mais eficiente é a inovação e o fortalecimento das políticas públicas sobre drogas e a garantia de sua aplicabilidade eficiente na sociedade. Segundo o relatório da comissão especial de combate às drogas, estima-se que 0,7 a 1% da população brasileira faz uso de crack. Ao analisar esses dados é possível verificar que o Brasil possui cerca de 2 milhões de usuários de crack, droga que atinge níveis preocupantes entre a população de rua e está associada a uma elevada taxa de mortalidade.

Nesse contexto, fica evidente que dentro de um cenário nacional o Piauí vem buscando meios efetivos de combate e prevenção ao uso de drogas, e dentro das suas limitações, tem conseguido resultados significativos, mas necessita de meios mais persuasivos para conscientizar a população dos riscos do uso de drogas e de capacitação dos mecanismos do Estado e sociedade civil que trabalham junto aos dependentes químicos.

### OBJETIVOS

1. Implementar políticas públicas de prevenção às drogas lícitas e ilícitas, visando à redução da criminalidade.
2. Implementar políticas públicas de tratamento a dependentes químicos.
3. Implementar políticas públicas de acolhimento e a reinserção social de dependentes químicos recuperados.

### METAS

- 1.1 Elaborar o mapa da violência para orientar a implementação de programas.
- 1.2 Realizar ações preventivas como palestras, distribuição de material informativo e campanhas educativas nas escolas, nos pontos de grande circulação de pessoas, em órgãos públicos da capital e municípios.
- 1.3 Realizar ações preventivas e educativas, com visitas in loco para atingir, aproximadamente, 90.000 pessoas.
- 1.4 Capacitar 20.000 pessoas dentre elas: profissionais, estudantes, jovens e lideranças comunitárias.
- 1.5 Regular, acompanhar e monitorar a atuação das Comunidades Terapêuticas.
- 1.6 Implantar e implementar o Conselho Estadual de Política sobre Drogas, nos 11 Territórios de Desenvolvimento.
- 1.7 Ampliar o quadro de funcionários, visando aumentar os atendimentos no setor de acolhimento/encaminhamento em 50%, atingindo 90 atendimentos/mês.
- 2.1 Ampliar em 1.000% as vagas de tratamento em comunidades terapêuticas para dependentes químicos.
- 2.2 Aumentar para 1.500 o número de vagas para tratamento de dependentes químicos, por meio de convênios entre Governo do Estado e Comunidades Terapêuticas.
- 2.3 Implementar e ampliar a Rede CAPS AD.
- 3.1 Reinsere 600 dependentes químicos recuperados no mercado de trabalho.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . ENFRENTAMENTO ÀS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA, AO CRACK E OUTRAS DROGAS
- . ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO ESTADO
- . FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

### PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais vulnerabilizados.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

## 32 JOVEM É PARA VIVER

### CONTEXTUALIZAÇÃO

As políticas públicas da juventude pautam-se pela busca da autonomia e participação de indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, reconhecendo a juventude enquanto fase singular da vida, dotada de especificidades e rica em diversidade (social, cultural, sexual, econômica, de gênero, étnico-racial e territorial), não constituindo mera transição do adolescente para o mundo adulto.

As políticas públicas voltadas para a juventude devem ser entendidas de forma transversal, articulando ações em diversos setores do Governo, tais como educação básica e profissional, ciência e tecnologia, trabalho, cultura, esporte e lazer, segurança, dentre outros, sendo imprescindível que o ente estatal possa assegurar nas suas esferas de poder, ações direcionadas para inserir a juventude em processos dinâmicos e produtivos.

No Piauí, os jovens têm pouco espaço público de execução e apropriação da cultura, educação e lazer. Na maioria das vezes, os espaços se concentram nos grandes centros urbanos, não oportunizando aos jovens mecanismos que permitam expressar seus anseios e identidades. E mesmo nesses centros, a falta ou escassez de mobilidade urbana e de acesso gratuito aos espaços de cultura e lazer levam os jovens a reprimirem suas vontades, anseios e expressões da vida. Além disso, no tocante aos processos de capacitação e qualificação profissional, as poucas vagas existentes e, em muitos casos, a inadequação dos cursos e treinamentos à necessidade e realidade dos jovens, acabam por tirar dessa faixa etária as oportunidades de inserção e crescimento social, gerando uma grande massa de pessoas que ficam à margem da sociedade.

A incapacidade de desempenhar uma atividade produtiva reconhecida financeiramente, aliada à falta de oportunidades, gera um sentimento de inutilidade e ociosidade, que, em muitos casos, podem levar ao aumento dos níveis de criminalidade, violência, conflito e problemas de uso de drogas, distúrbios de saúde mental, entre outros. Daí percebe-se a importância da política pública para maximizar o potencial produtivo dos jovens e adultos e promover a disponibilidade de oportunidades de emprego digno e geração de renda.

Dentre as alternativas de geração de renda para os jovens está o apoio à abertura de pequenos negócios, com o estímulo ao empreendedorismo, de modo a potencializar as alternativas de inserção no universo do trabalho. Cabe ao Estado o apoio aos jovens na busca por identificação e realização dos seus projetos profissionais, educacionais e sociais, considerando os seus ideais de juventude e a realidade socioeconômica e cultural na qual estão inseridos.

Nesse contexto, faz-se necessária a implantação e implementação de políticas públicas que assegurem a igualdade de oportunidade e de direitos para os jovens, visando sua valorização, de forma a assegurar o pleno exercício de sua cidadania.



#### 🔧 PÚBLICO-ALVO

Adolescente, jovens de 15 a 29 anos, residentes no Estado do Piauí.

#### 🔧 ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA DA JUVENTUDE

## OBJETIVOS

1. Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.
2. Instituir a Política Estadual da Juventude com o propósito de promover a transversalidade desse segmento com as demais políticas públicas, com ênfase na garantia dos direitos básicos, estabelecidos no Estatuto da Juventude.
3. Apoiar a criação de Conselhos Municipais de Direitos da Juventude.
4. Apoiar e estruturar o Conselho Estadual de Direitos da Juventude.
5. Promover o desenvolvimento humano e emancipação juvenil através do trabalho, qualificação profissional e apoio a microprojetos produtivos juvenis.
6. Fortalecer os movimentos que trabalham com e para o desenvolvimento das políticas públicas de juventude.
7. Articular com os órgãos de esporte, lazer e cultura, espaços de convivência e terapia ocupacional para os jovens, nos territórios de interesse, como prevenção ao uso de drogas e redução da violência.

## METAS

- 1.1 Articular, com secretarias afins, ações para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude.
- 2.1 Estabelecer um Plano Estadual de Políticas Públicas para a Juventude.
- 2.2 Proporcionar à juventude espaços de contribuição com a gestão da Coordenadoria.
- 3.1 Capacitar e fortalecer os Conselhos Municipais de Direitos da Juventude.
- 4.1 Realizar a Conferência Estadual da Juventude.
- 4.2 Fortalecer o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.
- 5.1 Criar banco de estágio, em parceria público-privada, para encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho.
- 5.2 Promover a educação profissional por meio de cursos profissionalizantes.
- 5.3 Garantir o acesso de jovens à qualificação e inserção no mercado de trabalho.
- 5.4 Criar Programa Estadual de Estágio em órgãos do governo, com a concessão de bolsa-auxílio.
- 5.5 Consolidar o processo de apoio, convênio e parcerias com as empresas públicas e privadas para ampliação das oportunidades de emprego.
- 6.1 Realizar parcerias com os Conselhos de Direitos.
- 7.1 Promover nos municípios, espaços de esporte e lazer para a juventude.
- 7.2 Fomentar práticas esportivas e ações culturais para o público juvenil.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . COORDENAÇÃO DAS AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE
- . FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA JUVENTUDE



## 33 MAIS MULHER

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas as mulheres têm cada vez mais se mobilizado para que a sociedade brasileira seja mais justa e igualitária. As políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser entendidas de forma global, articulando ações em diversos setores do Governo, visto que em todas as áreas de atuação governamental elas se encontram em situação desfavorável. Desse modo, as políticas propostas não podem estar isoladas das demais políticas desenvolvidas pelo Estado, tais como: educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, dentre outros, sendo imprescindível que o ente estatal possa assegurar nas suas esferas de poder, ações direcionadas para reduzir essas diferenças.

Segundo dados estatísticos apresentados na pesquisa realizada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), "Perfil da Mulher Piauiense", em 2014, foram evidenciados aspectos significativos sobre a situação da mulher no Piauí, demonstrando que a violência atinge as mulheres de todas as classes sociais. O líder do ranking com o maior índice de violência é Teresina, com 67,8% dos casos de violência sexual, totalizando 1.959 ocorrências, no período de 2004 a 2013; em seguida Altos (4,3%), Campo Maior (2,6%), José de Freitas (2,4%), União (2,2%), Água Branca (2,1%). Os demais municípios somam 18,5%. Em todo o Estado, neste período, foram notificados 2.887 casos de mulheres vítimas de violência sexual.

O fenômeno da violência contra as mulheres tem afetado a vida de 49 milhões de brasileiras e, os dados do Mapa da Violência contra a Mulher revelam que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros. Em pesquisa recente, constatou-se que 54% dos entrevistados conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Dos entrevistados, 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres.

Tendo em vista o quadro estadual e nacional, faz-se necessária uma efetiva atuação de enfrentamento da violência contra a mulher e a garantia de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e nas instituições estaduais. Para tanto, o Estado tem um papel fundamental como principal responsável pela produção de ações capazes de reduzir o impacto da violência e desigualdade entre homens e mulheres, devendo-se considerar também o racismo, o sexismo e a lesbofobia que as mulheres também padecem em seu dia-a-dia.

Assim, faz-se necessária a implantação e implementação de políticas públicas que assegurem a igualdade de oportunidade e de direitos entre homens e mulheres, visando à valorização da mulher e a criação de condições efetivas de enfrentamento à discriminação de gênero, de forma a assegurar a população feminina o pleno exercício de sua cidadania e de controle social.



## OBJETIVOS

1. Ampliar e fortalecer a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.
2. Fortalecer o controle social de políticas públicas para as mulheres.
3. Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

## METAS

- 1.1 Ampliar e implementar a política de abrigamento para mulheres em situação de risco e de violência, sendo uma casa abrigo por Território de Desenvolvimento.
- 1.2 Estruturar e garantir o funcionamento integral da Casa da Mulher Brasileira, do Centro de Referência e Casa Abrigo da Mulher Vítima de Violência.
- 1.3 Incluir 1.200 mulheres/ano da rede de proteção social em programas de geração de renda.
- 1.4 Articular, com órgãos públicos e iniciativa privada, a inclusão de mulheres no mercado de trabalho.
- 1.5 Ampliar a oferta de creches.
- 1.6 Garantir o funcionamento integral das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- 1.7 Valorizar e promover as iniciativas e a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres.
- 1.8 Apoiar a implantação e estruturação de 12 delegacias especializadas em atendimento às mulheres nos territórios.
- 1.9 Adequar o aparelhamento do IML para melhor atendimento às mulheres vítimas de violência.
- 1.10 Contribuir para a superação de todas as formas de violência institucional que atingem as mulheres em razão do racismo, do sexismo, da lesbofobia, do preconceito e discriminação baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero.
- 1.11 Capacitar 5.000 profissionais da rede pública de educação e demanda social nas temáticas de gênero, relações étnicas, raciais e de orientação sexual, por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola.
- 1.12 Capacitar 1.100 mulheres/ano em situação de vulnerabilidade nos 11 Territórios de Desenvolvimento.
- 1.13 Promover campanhas em caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres.
- 1.14 Divulgar a Lei Maria da Penha nos territórios.
- 2.1 Elaborar e efetivar o Plano Estadual de Políticas para Mulheres.
- 2.2 Realizar a Conferência Estadual de Mulheres.
- 2.3 Fortalecer o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher para o controle social das políticas públicas e defesa dos direitos das mulheres.
- 2.4 Ampliar o número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres em 30%.
- 2.5 Promover cursos de capacitação e qualificação para as Servidoras Públicas e Conselheiras dos Conselhos Estadual e Municipais de Direitos da Mulher.
- 2.6 Assegurar as condições de funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.
- 3.1 Estimular a ampliação da participação das mulheres em cargos de decisão, nos três poderes.

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . APOIO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES
- . ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

## PÚBLICO-ALVO

Segmento feminino da sociedade.

## ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

## 80 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

### OBJETIVOS

1. Garantir suporte material e técnico ao adequado desenvolvimento das atividades legislativas e de fiscalização em cumprimento à sua missão constitucional.
2. Dar transparência às suas ações e aos resultados das atividades desenvolvidas.

### METAS

- 1.1 Melhorar a infraestrutura e a segurança do Poder Legislativo.
- 1.2 Revitalizar o Edifício Sede e anexos do Poder Legislativo.
- 1.3 Estruturar o Centro de Apoio Logístico do TCE e a Escola do Legislativo.
- 2.1 Desenvolver o Plano de Comunicação Institucional do TCE.
- 2.2 Manter a evolução histórica do Tribunal de Contas por meio do Memorial.
- 2.3 Desenvolver e expandir o sinal digital da TV Assembleia e da Rádio.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DA TV E RÁDIO ASSEMBLEIA

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



## **81 GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE DO PODER JUDICIÁRIO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Poder Judiciário tem evoluído consideravelmente nos últimos anos, e esse fato deve-se à busca pela oferta de serviços jurisdicionais transparentes, céleres e efetivos. O judiciário piauiense prima pela excelência na gestão, com o compromisso de direcionar as ações para as necessidades da sociedade, bem como desenvolver uma cultura institucional voltada à satisfação dos públicos interno e externo, de forma a manter-se diáfano, informando aos usuários, magistrados e servidores suas ações administrativas e judicantes.

Dentre os objetivos a serem implementados está o aperfeiçoamento da gestão de pessoas orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do Poder Judiciário na oferta de serviços públicos de excelência à população, pelo primeiro e segundo grau de jurisdição.

Com o objetivo de melhorar a capacidade institucional dos órgãos e entidades do Poder Judiciário, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e dando continuidade à política de gestão de pessoas e recomposição da força de trabalho que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas da Justiça de Primeira e Segunda Instância, foram autorizados concursos para o provimento de novos juízes e servidores efetivos.

Visando ao apoio administrativo, enfatiza-se ações voltadas à otimização e terceirização das atividades administrativas e da própria manutenção da Justiça Estadual. Outra ferramenta importante para o desenvolvimento dos serviços jurisdicionais é a promoção da qualificação de pessoal, com o propósito de promover o desenvolvimento contínuo de servidores e magistrados como política de modernização administrativa, alinhando os diversos tipos de processos de trabalho aos objetivos da instituição e às diretrizes do CNJ. Para isso, foi criada através da Lei Complementar nº 202/2014, a Escola Judiciária do Estado do Piauí, com a finalidade de promover o treinamento, capacitação, formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores e magistrados.

### **OBJETIVOS**

1. Aperfeiçoar a gestão de pessoas orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do Poder Judiciário na oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos processos de trabalho.
2. Garantir o apoio às atividades administrativas e judiciais, provendo insumos materiais e humanos, com observância dos critérios de economia e sustentabilidade, contribuindo para o melhor funcionamento da Justiça em benefício da sociedade.
3. Expandir e qualificar a oferta de cursos de capacitação e educação profissional por meio da Escola Judiciária e parcerias com demais entidades governamentais e privadas, visando ao desenvolvimento contínuo de servidores e magistrados como política de modernização administrativa do Poder Judiciário.

### **METAS**

- 1.1 Ampliar o acesso dos cidadãos mais carentes à justiça.
- 2.1 Prover melhores condições estruturais e funcionais para atingir maior número de processos julgados, com a garantia da qualidade e da eficiência dos serviços.
- 3.1 Fortalecer a qualificação/capacitação profissional.

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . APOIO ADMINISTRATIVO E GESTÃO DE PESSOAS
- . CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E PROVIMENTO DE VARAS E JUIZADOS
- . TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS

### **ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ - FERMOJUPI, ESCOLA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

## 82 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ministério Público do Piauí (MP-PI) vem acompanhado a tendência de profissionalização da gestão pública, através do constante acompanhamento do cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento e da execução dos seus programas de governo. Tem também procurado adotar modelos gerenciais eficazes para a produção de informações exatas, seguras e, acima de tudo, confiáveis, que sirvam para a tomada de decisões.

Nos últimos anos a instituição investiu na contratação e capacitação de membros e servidores, visando fortalecer seus recursos humanos. Considera oportuno, entretanto, que novas medidas precisam ser alinhadas na área de gestão de pessoas, de forma a impactar no desempenho da organização, considerando itens como os sistemas de trabalho, desenvolvimento humano e qualidade de vida e segurança no trabalho. Ademais, a infraestrutura física, de bens móveis e imóveis, ainda não está compatível com as suas necessidades cotidianas, devendo estender-se para as 94 sedes de Comarcas. O Planejamento Estratégico galgou largos passos no alcance de metas institucionais e no melhor aproveitamento do Orçamento. Além disso, persegue apoios e parcerias na elaboração de projetos e convênios para o atingimento das iniciativas de modernização administrativa e expansão. As recentes recomendações do Conselho Nacional têm priorizado ações estruturantes para modernização da área meio, como a tecnologia da informação, a segurança institucional e a gestão por resultados e por competência.

Desta forma, fazem-se necessárias melhorias na Instituição visando a um melhor cumprimento da sua função social, que defende a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indispensáveis.

### OBJETIVOS

1. Melhorar a estrutura operacional do Ministério Público voltada à sua missão constitucional.
2. Melhorar as instalações públicas, por meio da reestruturação dos espaços físicos e funcionais com adequada quantidade de membros e servidores.
3. Aperfeiçoar a prestação de serviços públicos com a utilização de modernas tecnologias de informação visando ao aprimoramento da transparência institucional por meio de novos canais de comunicação com a sociedade.
4. Promover cursos de capacitação e qualificação profissional para membros e servidores do Ministério Público.
5. Implantar o modelo de gestão de custos proposto pelo Conselho Nacional do Ministério Público, visando melhorar a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos.
6. Fortalecer as relações interinstitucionais mediante a celebração de convênios, termos de cooperação e parcerias para o aprimoramento da gestão pública, modernização administrativa e expansão da atuação funcional.

### METAS

- 1.1 Criar o Gabinete de Segurança Institucional, fortalecer o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e implantar o Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).
- 1.2 Implantar o Sistema Gestão Eletrônica de Documentos (GED), virtualizando a tramitação de documentos.
- 2.1 Realizar concursos públicos para ampliação do quadro de membros e servidores de carreira e implantar processo regional de seleção de estagiários.
- 2.2 Construir novas sedes do Ministério Público do Piauí e adquirir bens móveis.
- 3.1 Adquirir equipamentos e software de tecnologia da informação e ampliação dos links de internet nas Comarcas.
- 3.2 Fortalecer a comunicação interna e externa no MP-PI.
- 4.1 Realizar cursos de aperfeiçoamento para membros e servidores do MP-PI.
- 5.1 Aperfeiçoar o modelo de gestão de custos.
- 6.1 Fomentar parcerias com Órgãos Públicos.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade piauiense.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## **83 DEFESA DA SOCIEDADE**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Ministério Público passou a ser reconhecido pela sociedade por meio do exercício das funções a ele outorgadas pelo legislador constituinte de 1988, quando obteve um extraordinário crescimento no seu âmbito de atuação, abrangendo áreas da maior relevância social, passando a coibir qualquer violação aos direitos difusos da sociedade.

O Ministério Público, então, que antes esgotava sua atuação na área puramente processual passou a ter a responsabilidade pela solução de problemas sociais e pela defesa direta e imediata dos interesses confiados à sua tutela, atuando inclusive de maneira preventiva.

Mas a atuação ministerial ultrapassa o perfil de mero guardião da lei, abrange, também, a defesa e a promoção da democracia, da cidadania, da justiça e da moralidade. Além disso, cuida dos interesses da sociedade de uma maneira geral, principalmente nos setores mais vulneráveis e mais carentes de amparo, como o meio ambiente, o patrimônio público e os direitos humanos, entre outros.

Desta forma, o Ministério Público deve contar com os meios necessários ao cumprimento de sua missão definida na Constituição Federal para ser uma instituição pública independente, eficiente, aguerrida, defensora da sociedade, justa, harmônica e transparente.

A efetividade dos resultados decorrentes da ação do controle externo torna-se cada vez mais forte com a atuação conjunta de estruturas operacionais e técnicas do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e de outros Órgãos que participam da Rede de Controle. Desta forma, o Ministério Público e o Tribunal de Contas devem contar com os meios necessários ao cumprimento de suas respectivas missões definidas na Constituição.



#### **🔧 PÚBLICO-ALVO**

Sociedade piauiense.

#### **🔧 ÓRGÃOS ENVOLVIDOS**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FPCD, CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

**OBJETIVOS**

1. Reprimir atos de improbidade administrativa e sonegação fiscal.
2. Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais indisponíveis.
3. Combater o processo de degradação do meio ambiente, no território piauiense, monitorando situações de desmatamento, queimadas, recursos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos e o processo de desertificação.
4. Garantir a aplicação e fiscalização dos recursos destinados à saúde pública, assegurando os direitos na Carta de Direitos dos Usuários do SUS.
5. Ampliar, qualificar e articular projetos, ações e serviços para proteção e defesa dos direitos das minorias sociais (criança e adolescente, mulher, pessoa com deficiência, idosos, consumidores vulneráveis) no Estado do Piauí.
6. Estruturar fisicamente e com tecnologias os órgãos com atribuição de combate ao crime e às organizações criminosas.
7. Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor.
8. Contribuir para a educação em áreas de interesse social.
9. Promover ações judiciais e extrajudiciais para garantir a municipalização do trânsito.

**METAS**

- 1.1 Criar Promotorias especializadas para o combate à sonegação fiscal e improbidade administrativa.
- 1.2 Responsabilizar os gestores por irregularidades administrativas.
- 2.1 Fortalecer as relações institucionais entre os Poderes e Entes da Federação, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local.
- 2.2 Implantar, no interior do Estado, secretarias de Promotorias de Justiça especializadas.
- 2.3 Instituir o Grupo de Apoio Técnico/GAT para auxiliar as Promotorias de Justiça com excesso de demanda.
- 3.1 Promover ações judiciais e extrajudiciais na temática ambiental.
- 3.2 Criar Promotoria especializada para o meio ambiente.
- 4.1 Acompanhar com transparência a aplicação do recurso público destinado à saúde.
- 5.1 Implantar o projeto Ministério Público Itinerante.
- 5.2 Criar Núcleos Regionais de Promotorias de Justiça.
- 5.3 Fortalecer e criar Promotorias de Justiça especializadas.
- 6.1 Criar o Núcleo de Proteção à Vítima.
- 6.2 Fortalecer o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO).
- 7.1 Implantar o projeto do Procon Móvel.
- 8.1 Realizar campanhas educativas abordando temas de interesse da sociedade piauiense.
- 9.1 Fiscalizar o sistema de trânsito municipal.
- 9.2 Realizar campanhas educativas de trânsito.

**AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (GAECO)
- . INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 84 FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Legislativo do Estado, atuante também pelo Tribunal de Contas, estabelece como meta a excelência na prestação de serviços públicos. Portanto, a modernização é considerada como elemento indispensável a esse processo, independentemente dos sistemas utilizados, seja no âmbito interno ou externo, cujo resultado será a necessidade de dar uma resposta célere às demandas da sociedade com a implantação do Tribunal On-Line. Nessa visão, a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Órgão prevê a gestão por competência, mediante treinamento, além da capacitação dos servidores, aliada às ações relacionadas à saúde, qualidade de vida e cidadania.

Outra iniciativa prevista se refere em conservar o histórico do TCE-PI, com a criação de um Museu Memorial, a fim de contribuir, direta e indiretamente, para a formação do cidadão piauiense, no exercício de sua cidadania.

### OBJETIVOS

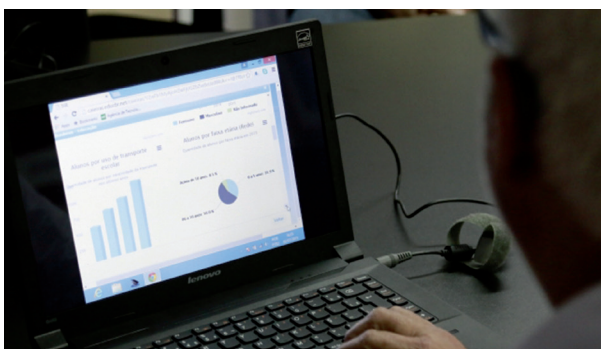
1. Modernizar a atuação do TCE-PI com a implementação do Tribunal On-Line.
2. Apresentar resultados efetivos da missão constitucional do TCE-PI à sociedade.
3. Contribuir com o trabalho de estudo e pesquisa voltado à melhoria da gestão dos recursos públicos estaduais.
4. Dotar o TCE de infraestrutura apropriada às atividades de fiscalização.

### METAS

- 1.1 Implantar a Governança de Tecnologia da Informação do TCE.
- 1.2 Criar soluções de Tecnologia de Informação (TI).
- 2.1 Estabelecer parcerias com Tribunais de Contas e outros órgãos de controle.
- 3.1 Capacitar servidores e jurisdicionados.
- 4.1 Reparar o TCE com bens permanentes.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

. TRIBUNAL ON-LINE



### PÚBLICO-ALVO

Sociedade piauiense, jurisdicionados e servidores.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS – FMTC

## **85 INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Lei Estadual nº 5.425/04 dispõe que o Fundo de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário Piauiense tem por finalidade suprir a Justiça Estadual dos meios necessários para a realização de melhorias nas instalações físicas, bem como funcionais administrativas necessárias ao desenvolvimento institucional.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, alinhado com a Resolução nº 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que trata do planejamento, execução e monitoramento de obras do Poder Judiciário, possui entre suas metas, a excelência no atendimento à sociedade na proporção em que é melhorada a infraestrutura física, tecnológica e operacional das unidades judiciárias de todo o Estado.

Outro objetivo a ser implementado, é o aperfeiçoamento da acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade dos serviços jurisdicionais, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário.

A utilização de processos judiciais informatizados tem se tornado uma eminente tendência em razão da economia, rapidez e facilidades proporcionadas. Ao considerar que o poder público origina o maior número de processos judiciais, faz-se necessário dotar o Poder Judiciário de ferramentas que atendam à crescente demanda de forma célere, transparente e eficaz.

Assim, os investimentos em infraestrutura, caracterizados pela ampliação, construção e reforma de instalações físicas e aquisição de material permanente para o Poder Judiciário do Piauí, podem traduzir-se em números significativos de atendimentos, facilitação do acesso à justiça e conseqüente aumento do nível de satisfação social.

### **OBJETIVOS**

1. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, contribuindo para a formação de ambientes que proporcionem a eficiência e a qualidade operacional dos serviços ofertados à sociedade.
2. Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário.

### **METAS**

- 1.1 Reparcelamento de bens permanentes e renovação dos bens imóveis de 50% das Comarcas do Estado e do Poder Judiciário.
- 1.2 Executar 30.000m<sup>2</sup> do plano de obras do Poder Judiciário.
- 2.1 Executar 50% do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

- . REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

### **PÚBLICO-ALVO**

Sociedade, magistrados, servidores e jurisdicionados.

### **ÓRGÃO ENVOLVIDO**

FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ – FERMOJUPI

## 86 JUSTIÇA E CIDADANIA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Poder Judiciário Estadual tem por missão assegurar a aplicação de leis que garantam a inviolabilidade dos direitos individuais, firmado pelas suas bases sólidas de autonomia e independência, com o compromisso de melhorar a prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito. Um dos maiores desafios dos operadores do Direito sempre foi e será o de tornar efetivo o princípio do acesso à Justiça. É que, se hoje se reconhece a proeminência da atuação do Poder Judiciário visando à defesa dos direitos dos cidadãos, há que se adotarem mecanismos que viabilizem a concreta fruição da jurisdição por parte dos mesmos cidadãos.

Extrai-se do artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88, o princípio do acesso à Justiça, na medida em que estabelece que não se excluirá da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou a ameaça ao direito. Corolários deste mandamento são os que, igualmente em nível constitucional, determinam que o Estado prestará assistência jurídica integral e, portanto, judicial, aos necessitados (artigo 5º, inciso LXXIV), e que a todos será garantida a razoável duração do processo, bem como a celeridade de sua tramitação (artigo 5º, inciso LXXVIII).

O que pretende o pacto constitucional, portanto, é evitar impedimentos ao usufruto da Justiça, garantindo a prestação jurisdicional célere e eficiente. Com isso, o Poder Judiciário fortalece sua imagem junto à sociedade, com o compromisso de melhorar os serviços prestados, aumentar sua produtividade e eficiência, constituindo-se em instrumento de garantia dos direitos dos cidadãos.

### OBJETIVOS

1. Tornar o sistema judiciário mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que o compõem, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local.
2. Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social.
3. Fortalecer as atividades de direção, controle, apoio, acompanhamento, inspeção, fiscalização, correição, normatização, funcionamento, estudo, pesquisa e divulgação das ações e resultados dos serviços da Justiça.
4. Ampliar e aperfeiçoar a atuação da Defensoria Pública do Estado, garantindo assistência jurídica gratuita e integral aos necessitados, englobando direitos individuais e coletivos da sociedade.

### METAS

- 1.1 Reduzir para 50% a taxa do total dos processos pendentes de baixa.
- 2.1 Aumentar em 60% o índice de produtividade de servidores e magistrados.
- 3.1 Diminuir em 25% a taxa de congestionamento da Justiça de 1º Grau.
- 3.2 Diminuir em 20% a taxa de congestionamento da Justiça de 2º Grau.
- 4.1 Ampliar a atuação da Defensoria Pública em 68 Comarcas do interior do Estado.
- 4.2 Aumentar em 100% o atendimento aos necessitados no acesso à justiça.
- 4.3 Fortalecer e modernizar a infraestrutura da Defensoria Pública.
- 4.4 Implantar Núcleos de Conciliação em 100% das Comarcas.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . ESTRUTURAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade piauiense.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ - FERMOJUPI, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

## 90 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Em decorrência das necessidades de implementação de políticas públicas para efetivação dos direitos dos cidadãos, o Governo do Estado deve prover a Administração Pública de quadro funcional e infraestrutura necessários à oferta de bens, prestação de serviços humanizados e de qualidade a sociedade.

O Governador atuará com ênfase na superação das limitações estruturais, dotando os Órgãos de condições necessárias para execução das políticas públicas e o melhor funcionamento do Estado.

### OBJETIVOS

1. Prover os órgãos do Governo do Estado dos meios administrativos e operacionais necessários para o melhor gerenciamento das ações responsáveis pela geração de bens e serviços à sociedade.
2. Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional e funcional da Administração Pública.

### METAS

- 1.1 Dotar os órgãos estaduais de eficiência operacional.
- 2.1 Realizar concurso público.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . APOIO AO FUNDO GARANTIDOR DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DO ESTADO
- . MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade piauiense.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR, GABINETE MILITAR, SEGOV, SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA, COORDENADORIA DA JUVENTUDE, COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS, COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER, COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO, COORDENADORIA DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL, SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, SEFAZ, FUNDO GARANTIDOR AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DO ESTADO DO PIAUÍ - FUNGEP, FUNDO ESPECIAL DE PRODUÇÃO - FEP, SEDUC, FUESPI, FUNDESPI, FUNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCATIVA DO PIAUÍ, SDR, INTERPI, EMATER, ADAPI, SEINFRA, IDEPI, FUNSAUDE/SUS-GESTÃO PLENA ESTADUAL, SEPLAN, FUNDAÇÃO CEPRO, SEDET, JUCEPI, FAPEPI, IMEPI, SEAD, FUNDO ROTATIVO DE MATERIAL E CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO DO PIAUÍ, IASPI, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, ATI, EMGERPI, SECRETARIA DA JUSTIÇA, POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI/TERESINA, 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/PARNAÍBA, 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/FLORIANO, 4º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/PICOS, 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/CORRENTE, ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR, 10º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/URUÇUÍ, 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/SÃO RAIMUNDO NONATO, 12º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/PIRIPIRI, 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/OEIRAS, 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/CAMPO MAIOR, 5ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR - CIPM/PAULISTANA, COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA DE TURISMO - CIPTUR/LUÍS CORREIA, SEMAR, SASC, CCOM, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, SEID, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, SECRETARIA DAS CIDADES, DETRAN, ADH, INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ, SETRANS, DER-PI, CMTF, SETUR, SETRE, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL, SEMINPER, SEC

## 91 ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

### OBJETIVOS

1. Alocar recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes do pagamento do serviço da dívida pública estadual interna e externa, precatórios, ações trabalhistas, ações indenizatórias de pequeno valor e de outros encargos de responsabilidade dos órgãos da administração direta e indireta do Estado.
2. Propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares do Estado participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta (PASEP).

### METAS

- 1.1 Regularizar a liquidação de ações judiciais transitadas e julgadas e/ou indenizações em processos pendentes.
- 1.2 Praticar a austeridade e responsabilidade fiscal.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
- . INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade piauiense.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

## 92 PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

### OBJETIVOS

1. Assistir ao servidor e seus dependentes por meio da concessão de benefícios previdenciários.
2. Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.

### METAS

- 1.1 Conceder benefícios previdenciários aos servidores públicos estaduais da administração direta e indireta e seus dependentes.
- 2.1 Prestar serviços previdenciários com qualidade, humanização, eficiência e transparência.
- 2.2 Ampliar a cobertura dos sistemas IAPEP-Saúde e PLAMTA para as macrorregiões do Piauí, com exames clínicos, laboratoriais e internações nas áreas de urgência e emergência.
- 2.3 Facilitar o acesso dos usuários ao site do Instituto para consultar a rede credenciada apta ao atendimento de urgências.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES DO ESTADO
- . PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ

### PÚBLICO-ALVO

Servidor público.

### ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, FUNDO INTEGRADO DE BENS, DIREITOS E ATIVOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ

## 93 SAÚDE DO SERVIDOR

### OBJETIVOS

1. Proporcionar aos usuários assistência à saúde de qualidade.
2. Garantir prestação de serviços de qualidade aos beneficiários do sistema com a ampliação da rede de atendimento.

### METAS

- 1.1 Promover o fortalecimento administrativo e a infraestrutura da previdência estadual: adquirir equipamentos, implantar sistemas, regularizar contratos, reformar áreas, criar instruções normativas concernentes ao regulamento do plano de saúde.
- 2.1 Instalar uma ouvidoria.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . GESTÃO DO IASPI SAÚDE
- . GESTÃO DO PLAMTA

### PÚBLICO-ALVO

Servidor público.

### ÓRGÃO ENVOLVIDO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – IASPI

## 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

### OBJETIVOS

1. Resguardar dotação orçamentária não especificamente destinada a determinado programa, órgão, unidade orçamentária ou categoria econômica.

### METAS

- 1.1 Atender passivos contingentes e outros riscos/eventos fiscais imprevistos.

### AÇÕES ESTRATÉGICAS

- . RESERVA DE CONTINGÊNCIA

### ÓRGÃO ENVOLVIDO

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

## PPA EM NÚMEROS

PLANO PLURIANUAL EM NÚMEROS

CÓDIGO	PROGRAMA PPA 2016-2019	R\$
01	GESTÃO MODERNA ORIENTADA PARA RESULTADOS	848.948.702,00
02	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PIAUÍ	72.500.000,00
03	SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO E QUALIDADE PARA TODOS	4.120.853.523,00
04	ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	209.182.985,00
05	GARANTIA DOS DIREITOS E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	46.215.000,00
06	PIAUÍ, SEGURANÇA E CIDADANIA	185.191.000,00
07	PIAUÍ COM SEGURANÇA	144.699.535,00
08	JUSTIÇA COM EDUCAÇÃO, TRABALHO E HUMANIZAÇÃO	169.300.000,00
09	GESTÃO DE RISCO E RESPOSTA A DESASTRES	209.710.000,00
10	UNIVERSIDADE DE QUALIDADE PARA TODOS	306.456.350,00
11	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	607.154.450,00
12	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL	4.110.404.770,00
13	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL, DE LAZER E RENDIMENTO	300.289.294,00
14	CULTURA: PROMOÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO	156.250.000,00
15	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	199.540.000,00
16	TURISMO E SUSTENTABILIDADE	168.300.000,00
17	PIAUÍ SUSTENTÁVEL	559.622.204,00
18	MORADIA DIGNA	2.162.778.000,00
19	SANEAMENTO, DIREITO DE TODOS	3.260.483.383,00
20	DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA	6.538.444.089,00
21	INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA	1.668.938.000,00
22	PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL - AGRICULTURA FAMILIAR	749.435.500,00
23	PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL - AGRONEGÓCIO	164.348.000,00
24	TERRA PARA QUEM PRODUZ	31.191.874,00
25	VIVER BEM NO SEMIÁRIDO	195.300.000,00
26	QUALIFICAÇÃO, TRABALHO E RENDA	193.050.000,00
27	AVANÇA PIAUÍ	235.293.271,00
28	ENERGIAS RENOVÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO	5.388.172,00
29	MINERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3.620.000,00
30	TRÂNSITO SEGURO	15.780.000,00
31	VIVA SEM DROGAS	58.325.000,00
32	JOVEM É PARA VIVER	3.550.000,00
33	MAIS MULHER	31.696.441,00
80	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.359.405.000,00
81	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE DO PODER JUDICIÁRIO	2.730.448.620,00
82	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	812.864.489,00
83	DEFESA DA SOCIEDADE	90.453.000,00
84	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	21.348.000,00
85	INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	82.068.107,00
86	JUSTIÇA E CIDADANIA	137.540.000,00
90	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	12.545.321.381,00
91	ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	3.530.470.000,00
92	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR	3.650.000.000,00
93	SAÚDE DO SERVIDOR	598.000.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000.000,00
<b>TOTAL GERAL DO PPA</b>		<b>53.355.158.140,00</b>

Fonte: SEPLAN-PI – SISNAV.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO POR DIRETRIZ ASSOCIADA

CÓDIGO	PROGRAMA - Diretriz I	R\$
02	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PIAUÍ	72.500.000,00
03	SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO E QUALIDADE PARA TODOS	4.120.853.523,00
04	ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	209.182.985,00
05	GARANTIA DOS DIREITOS E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	46.215.000,00
06	PIAUÍ, SEGURANÇA E CIDADANIA	185.191.000,00
07	PIAUÍ COM SEGURANÇA	144.699.535,00
08	JUSTIÇA COM EDUCAÇÃO, TRABALHO E HUMANIZAÇÃO	169.300.000,00
09	GESTÃO DE RISCO E RESPOSTA A DESASTRES	209.710.000,00
10	UNIVERSIDADE DE QUALIDADE PARA TODOS	306.456.350,00
11	FORTELECIMENTO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	607.154.450,00
12	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL	4.110.404.770,00
13	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL, DE LAZER E RENDIMENTO	300.289.294,00
14	CULTURA: PROMOÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO	156.250.000,00
15	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	199.540.000,00
30	TRÂNSITO SEGURO	15.780.000,00
31	VIVA SEM DROGAS	58.325.000,00
32	JOVEM É PARA VIVER	3.550.000,00
33	MAIS MULHER	31.696.441,00
86	JUSTIÇA E CIDADANIA	137.540.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>11.084.638.348,00</b>

CÓDIGO	PROGRAMA - Diretriz II	R\$
16	TURISMO E SUSTENTABILIDADE	168.300.000,00
17	PIAUÍ SUSTENTÁVEL	559.622.204,00
22	PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL - AGRICULTURA FAMILIAR	749.435.500,00
23	PIAUÍ PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL - AGRONEGÓCIO	164.348.000,00
24	TERRA PARA QUEM PRODUZ	31.191.874,00
25	VIVER BEM NO SEMIÁRIDO	195.300.000,00
26	QUALIFICAÇÃO, TRABALHO E RENDA	193.050.000,00
27	AVANÇA PIAUÍ	235.293.271,00
28	ENERGIAS RENOVÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO	5.388.172,00
29	MINERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3.620.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.305.549.021,00</b>

CÓDIGO	PROGRAMA - Diretriz III	R\$
18	MORADIA DIGNA	2.162.778.000,00
19	SANEAMENTO, DIREITO DE TODOS	3.260.483.383,00
20	DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA	6.538.444.089,00
21	INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA	1.668.938.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>13.630.643.472,00</b>

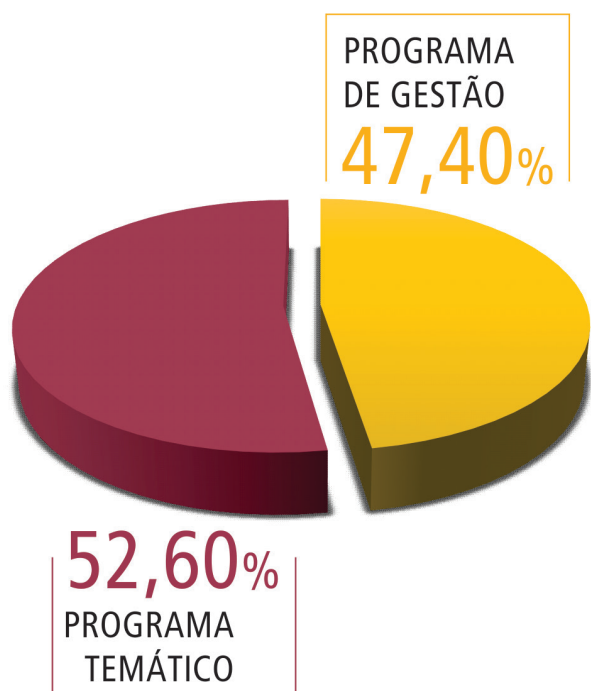
Fonte: SEPLAN-PI – SISNAV.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO POR DIRETRIZ ASSOCIADA

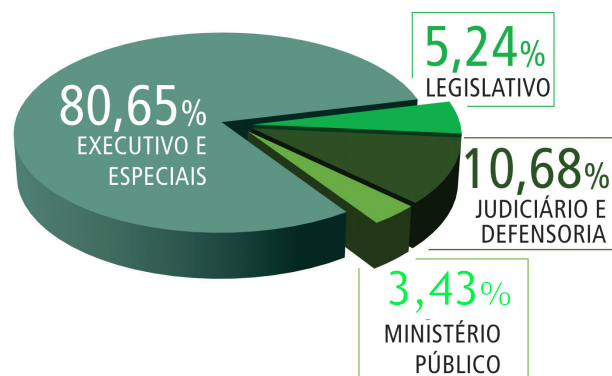
CÓDIGO	PROGRAMA - Dimensão IV	R\$
01	GESTÃO MODERNA ORIENTADA PARA RESULTADOS	848.948.702,00
80	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.359.405.000,00
81	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE DO PODER JUDICIÁRIO	2.730.448.620,00
82	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	812.864.489,00
83	DEFESA DA SOCIEDADE	90.453.000,00
84	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	21.348.000,00
85	INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	82.068.107,00
90	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	12.545.321.381,00
91	ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	3.530.470.000,00
92	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR	3.650.000.000,00
93	SAÚDE DO SERVIDOR	598.000.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>26.334.327.299,00</b>

Fonte: SEPLAN-PI – SISNAV.

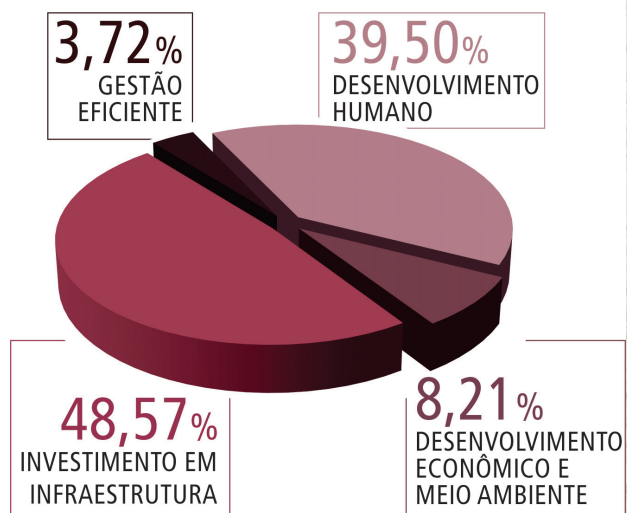
PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS SEGUNDO A FINALIDADE



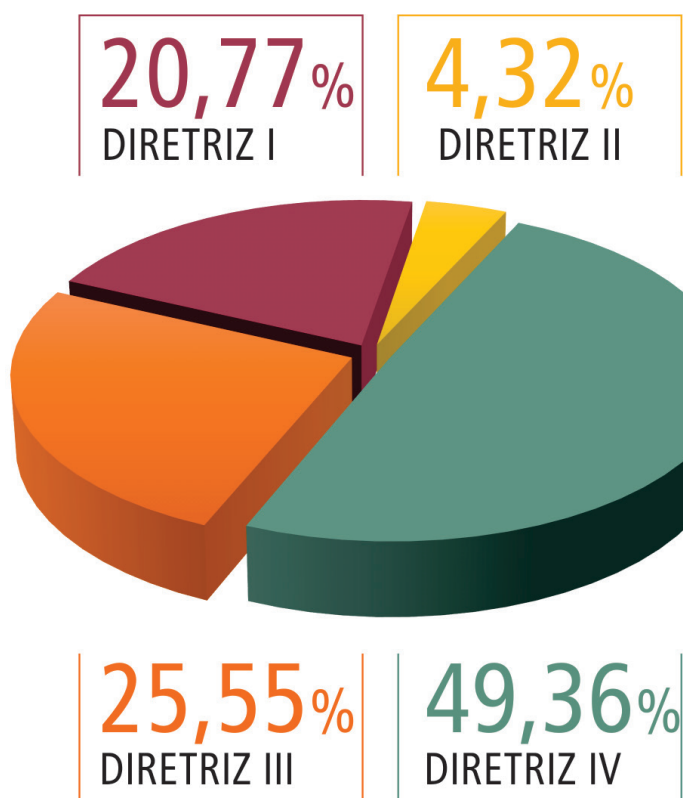
PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DA DIRETRIZ IV



PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NOS PROGRAMAS TEMÁTICOS



PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR DIRETRIZ DE GOVERNO



Diretriz I

Promover o desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança

Diretriz II

Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade

Diretriz III

Priorizar investimentos em infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável

Diretriz IV

Adotar uma gestão eficiente com transparência e controle social para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

# EQUIPE DE GOVERNO

## GOVERNADOR DO ESTADO

José Wellington Barroso de Araújo Dias

## VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Margarete de Castro Coelho

### GABINETE MILITAR

Cel. PM José Denílson do Rego Marques

### SECRETARIA DE GOVERNO

Merlong Solano Nogueira

### SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA

Roberto John Gonçalves da Silva

### COORDENADORIA DA JUVENTUDE

Deolino Moura Neto

### COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

Sâmio Falcão Mendes

### COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Haldaci Regina da Silva

### SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Fábio Abreu Costa

### SECRETARIA DA FAZENDA

Rafael Tajra Fonteles

### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rejane Ribeiro Sousa Dias

### SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Francisco das Chagas Limma

### SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Janaina Pinto Marques Tavares

### SECRETARIA DA SAÚDE

Francisco de Assis de Oliveira Costa

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Antonio Rodrigues de Sousa Neto

### SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

José Icemar Lavor Neri

### SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Francisco José Alves da Silva

### SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Daniel Carvalho Oliveira Valente

### MINISTÉRIO PÚBLICO

Cleandro Alves de Moura

### POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

Cel. PM Carlos Augusto Gomes de Souza

### SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Luiz Henrique Sousa de Carvalho

### SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

### COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Rodrigues Filho

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Plínio Clerton Filho

### CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Darcy Siqueira Albuquerque Júnior

### SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mauro Eduardo Cardoso e Silva

### CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Cel. Carlos Frederico Macedo Mendes

### SECRETARIA DAS CIDADES

Fábio Henrique Mendonça de Oliveira Xavier

### SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Guilhermano Pires Ferreira Correa

### SECRETARIA DO TURISMO

Flávio Rodrigues Nogueira Filho

### SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

### SECRETARIA DA DEFESA CIVIL

Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA ESTADUAL DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E  
ENERGIAS RENOVÁVEIS  
Luís Coelho da Luz Filho

SECRETARIA DA CULTURA  
Fábio Núñez Novo

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
DO PIAUÍ  
Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO  
ESTADO DO PIAUÍ  
Avelino Medeiros da Silva Filho

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO  
DO PIAUÍ  
Lucrecina Pereira da Silva

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DO PIAUÍ  
José de Araújo Dias

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ  
Arão Martins do Rego Lobão

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
Marcos Vinicius do Amaral Oliveira

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO  
ESTADO DO PIAUÍ  
Marcos Steiner Rodrigues Mesquita

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ  
Maycon Danylo Araújo Monteiro

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ  
João Batista de Freitas Júnior

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ  
Maria Alzenir Porto da Costa

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ  
Francisco Guedes Alcoforado Filho

FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ  
Vicente de Sousa Sobrinho

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ  
Humberto Coelho Silva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
Nouga Cardoso Batista

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA ECONÔMICAS E  
SOCIAIS DO PIAUÍ  
Antonio Cezar Cruz Fortes

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A  
José Ricardo Pontes Borges

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ  
Francisco Alberto de Brito Monteiro

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ  
Antônio Rodrigues de Sousa Neto

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS  
Antônio Luiz Cronemberger Sobral

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A  
Raimundo Nonato Farias Trigo

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE  
Sebastião Gomes Ferreira

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ  
Antoniél de Sousa Silva

## EQUIPE • SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO  
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA  
Sérgio Gonçalves de Miranda

SUPERINTENDENTE DE PROJETOS  
Raimundo Pereira de Sousa Filho

DIRETORA DA UNIDADE DE APOIO AO PLANEJAMENTO  
REGIONAL  
Amália Rodrigues de Almeida

DIRETOR DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
Manoel Lopes Batista

DIRETORA DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Carmem Verônica da Silva Costa

Equipe Técnica  
Amália Rodrigues de Almeida  
Andréa Simone dos Santos Sousa  
Carlos Eduardo Carvalho Batista  
Gisele de Araújo Oliveira  
Janaína Barros Siqueira Mendes  
Maria do Socorro Nascimento  
Maria de Fátima Damasceno Moura Fé  
Patrícia Amália C. Araújo  
Waldiney Fernandes Viana

Apoio Logístico

Dreide Rodrigues de Santana  
Ivone da Silva Barbosa Lopes  
Joniel Jonny da Cunha Lopes  
Maria Fátima Santos  
Maria Isabel Macedo Silva Bacelar

Colaboradores

Antônio José Medeiros  
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes – Fundação CEPRO  
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – SEPLAN  
Rosa Edite da Silva Rocha – Fundação CEPRO

Equipe de Informática

Antônio Gilson Leopoldo Feitosa

Arte

Lis Andrade Melo

Fotos

Carlos Eduardo Carvalho Batista  
Rejane Tavares da Silva  
Coordenadoria de Comunicação Social

Agradecimento

Equipe Técnica da Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres  
Equipe Técnica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural  
Equipe Técnicos Estadual da Secretaria de Educação  
Rede Estadual de Colegiados Territoriais

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Andréa Simone dos Santos Sousa  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Adriana Jovita  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Álvaro Ramos de Oliveira  
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ

Amália Rodrigues de Almeida  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Ana Patrícia R. de Barros  
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Carlos Eduardo Carvalho Batista  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cynara Rocha  
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ

Cícera R. Andrade da Silva  
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Eliandra Silva  
SECRETARIA DA SAÚDE

Eugênia Nogueira R. M. Villa  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gisele de Araújo Oliveira  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Janaína Barros Siqueira Mendes  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Joaquim A. S. de Oliveira  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

José R. Negreiros Barros Neto  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Kalil Luz  
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ

Lidiane Maria Vieira Veloso  
REDE DE COLEGIADOS

Liz Elizabeth de C. Meireles  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Maria de Fátima Damasceno Moura Fé  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Maria do Socorro Nascimento  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Patrícia Amália C. Araújo  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Patrícia Vasconcelos Lima  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL/Crédito Fundiário

Rejane Tavares da Silva  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Sicília Amazonas  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Virna M. Teixeira  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Valtânia Leite Barros  
SECRETARIA DA SAÚDE

Waldiney Fernandes Viana  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO





